



Anais da Assembléia

N° 128

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 03 DE OUTUBRO DE 1995

ANO XXI

Mesa Diretora

ANIBAL KHURY
Presidente - PTB

LUIZ CARLOS ZUK
1º Vice-Presidente - PDT

NEIVO BERALDIN
2º Vice-Presidente - PP

LUIZ CARLOS MARTINS
1º Secretário - PDT

NELSON GARCIA
2º - Secretário - PFL

EDGARD BUENO
3º Secretário - PSDB

JOÃO TECHI
4º Secretário - PPR

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

Governo	Deputado ALGACI TÚLIO
PDT	Deputado VALDIR LUIZ ROSSONI
PMDB	Deputado CAÍTO QUINTANA
PFL	Deputado ÉLIO RUSCH
PT	Deputado ÂNGELO VANHONI
PP	Deputado SÉRGIO SPADA
PPR	Deputado CÉSAR SELEME
PSC	Deputado JOCELITO CANTO
PTB	Deputado NELSON JUSTUS
PSDB	Deputado CEZAR SILVESTRI

Representação Partidária

PMDB - 12: Orlando Pessuti - José D. Mattos do Amaral - Cleiton Kielse - Nereu A. de Moura - Renato G. Adur - Ricardo Chab - Caíto Quintana - José Maria Ferreira - Celso Samis da Silva - Toti Colaço - José Tavares S. Neto - Luiz Cláudio Romanelli; **PP** - 10: Albanor J. F. Gomes - Dullio Genari - Ironi Pegliesi - Geraldo Cartário Ribeiro - Antonio Annibelli - Sérgio Spada - Augustinho Zucchi - Joel G. Coimbra - Neivo Beraldin - Edson Silva Lino; **PDT** - 10: Algaci Tulio - Antonio Belinati - Luiz Carlos Martins - Luiz Carlos Zuk - Luiz R. Accorsi Motta - Edno Guimarães - Valdir Rossoni - Milton J. Pupio - Nelson Tureck - Walnor Trentini; **PTB** - 06: Luiz Carlos Alborghetti - Marcos Alves - Anibal Khury - Nelson Justus - Eduardo Trevisan - Hernes Brandão; **PFL** - 06: Carlos Simões - Nelson Garcia - Remy Borsato - Élio Lino Rusch - Plauto Miró Guimarães - Basílio Zanusso; **PT** - 05: Emerson Nerone - Irineu Mário Colombo - Florisvaldo Fier (Dr. Rosinha) - Péricles H. Mello - Angelo Vanhoni; **PSDB** - 03: Edgar Bueno - Beto Richa - Cezar Silvestri; **PPR** - 02: João T. Filho - César A. Seleme; **PSC** - 01: Jocelito Canto.

Ato da Presidência:

RESOLUÇÃO N° 011/95

DATA: 28 de setembro de 1995

SÚMULA: Altera a redação do art. 1°, da Resolução n° 069/90, de 11 de outubro de 1990.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná aprovou e eu promulgo, nos termos do artigo 73 da Constituição Estadual, combinado com o artigo 123 do Regimento Interno, a seguinte resolução:

Art. 1° - Fica alterada a redação do art. 1°, da Resolução n° 069/90, de 11 de outubro de 1990, que autorizou a realização de plebiscito em áreas territoriais do Município da Lapa, objetivando a anexação deste território ao Município de Balsa Nova.

"Art. 1° - Fica autorizada a realização de plebiscito nas áreas denominadas Tijuco, Imbituva e Pavão, pertencentes ao Município da Lapa, a fim de que a população seja consultada, objetivando a anexação deste território ao Município de Balsa Nova.

'Começa no Rio Iguaçu, na foz do Arroio Passo da Guarda, até encontrar a estrada Balsa Nova a Contenda, segue por esta até encontrar a estrada de acesso a comunidade de Pavão, segue por ela até encontrar o Rio Vaca Gorda, segue por este até encontrar o Rio Corisco, deste desce até encontrar o Rio Iguaçu, subindo por este até o ponto de partida.'"

Art. 2° - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 28.09.95.

(a) ANIBAL KHURY
Presidente

**1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 13ª LEGISLATURA
ATA DA 095ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 03 DE OUTUBRO DE 1995**

(TERÇA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Luiz Carlos Zuk, secretariada pelos Senhores Deputados Nelson Garcia e Luiz Carlos Alborghetti.

A hora regimental, é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Luiz Carlos Zuk, Neivo Beraldin, Luiz Carlos Martins, Nelson Garcia, Edgard Bueno, Techy Filho, Albanor Gomes, Algaci Túlio, Ângelo Vanhoni, Antônio Belinati, Antonio Annibelli, Augustinho Zucchi, Basílio Zanusso, Beto Richa, Caíto Quintana, Carlos Simões, César Seleme, Cezar Silvestri, Cleiton Kielse, Dou-

tor Rosinha, Duílio Genari, Durval Amaral, Edno Guimarães, Edson Lino, Eduardo Trevisan, Élio Rusch, Emerson Nerone, Doutor Rosinha, Geraldo Cartário, Irineu Colombo, Irondi Pugliesi, Joel Coimbra, José Marcos Alves, José Maria Ferreira, José Tavares, Jocelito Canto, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Claudio Romanelli, Milton Puppio, Nelson Justus, Nelson Tureck, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Reny Borsatto, Ricardo Chab, Sâmis da Silva, Sérgio Spada, Toti Colaço, Valdir Rossoni e Walmor Trentini (54).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

S E S S Ã O

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - Procede a leitura do seguinte

E X P E D I E N T E:

Requerimentos:

REQUERIMENTO N° 2901-L

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, Preferência na Discussão e Votação do Projeto de Decreto Legislativo n° 008/95 de autoria da Comissão Executiva.

Sala das Sessões, em 03.10.95.
(a) ALGACI TÚLIO

REQUERIMENTO N° 2901-D

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no disposto pelo artigo 187, § 4º do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de discussão e votação da redação final para os projetos aprovados em 2ª discussão, constantes da Ordem do Dia da presente sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 03.10.95.
(a) EDGARD BUENO

REQUERIMENTO N° 2901-E

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, RE-

QUER, após ouvido o Plenário, a retirada de votação do Projeto de Resolução nº 032/95, item nº 09 da Ordem do Dia da presente Sessão Plenária, por dez (10) sessões.

Sala das Sessões, em 03.10.95.

(a) NELSON TURECK

REQUERIMENTO Nº 2901-C

Senhor Presidente.

Os Deputados que este subscrevem, REQUEREM, após ouvido o douto Plenário, a convocação do Excelentíssimo Senhor Presidente do BANESTADO, Senhor Luiz Antonio Fayet, acompanhado de sua Excelência o Senhor Secretário de Estado da Fazenda, Miguel Salomão, para prestarem informações em Sessão Secreta deste Poder Legislativo, sobre o Banco Del Paraná e Banco do Estado do Paraná - BANESTADO.

As convocações de Suas Excelências, conforme decisão do Senhor Presidente deste Poder, deverá ser procedida com a advertência de que "não há segredo para um Poder Constituído".

Sala das Sessões, em 03.10.95.

(aa) CAÍTO QUINTANA

ÂNGELO VANHONI

REQUERIMENTO Nº 2901-G

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER a organização de um Seminário nos dias 10, 11 e 12 de novembro do corrente ano, para comemorar o tricentenário de Zumbi dos Palmares e debater a questão do negro na atualidade.

Requer ainda, que as despesas de infra-estrutura como confecção de material de divulgação (convites, folders, cartazes), distribuição e expedição deste material, serviços de taquigrafia e cerimonial, passagens e hospedagem dos preletores corram por conta da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

Tal seminário deverá ocorrer no dia 10 de novembro nas dependências da ALEP, na Sala Deputado Luiz Gabriel Sampaio (Plenarinho), e nos dias 11 e 12 do mesmo na Universidade Livre do Trabalho (ULT), e contará com o apoio do Fórum de Entidades Negras, sendo coordenado pelo Deputado que o presente subscreve.

Sala das Sessões, em 03.10.95.

(a) DOUTOR ROSINHA

REQUERIMENTO Nº 2863

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas funções e atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos anais da sessão de hoje, votos de pesar pelo falecimento da Senhora Lyria Todeschini Cavet,

ocorrido no dia 29/09/95, em Curitiba- PR.

Requer ainda que do presente se dê ciência aos familiares, através de correspondência a ser encaminhada à Rua Bento Viana nº 932 - Ap. 82, em Curitiba - PR.

Sala das Sessões, em 03.10.95.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 2872

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e após ouvido o douto Plenário, REQUER o envio de voto de profundo pesar pelo falecimento da Senhora Laís Fernandes.

Requer, ainda, que da decisão desta Casa seja dado ciência à família enlutada à Rua Nestor Guimarães, nº 165 - Vila Estrela - Ponta Grossa - CEP: 84.040-130.

Sala das Sessões, em 03.10.95.

(a) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

REQUERIMENTO Nº 2874

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, a consignação na ata da presente sessão, de votos de profundo pesar pelo precoce falecimento da Professora Catarina de Moraes Brandt, vítima de atropelamento, ocorrido no último dia 02.10.95.

Requer outrossim, o envio de correspondência à família enlutada na Rodovia dos Minérios s/n, altura da entrada para o Município de Rio Branco do Sul.

Sala das Sessões, em 03.10.95.

(a) CLEITON KIELSE

REQUERIMENTO Nº 2878

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, seja concedido voto de pesar pelo falecimento do Senhor Lindolfo Oliveira Penteado.

Pessoa dedicada aos trabalhos junto à comunidade de Ponta Grossa, deixa uma profunda tristeza entre amigos e familiares.

Requer ainda que a decisão desta Casa, seja dada ciência à família enlutada, residente à Rua Senges, 445 - Bom Sucesso - Ponta Grossa - PR.

Sala das Sessões, em 03.10.95.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO Nº 2891

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, seja concedido voto de pesar pelo falecimento do Senhor Sebastião Ozório Martins, ocorrido em 02 de outubro do ano corrente, às 22.30.

Pessoa ligada a comunidade de Ponta

Grossa, onde desenvolveu vários trabalhos em benefício da mesma, deixa uma tristeza entre amigos e familiares.

Requer, ainda que a decisão desta Casa, seja dada ciência à família enlutada, residente à Rua Pinheiro Machado, 580 Centro - Ponta Grossa - PR.

Sala das Sessões, em 03.10.95.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO N° 2841

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, de voto de congratulações e aplausos ao Município de Antonio Olinto pela passagem de seus 34 anos de emancipação política, dia 24/10/95.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, dê-se ciência ao Exmo. Sr. José Cleomar Machiavelli, Prefeito Municipal, ao Sr. José Ambrósio Soares da Veiga, vice-Prefeito, bem como a todos os Srs. Vereadores, para que em nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná, recebam e cumprimentem a laboriosa população de Antonio Olinto.

Sala das Sessões, em 03.10.95

(a) ANTONIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

No próximo dia 24 de outubro, o Município de Antonio Olinto estará comemorando seus 34 anos de emancipação política.

Pelo trabalho diuturno, pela constante dedicação, toda a população de Antonio Olinto é digna de nosso respeito e admiração, pois, com muita garra e espírito de luta vêm contribuindo para o desenvolvimento cada vez maior do Município.

Na constante busca de melhores dias estarão edificando uma sociedade mais justa e mais humana.

Com esta proposição queremos homenagear a todos os filhos de Antonio Olinto e, também, os que vieram de outras regiões.

Portanto, é com muita alegria que todo o povo de Antonio Olinto irá comemorar festivamente a data magna do seu Município.

Todo o esforço de seus administradores de todos os tempos, já está apresentando surpreendentes resultados como poderemos verificar pelo crescente progresso do Município.

Com todo o respeito que a população de Antonio Olinto é merecedora, a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, através deste Deputado, renova sua homenagem de gratidão e reconhecimento na certeza de que continuarão dando o melhor de seus esforços em prol da grandeza de sua terra.

REQUERIMENTO N° 2851

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta Sessão, voto de congratulações e muito aplauso ao casal Vera Deonice e Santiago de Oliveira que completou 21 anos de feliz união conjugal, comemorando desta forma as Bodas de Relógio de Pulso, renovando o seu propósito de amor e fidelidade a Cristo. É um acontecimento muito importante e louvável, digno de merecer todo o nosso respeito e admiração. Foram todos estes anos vividos com respeito mútuo entre eles, trazendo alegria e união em seu lar. Souberam ao longo do tempo cultivar o amor no casamento. Estiveram sempre unidos, mantendo acesa a chama de amor, a qual permanece até hoje, em reconhecimento da união de duas vidas em uma.

Entendemos meritório este registro e nos somamos aos familiares e amigos do casal, na comemoração desta data tão significativa e que serve de exemplo a todos nós!

Sala das Sessões, em 03.10.95

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 2852

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta Sessão, voto de congratulações e muito aplauso ao casal Nilda Marques e Pedro Schwanka que completou 50 anos de feliz união conjugal, comemorando desta forma as Bodas de Ouro, renovando o seu propósito de amor e fidelidade a Cristo. É um acontecimento muito importante e louvável, digno de merecer todo o nosso respeito e admiração. Foram todos estes anos vividos com respeito mútuo entre eles, trazendo alegria e união em seu lar. Souberam ao longo do tempo cultivar o amor no casamento. Estiveram sempre unidos, mantendo acesa a chama de amor, a qual permanece até hoje, em reconhecimento da união de duas vidas em uma.

Entendemos meritório este registro e nos somamos aos familiares e amigos do casal, na comemoração desta data tão significativa e que serve de exemplo a todos nós!

Sala das Sessões, em 03.10.95

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 2853

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que

seja inserido em Ata dos trabalhos desta Sessão, voto de congratulações e muito aplauso ao casal Maria do Rosário e Ismael Lourenço da Silva que completou 50 anos de feliz união conjugal, comemorando desta forma as Bodas de Ouro, renovando o seu propósito de amor e fidelidade à Cristo. É um acontecimento muito importante e louvável, digno de merecer todo o nosso respeito e admiração. Foram todos estes anos vividos com respeito mútuo entre eles, trazendo alegria e união em seu lar. Souberam ao longo do tempo cultivar o amor no casamento. Estiveram sempre unidos, mantendo acesa a chama de amor, a qual permanece até hoje, em reconhecimento da união de duas vidas em uma.

Entendemos meritório este registro e nos somamos aos familiares e amigos do casal, na comemoração desta data tão significativa e que serve de exemplo a todos nós!

Sala das Sessões, em 03.10.95

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 2859

Senhor Presidente.

O Deputado que a presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações ao Presidente do Tribunal de Alçada do Paraná, Juiz Dilmir Ignácio Kessler, extensivo a todos os Juizes componentes do Tribunal de Alçada, pelas comemorações de seus 25 anos de criação dentro do Poder Judiciário do Paraná.

Sala das Sessões, em 03.10.95

(a) JOSÉ TAVARES

JUSTIFICATIVA:

As comemorações ao "Jubileu de Prata" do Tribunal de Alçada do Paraná transcorreram no dia 28 de setembro último. Criado através de emenda constitucional em 1970, o Tribunal de Alçada do Paraná tem sido, ao longo desse tempo, instrumento que garante a aplicação da Justiça, mediante a observância dos preceitos legais. É mais um serviço que os 49 Juizes que atualmente compõem o Tribunal de Alçada, prestam à comunidade paranaense. Nós, do Legislativo, rendemos através destes votos de congratulações, nossa homenagem ao trabalho desenvolvido pelos Juizes e funcionários do Tribunal de Alçada. Só neste ano, até final de setembro, 9.385 processos tenham sido distribuídos entre os Juizes do Tribunal de Alçada além de cerca de 1.500 recursos aos tribunais superiores processados nesta instância. Aqui nosso reconhecimento a este trabalho.

REQUERIMENTO N° 2861

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve,

no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da sessão de hoje, voto de congratulações à Academia de Ciências Contábeis do Paraná, alusivos à posse da nova Diretoria, ocorrida no dia 29/09/95.

Requer ainda que do presente se dê ciência ao Presidente da Academia, Sr. Enéas Ludgero da Silva, através de correspondência a ser encaminhada à Rua. Mal. Deodoro, n° 500 - sala 103, Curitiba-PR.

Sala das Sessões, em 03.10.95

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO N° 2862

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da sessão de hoje, voto de congratulações à Associação Brasileira de Criadores de Suínos - ABCS e ao Sindicato Nacional de Suinocultores - SINASUI, alusivos à realização do IV Congresso Ibero-Americano de Suinocultura e do VII Seminário Nacional de Desenvolvimento da Suinocultura, realizado no período de 27 a 29 de setembro do corrente ano.

Requer ainda que do presente se dê ciência ao Presidente da Associação Brasileira de Criadores de Suínos - ABCS, Senhor Eduardo Wilcek e, ao Presidente do Sindicato Nacional de Suinocultores - SINASUI, Senhor Waldomiro Ferreira Júnior, através de correspondência a ser encaminhada à Rua Parnaíba, n° 231, Curitiba-PR.

Sala das Sessões, em 03.10.95

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO N° 2866

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de congratulações ao Diretor, Senhor WALTER SUCUPIRA, e Funcionários do jornal "Tribuna do Povo" de Umuarama, pela conquista do "Prêmio Estadual de Qualidade e Produtividade", na área da comunicação social, conferido pelo Centro Cultural de Pesquisas e Estudos Sociais do Brasil.

Do aprovado requer ainda, seja comunicado aos Senhores Prefeitos Municipais: Elias Pereira da Silva (Alto Piquiri-CEP: 87.580-000); Jonas Xavier Pinto (Altônia-CEP: 87.550-000); Moysés Mendes Sanches (Cafetal do Sul-CEP: 87.567-000); José Antonio de Castro (Cruzeiro do Oeste-CEP: 87.400-000); Manoel Ribeiro de Oliveira (Douradina-CEP: 87.485-000); José Orlando Romeiro (Engenheiro Beltrão-CEP: 87.270-000); José Delapria (Francisco Alves-CEP: 87.570-000); Salvador Caetano da

Silva (Iporã-CEP: 87.560-000); Sra. Elmida Panazzolo (Ivaté-CEP: 87.519-000); Jessé Batista Correa (Maria Helena-CEP: 87.480-000); José Braz Brilhante (Mariluz-CEP: 87.470-000); Luiz Sorvos (Nova Olimpia-CEP: 87.490-000); Gentil Scalco (Pérola-CEP: 87.540-000); Aparecido Faleiros (São Jorge do Patrocínio-CEP: 87.555-000); Pedro Lopes (Xambrê-CEP: 87.535-000); Wilson Lucena (Tapira-CEP: 87.830-000); Antonio Romero Filho (Umuarama-CEP: 87.501-130); aos Presidentes das Câmaras dos respectivos Municípios e ao Deputado Federal Alexandre Ceranto (Des. Munhoz de Mello, 3.800 - cj. 101 - Ed. Centro Comercial - CEP: 87.501-190 - Umuarama).

Sala das Sessões, em 03.10.95.

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

Congratulamo-nos com o jornal "A Tribuna do Povo" pela merecida conquista do "Prêmio Estadual de Qualidade e Produtividade", conferido pelo Centro Cultural de Pesquisas e Estudos Sociais do Brasil.

Este prêmio sem dúvida, é o resultado de um trabalho consciente daquele veículo de comunicação, que prioriza a boa e completa informação, sem esquecer a qualidade do produto final que diariamente chega às mãos de milhares de leitores.

O Centro Cultural de Pesquisas e Estudos Sociais do Brasil, entidade fundada em 1973 é mantida por um grupo de pessoas, dentre elas, poetas, jornalistas, e profissionais liberais, cujo objetivo é promover a cultura. Nesta área, chega a editar livros de autores novos para divulgação do escritor, promove exposições, seminários e presta assistência com a distribuição de material didático arrecadado em campanhas para estudantes do primeiro grau de escolas públicas. Atua a nível nacional, sem objetivo financeiro, apenas com o compromisso de incentivar a cultura.

"A Tribuna do Povo" foi lembrada para o prêmio, justamente por ser uma empresa que investe em qualidade, em produtividade e incentivo à cultura.

REQUERIMENTO N° 2871

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e após ouvido o douto Plenário, REQUER o envio de voto de congratulações à Associação Recreativa Oficinas, na pessoa de seu Presidente, Senhor Antonio Ariovaldo Gaspar, pela comemoração, no último dia 30 de setembro, do "Dia do Ferroviário".

Requer ainda, que da decisão desta Casa, seja dado ciência à referida Associação, a Rua Valdemar Pimentel, 66 - Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 03.10.95.

(a) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

REQUERIMENTO N° 2896

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER a inserção na Ata dos Trabalhos da presente Sessão, de votos de louvor e congratulações, ao Município de Tibagi, pela conquista, no último dia 30 de setembro, nesta Capital, da BANDA MUNICIPAL DE TIBAGI, do título de Bicampeã Paranaense no XVIII Concurso de Bandas e Fanfarras, na Categoria Juvenil, promovido pela União Cívica Feminina Paranaense.

A Banda Municipal de Tibagi, fundada oficialmente em 28 de maio de 1994, vem ganhando projeção estadual e nacional, sob a regência do maestro José do Carmo Silveira Júnior, Mestre em Música e Doutor em Artes Musicais, pela University of Cambridge, Inglaterra. Iniciando com apenas oito integrantes, hoje conta com um efetivo de 54 elementos, sendo 42 músicos e 12 na linha de frente.

Neste curto tempo de existência, a Banda Municipal de Tibagi conquistou três importantes títulos, sendo um deles o objeto de louvor e congratulações deste Legislativo.

Requer ainda, uma vez aprovado o presente, que do mesmo seja dado conhecimento ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal de Tibagi, Doutor José Tibagy de Melo, que não tem medido esforços para levar em frente a cultura musical em seu Município; ao Maestro José do Carmo Silveira Júnior; à Câmara Municipal de Tibagi e à União Cívica Feminina Paranaense, na pessoa da Presidente, Senhora Dalila de Castro Lacerda.

Sala das Sessões, em 03.10.95.

(a) ALGACI TÚLIO

REQUERIMENTO N° 2898

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve este requerimento, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de cumprimentos ao empresário Otácilio Bianchet, de Santa Helena, neste Estado, como reconhecimento ao seu destacado empenho e abnegada luta para a instalação da Travessia Lacustre entre Santa Helena e Puerto Indio, na República do Paraguai, cujo serviço está trazendo de sobremodo, uma contribuição incomensurável para a rapidez do fluxo econômico regional.

Do aprovado, requer seja oficiado o citado empresário, à Av. Brasil, 911, na cidade de Santa Helena.

Sala das Sessões, em 03.10.95.

(a) ÉLIO RUSCH

REQUERIMENTO N° 2899

Senhor Presidente.

O Deputado que firma o presente requerimento, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de cumprimentos deste Parlamento, ao Cônsul-Geral da República Federal da Alemanha, Senhor Dieter Hertrampf, pela passagem do 5º Aniversário da Unidade Alemã, nesta data.

Do aprovado, requer seja oficiado a precitada autoridade, à Av. João Gualberto, 1237 - CEP 80030-140 - Curitiba.

Sala das Sessões, em 03.10.95.

(a) ÉLIO RUSCH

REQUERIMENTO Nº 2900

Senhor Presidente.

O Deputado que firma este requerimento, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de cumprimentos ao Pastor Mário Hort, da Igreja de Deus, da Cidade de Marechal Cândido Rondon, pelo recebimento do título de "Cidadão Honorário do Município de Marechal Cândido Rondon", no último dia 17 de setembro, como reconhecimento por mais de duas décadas de trabalho em favor da comunidade local e no engrandecimento de sua Igreja.

Do aprovado, requer seja oficiado o cumprimentado, à Rua Sergipe, 2250, na Cidade de Marechal Cândido Rondon.

Sala das Sessões, em 03.10.95.

(a) ÉLIO RUSCH

REQUERIMENTO Nº 2901-N

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário a inserção em Ata de votos de congratulações ao egrégio Tribunal de Alçada do Paraná na pessoa de seu Presidente - Dr. Dilmar Ignácio Kessler, do seu vice-Presidente - Dr. Antonio Oesir Gonçalves e do seu Secretário - Dr. Roberto Portugal, pelo transcurso no dia 28 de setembro próximo passado do seu Jubileu de Prata.

Criado pelo artigo 84.II, da Emenda Constitucional nº 2 à Constituição do Estado de 1970, o Tribunal de Alçada do Paraná comemora hoje o seu Jubileu de Prata. Nesses 25 anos de existência, o TA teve profundas alterações desencadeadas pelo expressivo crescimento do número de processos autuados. Se em 1971, em seu segundo ano, aquela corte registrava a distribuição de 1552 processos, entre feitos cíveis e criminais, até a última terça-feira quase nove meses de 1995, já haviam sido distribuídos 9385 processos - 6954 cíveis e 2431 criminais, além de cerca de 1500 recursos ao tribunal superior processados nesta instância.

Para atender a esse crescimento ao

longo dos anos, motivado pela alteração em sua competência, quando passou a apreciar também as causas em razão do valor, o Tribunal de Alçada teve seu colegiado aumentado, após cinco alterações regimentais de 10 para 49 juízes.

Quando de sua instalação, o Tribunal de Alçada era competente, na área criminal, para julgar os crimes a que eram cominadas penas de multa, prisão simples ou detenção e os de furto e receptação; na área cível, as causas de valor até 30 vezes o maior salário mínimo vigente no Estado, na data da propositura da ação e mais as causas oriundas dos juízes de Registro Civil de Pessoas Naturais e nas de acidentes de trabalho, qualquer que fosse o seu valor. Em junho de 1978, sob a presidência do Juiz João Cid Portugal, foi instalada a terceira Câmara Cível, aumentando o número de juízes de dez para treze. Em fevereiro de 1980, ainda sob a presidência de João Cid Portugal, o colegiado foi aumentado para 16 membros, sendo instalada a segunda Câmara Criminal. Em 1984, sob a presidência do Juiz Luiz José Perrotti, o TA passou a ter 21 juízes, funcionando com três Câmaras Cíveis e duas Criminais, cada qual com quatro integrantes.

Com o advento da Lei Orgânica da Magistratura Nacional, em março de 1979, a competência do Tribunal de Alçada, na área criminal, foi ampliada. Passou a julgar, em segunda instância, todos os crimes contra o patrimônio, seja qual for a natureza da pena cominada. Em matéria cível foram acrescentadas as ações relativas a locação de imóveis, as possessórias, matéria fiscal da competência dos municípios, acidentes de trabalho, as ações de procedimento sumaríssimo, em razão da matéria e as execuções por títulos extrajudiciais.

Em janeiro de 1988, sob a presidência do Juiz Edmar Cordeiro Machado, o Tribunal teve o número de juízes aumentado para 25, com a instalação da quarta Câmara Cível. Finalmente, sob a presidência do Juiz Luis Gastão de Alencar Franco de Carvalho, em agosto de 1990, o Tribunal de Alçada passou a ter 49 juízes, funcionando com oito Câmaras Cíveis isoladas e quatro Criminais, quatro Grupos de Câmaras Cíveis e dois Grupos de Câmaras Criminais e com o Órgão Especial integrado pelos 25 magistrados mais antigos. Por ocasião desse último aumento do número de integrantes do colegiado do TA, foi ampliada também a competência deste Tribunal. Foram acrescentadas, na área cível, as ações de usucapião, todas as ações de procedimento sumaríssimo, as ações conexas ao título executivo extrajudicial, de contrato de alienação fiduciária, de contrato de seguro de qualquer natureza, de contrato de corretoria

gem, as decorrentes de dissolução e liquidação de sociedade civil ou comercial. Na área criminal foram acrescentadas as ações relativas a tóxicos ou entorpecentes.

Da instalação em 28 de setembro de 1970 até hoje o Tribunal de Alçada já teve 126 juízes. Seu colegiado é composto atualmente, pela ordem de antiguidade, dos seguintes magistrados: Dilmar Ignácio Kessler, Cyro Maurício Crema, Octávio Jorge de Cesar Valeixo, Antônio Oesir Gonçalves, Sidney Mora, Nério Sprezzato Ferreira, Fleury Esteves Fernandes, José Wanderley Resende, Hélio Enor Engelhardt, Ruy Fernando de Oliveira, Jeorling Joely Cordeiro Cleve, Luis Cezar de Oliveira, Bonejos Demchuk, Jair Ramos Braga, Cícero da Silva, Eli Rodrigues de Souza, Leonardo Pacheco Lustosa, Ivan Campos Bortoleto, Celso Rotoli de Macedo, Onésimo Mendonça de Anunciação, Jesus Sarrão, Antonio Lopes de Noronha, Regina Helena de Oliveira Portes, Jonny de Jesus Campos Marques, Hirose Zeni, Luiz Gonzaga Milani de Moura, Antonio Alves do Prado Filho, Mário Rau, Denise Martins Arruda, Antonio Domingos Ramina, Conchita Toniolo, Munir Karam, Eraclés Messias, Fernando Vidal Pereira de Oliveira, Antônio da Cunha Ribas, Waldomiro Namur, Celso Araújo Guimarães, Sérgio Rodrigues, Idevan Batista Lopes, Rafael Augusto Cassetari, Airvaldo Natal Stela Alves, Sérgio Arenhart, Josué Deininger Duarte Medeiros, Waldemir Luiz da Rocha, Clayton Coutinho de Camargo, Lídio José Rotoli e Macedo, Dulce Maria S. Eufemia Cecconi, Miguel Thomas Pessoa Filho e Marco Antonio de Moraes Leite.

Assim, ante a importância e imprescindibilidade que o trabalho desenvolvido pelos doutos magistrados, que compuseram e compõem o egrégio Tribunal de Alçada, representa para o alcance da Justiça no nosso Estado do Paraná, está justificado o presente requerimento e, por isso espera este Parlamentar poder contar com o apoio de seus Pares na aprovação do presente requerimento.

Do aprovado, requer também seja comunicado o MM. Dr. Dilmar Ignácio Kessler - DD. Presidente do Tribunal de Alçada do Paraná, Praça Nossa Senhora da Salette, s/n 8º e 9º andares - CEP: 80530-912, Centro Cívico, Nesta Capital.

Sala das Sessões, em 03.10.95.

(a) RICARDO CHAB

REQUERIMENTO N° 2850

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em ata dos trabalhos desta sessão, voto de louvor, congratulações e muito aplauso do Senhor Paulo Sérgio Rama-

lho Padilha, Diretor Artístico da Rádio Independência. Paulo Padilha é maringaense de nascença. Em 1975 veio a Curitiba, onde iniciou sua carreira profissional na Rádio Independência, como operador de rádio. Homem entusiasta, lutador, foi ganhando seu espaço junto à Rádio com competência e seriedade, tendo seu merecido reconhecimento junto à empresa, onde hoje é Diretor Artístico. Esta Casa, traduzindo este júbilo faz em ata de seus trabalhos esta manifestação de cumprimentos e reconhecimento pelo seu esforço, talento e dedicação.

Sala das Sessões, em 03.10.95.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 2892

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER à douta Mesa da Assembléia, a inserção na ata dos trabalhos da presente sessão, de votos de louvor e congratulações com o Município de Antonina, pela conquista, no último dia 30 de setembro, da Banda Filarmônica de Antonina, do título de campeã geral no XVIII Concurso de Bandas e Fanfarras, promovido pela União Cívica Paranaense.

A Filarmônica de Antonina, sob a regência e direção do advogado e músico, Roberto Plastmann, há muito tempo vem se projetando no cenário musical estadual e nacional e prestando relevante serviço comunitário através do encaminhamento de menores para uma profissão útil e necessária: a de músico. Merece ela o louvor deste Legislativo.

Requer ainda, uma vez aprovado este requerimento, que do mesmo seja dado conhecimento ao Senhor Prefeito de Antonina, ao Senhor Presidente da Câmara Municipal e ao Maestro Roberto Plastmann.

Sala das Sessões, em 03.10.95.

(a) ALGACI TÚLIO

REQUERIMENTO N° 2893

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER à douta Mesa da Assembléia, a inserção na ata dos trabalhos da presente sessão, de votos de louvor e congratulações com o Colégio da Polícia Militar. Paraná, pela conquista do troféu de 1º lugar na categoria fanfarra, no XVI-II Concurso Estadual de Bandas e Fanfarras, realizado no último dia 30 nesta Capital e promovido pela União Cívica Feminina Paranaense.

A Fanfarra do Colégio da Polícia Militar do Paraná, com grande brilhantismo conquistou o primeiro lugar de sua categoria, sagrando-se campeã. Merece ela o

louvor e incentivo deste Legislativo para que prossiga levando sua colaboração à cultura musical de nosso Estado. Como merece nossas congratulações o Major Neuri Pires de Oliveira, Diretor do colégio e responsável, junto com o Maestro Max, pela conquista.

Requer ainda, uma vez aprovada a presente proposição que da mesma seja dado conhecimento ao Diretor do Colégio da Polícia Militar do Paraná, Major Neuri Pires de Oliveira, ao Comandante Geral da PMPR, Cel. Daniel Cesar Mainguê e ao Senhor Secretário de Estado da Segurança, Dr. Cândido Manoel Martins de Oliveira.

Sala das Sessões, em 03.10.95.

(a) ALGACI TÚLIO

REQUERIMENTO N° 2894

Senhor Presidente.

A União Cívica Feminina Paranaense, entre os muitos serviços de cunho cívico, prestados à comunidade paranaense, tem se destacado no certame estadual de bandas e fanfarras, promovendo anualmente o Concurso de Bandas e Fanfarras, este ano o XVIII. Graças a ela as bandas e fanfarras, no Estado do Paraná, mantidas pelos municípios ou por ONGs, continuam sendo incentivadas a prestarem a grande colaboração e contribuição para o avanço da cultura musical no Estado do Paraná e no Brasil.

O XVIII Concurso Estadual de Bandas e Fanfarras, alcançou pleno êxito graças a formidável equipe responsável: Senhora Daila de Castro Lacerda, Presidente da União Cívica Feminina Paranaense, Senhoras Maria Luisa Bezerril, Doris Cordeiro e Luisa Iversen e ainda do Professor João Pereira Bley, um incansável idealista que não mede esforços para o sucesso de tão importante certame. Merecem todos os agradecimentos deste Legislativo.

Requer ainda, uma vez aprovada a presente proposição, que da mesma seja dado conhecimento à União Cívica Feminina Paranaense e a, individualmente a todos os membros da equipe acima citada e ao Senhor Secretário de Estado da Cultura.

Sala das Sessões, em 03.10.95.

(a) ALGACI TÚLIO

REQUERIMENTO N° 2895

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER à douta Mesa da Assembléia, a inserção na Ata dos trabalhos da presente sessão, de votos de louvor e congratulações com o Município de Matinhos pela conquista da sua Fanfarra Municipal, do Título de Campeã na categoria com pistom, no XVIII Concurso de Bandas e Fanfarras, ocorrido no último dia 30 de setembro nesta Capital e promovido pela União Cívica

ca Feminina Paranaense.

Requer ainda, uma vez aprovada esta proposição, que da mesma seja dado conhecimento ao Exmo. Sr. Prefeito Municipal de Matinhos que, com seu apoio tornou possível essa conquista, à Câmara de Vereadores e ao Maestro da Fanfarra Municipal de Matinhos.

Sala das Sessões, em 03.10.95

(a) ALGACI TÚLIO

REQUERIMENTO N° 2897

Senhor Presidente.

O ilustre Jornalista e Conselheiro do Tribunal de Contas do Paraná, João Féder, foi agraciado com o colar do mérito "José Maria Alkmim", concedido pelo Tribunal de Contas de Minas Gerais. A comenda, instituída em 1935 pelo grande Jornalista, Advogado e Político José Maria Alkmim, foi concedida ao Conselheiro paranaense "como reconhecimento aos relevantes serviços prestados ao Tribunal de Contas de Minas Gerais, em solenidade realizada no Plenário do Palácio Rio Branco, ocasião em que o mesmo, representando todos os homenageados, foi o orador.

O insigne paranaense, nascido em Campo Largo, bacharel em Direito pela UFPR, onde também é Professor, já ocupou por três vezes a presidência do Tribunal de Contas do Paraná, é Presidente do Instituto Ruy Barbosa, que congrega todos os Tribunais de Contas do país e Secretário da Associação de Tribunais de Contas do Brasil. João Féder é ainda Escritor, Jornalista com longa atuação nos meios de comunicação do Paraná. Por tudo e por seu caráter de homem digno, responsável e participativo, merece a honraria que lhe concede o Tribunal de Contas de Minas Gerais, como o louvor e congratulações desta Casa de Leis.

Assim, o Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER à douta Mesa Executiva a inserção na Ata dos trabalhos da presente Sessão, votos de louvor e congratulações ao Conselheiro do Tribunal de Contas do Paraná, João Féder.

Requer ainda, uma vez aprovada a presente proposição, que da mesma seja dado conhecimento ao ilustre Conselheiro, ao Tribunal de Contas do Paraná, na pessoa do Conselheiro Nestor Baptista, à Prefeitura de Campo Largo, na pessoa do Prefeito Emídio Pianaro e a Câmara Municipal de Campo Largo, na pessoa do seu Presidente, Vereador Alfredo Ivo Gadens.

Sala das Sessões, em 03.10.95

(a) ALGACI TÚLIO

REQUERIMENTO N° 2901-A

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve na qualidade de Presidente da Comissão Parla-

mentar Especial, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente com voto de louvor ao Deputado Federal Basílio Vilani, Coordenador da Bancada Federal do Paraná, na Câmara de Deputados, extensivo aos demais Deputados que participaram da Sessão Extraordinária, realizada em 02/10/95, que discutiram a situação econômica e financeira dos municípios, bem como a reforma tributária em tramitação no Congresso Nacional.

Sala das Sessões, em 03.10.95

(a) GERALDO CARTÁRIO

Apoio: José Maria Ferreira, Edno Guimarães, Toti Colaço, Emerson Nerone, Nelson Justus, Duílio Genari, Cezar Silvestri e Élio Rusch.

JUSTIFICATIVA:

A presença dos eminentes Deputados Federais na Sessão Extraordinária junto com os Senhores Deputados Estaduais e Senhores Prefeitos possibilitou uma discussão ampla, com várias propostas para viabilizar uma solução aos problemas municipais.

REQUERIMENTO N° 2901-F

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve na qualidade de Presidente da Comissão Parlamentar Especial, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o douto Plenário, REQUER que seja consignada na Ata dos trabalhos da Assembléia Legislativa, voto de louvor, ao Exmo. Sr. Secretário do Planejamento, Dr. Cássio Taniguchi, pela participação na Sessão Extraordinária realizada em 02/10/95, que discutiu junto com os Srs. Deputados Estaduais, Federais e Senhores Prefeitos, a real situação econômica e financeira dos municípios.

Sala das Sessões, em 03.10.95

(a) GERALDO CARTÁRIO

Apoio: José Maria Ferreira, Edno Guimarães, Toti Colaço, Emerson Nerone, Nelson Justus, Duílio Genari, Cezar Silvestri e Élio Rusch.

JUSTIFICATIVA:

A presença do Secretário Cássio Taniguchi, na discussão dos problemas que afetam as Prefeituras Municipais, possibilitou aos Deputados e Prefeitos, a oportunidade de obter uma visão ampla no aspecto do Governo do Estado.

REQUERIMENTO N° 2860

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o soberano Plenário, REQUER, envio de moção de apoio ao Presidente do Tribunal de Justiça do Paraná, Desembargador Claudio Nunes do Nascimento, pela

criação do Projeto "Solidariedade", medida que visa garantir o acesso das pessoas carentes aos documentos básicos da cidadania.

Sala das Sessões, em 03.10.95

(a) JOSÉ TAVARES

JUSTIFICATIVA:

Merece nosso apoio e nossas congratulações, o ilustre Presidente do Poder Judiciário Paranaense, Desembargador Claudio Nunes do Nascimento, pela iniciativa de dar acesso aos documentos básicos da cidadania às pessoas carentes. Garante o Desembargador, com esta medida, que a população de baixa renda possa registrar o nascimento de seus filhos gratuitamente e regularizar seus relacionamentos. Registrar o filho e oficializar o casamento, sem qualquer ônus, é passo fundamental na caminhada rumo aos direitos e deveres plenos do cidadão.

REQUERIMENTO N° 2873

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM, após ouvido o Plenário, seja enviada moção de apoio às famílias ocupantes do Conjuntos Residencial Palmeiras, em Cascavel, com cópias enviadas ao Governador do Estado, ao Secretário da Segurança Público e ao Presidente do Tribunal de Justiça.

Sala das Sessões, em 03.10.95

(aa) EDGARD BUENO

CAÍTO QUINTANA

CÉSAR SELEME

CEZAR SILVESTRI

JOEL COIMBRA

ALGACI TÚLIO

ÉLIO RUSCH

JOCELITO CANTO

LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

VALDIR ROSSONI

ÂNGELO VANHONI

NELSON JUSTUS

PÉRICLES DE MELLO

JUSTIFICATIVA:

O Conjunto Residencial Palmeiras, em Cascavel, foi construído e concluído há mais de 3 anos com recursos do FGTS, sendo que desde o término da obra a mesma se encontra desocupada.

As pessoas que ocuparam o prédio não são simples e violentos invasores, são famílias querendo um lugar para morar. E o prédio ocupado foi construído com dinheiro deles próprios, pois o FGTS nada mais é do que um recurso de propriedade do trabalhador.

Hoje, as famílias estão dispostas a assumir imediatamente as prestações junto à Caixa Econômica Federal ou à COHESTE - Cooperativa Habitacional do Oeste, que estão em pendência judicial por superfatura-

mento na obra.

Ou seja, além de terem seu dinheiro empregado em obras superfaturadas, os trabalhadores encontram-se impedidos de morar e até mesmo de pagar voluntariamente as prestações devidas.

Nenhuma das famílias possui imóvel próprio, e quando ocupam um prédio construído com recursos do trabalhador que estava desocupado desde 1992, estão apenas suprimindo a omissão e o descaso com um bem que de direito lhes pertence.

REQUERIMENTO N° 2858

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER seja oficiado o Exmo. Sr. Secretário de Estado da Educação, que determine estudos urgentes visando a implantação, no currículo escolar de conteúdos relativos aos efeitos nocivos e prevenção contra o tabagismo.

Requer ainda, que da decisão da Casa se dê ciência aos Vereadores: Antonio Carlos Pupulin e Edith Dias de Carvalho, respectivamente, Presidente e 1ª Secretária da Câmara Municipal de Maringá.

Sala das Sessões, em 03.10.95

(a) JOEL COIMBRA

JUSTIFICATIVA:

Em função dos comprovados males causados à saúde das pessoas pelo uso do "fumo", considerando que a singela advertência consignada nas embalagens e publicidade de cigarros não é suficiente para estabelecer uma "consciência" sobre suas consequências nocivas, é imprescindível que a Secretaria de Estado da Educação determine, em regime de urgência, a elaboração de estudos tendentes a implantar no currículo escolar, já no próximo ano letivo, "conteúdos sobre os efeitos nocivos do tabagismo".

Essa proposição conta com o apoio dos segmentos políticos e educadores em geral, conforme ilustra Ofício n° 2439/95, de 06/09/95, recebido do Poder Legislativo de Maringá.

REQUERIMENTO N° 2842

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Telecomunicações do Paraná - TELEPAR, no sentido de colocar um telefone público em frente a Merceria Soares, localizada na Rua Milton Miramir Visinone, 700, no Sítio Cercado.

Segundo os moradores, não existe nenhum telefone público nas imediações, e a instalação do mesmo seria de grande benefício para todos os moradores da região.

Sala das Sessões, em 03.10.95.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 2843

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Departamento Nacional de Estradas de Rodagem - DNER, no sentido de colocar sinalização na Rodovia do Café, proximidades da Sociedade 21 de Abril.

Os moradores alegam que as crianças precisam atravessar a rodovia diariamente para ir à escola, e devido ao grande movimento e a falta de sinalização, colocam suas vidas em risco.

Sala das Sessões, em 03.10.95.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 2844

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Senhor Governador do Estado, para que instrua a Companhia de Saneamento do Paraná-SANEPAR, no sentido de implantar rede de esgoto na Rua Aleixo Kloss, Bairro Mossunguê.

O pedido está sendo feito pelos moradores, os quais reclamam que o sistema de escoamento de água e detritos ainda é feito através da fossa, e que, segundo eles, são apenas duas quadras sem o benefício.

Sala das Sessões, em 03.10.95.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 2845

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Senhor Governador do Estado, para que instrua a Companhia de Saneamento do Paraná-SANEPAR, no sentido de solucionar o problema da falta de água, na Rua Justo Manfron - Santa Felicidade.

Segundo os moradores, há duas semanas que a população está sem água e esse problema está dificultando principalmente as tarefas domésticas. Pedem providências.

Sala das Sessões, em 03.10.95.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 2846

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente a Telecomunicações do Paraná - TELEPAR, no sentido de atender o pedido dos moradores da Vila

Bairro Novo, Sítio Cercado, os quais pedem a instalação de um Telefone Público, em frente ao Mercado Sítio Cercado, localizada na Rua Nova Esperança, 15.

Segundo os moradores, não existe nenhum telefone nas proximidades.

Sala das Sessões, em 03.10.95.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 2847

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Senhor Governador do Estado, para que instrua a Companhia de Energia Elétrica - COPEL, no sentido de implantar rede de energia elétrica na Rodovia Contorno Norte, Colônia Antônio Prado, local 80.168 - Almirante Tamandaré - PR.

O pedido está sendo feito pela moradora, que, segundo ela, já se dirigiu a COPEL, pagou a taxa no Banco dia 24.08 e até agora nada foi resolvido. A sua identificação é de n° 3.154.327/8.

Pede providências imediatas.

Sala das Sessões, em 03.10.95.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 2848

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente a Prefeitura Municipal de Almirante Tamandaré, no sentido de implantar anti-pó, na Rua Wadislau Bugalski, Jardim Santa Maria.

O pedido está sendo feito pelos moradores, os quais reclamam da poeira nos dias de sol e da lama dos dias de chuva. Seria mais ou menos 1 km. Os moradores se propõem a pagar.

Sala das Sessões, em 03.10.95.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 2849

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral, para que instrua a Coordenadoria da Região Metropolitana de Curitiba - COMEC, no sentido de atender o pedido dos moradores do Jardim Cecília, Almirante Tamandaré, que pedem mudança do ponto final do Alimentador Passaúna.

Segundo os moradores, se o Alimentador fizer ponto final em frente a Batavo, que fica aproximadamente 500 m do ponto atual, será uma grande ajuda para os usuários.

Sala das Sessões, em 03.10.95.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 2857

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, na forma regimental, CONSIDERANDO que incentivar e acelerar procedimentos indispensáveis à vida política-econômica-social-administrativa do Estado, deve ser uma constante; CONSIDERANDO que as populações mais pobres, distantes do conforto, precisam ser vistas e contempladas com um trabalho de permanente atenção;

CONSIDERANDO que a lentidão, a impunidade, a dificuldade ou a impossibilidade de acesso à Justiça para certas pessoas, são os principais problemas que afetam e afligem a todos, desacreditando a Justiça; CONSIDERANDO que a reorganização do Poder Judiciário é questão prioritária nesse momento em que a sociedade, alimentando aspirações cada vez maiores e mais sofisticadas, questione a eficiência do sistema jurídico frente à missão que lhe é reservada;

REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, Desembargador Cláudio Nunes do Nascimento, objetivando a adoção de procedimentos no sentido de viabilizar a implantação do Tribunal de Pequenas Causas no Município de Fenix - Comarca de Engenheiro Beltrão.

Requer ainda, que do presente se dê ciência ao Vereador Wilson Quinzeiros e ao Vereador Celso Tomé da Silva - Presidente da Câmara Municipal de Fenix, a Rua Jangada, 25 - Fenix - PR - CEP 86950-000.

Sala das Sessões, em 03.10.95.

(a) JOEL COIMBRA

REQUERIMENTO N° 2864

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja enviado ao Governador do Estado, Excelentíssimo Senhor Jaime Lerner, expediente solicitando reavaliação referente ao Projeto da Construção de uma Vila Olímpica na Região do Tarumã, cujo objetivo é sediar os Jogos Olímpicos do Ano de 2004.

Salientamos que na referida área encontra-se a Unidade Social Oficial Ivone Pimentel, que atende 120 (cento e vinte) crianças, a Escola Estadual Paulo Leminski, com 1.500 (mil e quinhentos) alunos e o CENTRAU/ASTRAU que se encontra em construção, com inauguração prevista para agosto de 1996.

Sala das Sessões, em 03.10.95.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO N° 2865

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente a Exma. Sra. Fani Lerner, DD. Presidente do PROVOPAR, solicitando a liberação de um veículo tipo Kombi, para o Município de Vila Alta.

Do aprovado requer ainda, seja comunicado à Sra. Dayse Meire Jardim, Prefeita Municipal de Vila Alta (Av. Tupi, s/n°); ao Vereador Geraldo Pedroso, Presidente da Câmara Municipal (Rua J.B. Rodrigues, s/n° - CEP: 87.516-000); ao Deputado Federal Alexandre Ceranto (Av. Munhoz de Mello, 3.800, Cj. 101 - Ed. Centro Comercial - CEP: 87.501-190 Umuarama).

Sala das Sessões, em 03.10.95

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

A reivindicação em questão objetiva proporcionar ao Município de Vila Alta, meios de realizar com maior eficiência o trabalho de assistência social, garantindo o transporte de doentes para tratamento médico-hospitalar periódicos, transporte das crianças às creches, idosos e deficientes. Enfim, todo o atendimento que exija deslocamento através de veículo.

É imprescindível a colaboração do PROVOPAR, para que se possa amenizar o problema enfrentado por centenas de pessoas carentes, que dependem da ajuda da municipalidade para a sua sobrevivência.

REQUERIMENTO N° 2867

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente a Excelentíssima Senhora Fani Lerner, Digníssima Presidente do PROVOPAR, solicitando a liberação de um veículo tipo Kombi, para o Município de Mariluz.

Do aprovado requer ainda, seja comunicado ao Senhor Jose Braz Brilhante, Prefeito Municipal de Mariluz (Av. Marília, 1920); a Vereadora Ivone Perecin, Presidente da Câmara Municipal (Av. Marília 1690) CEP 87470-000; ao Deputado Federal Alexandre Ceranto (Av. Munhoz de Mello, 3800 - cj. 101 - Ed. Centro Comercial, CEP 87501-190 Umuarama).

Sala das Sessões, em 03.10.95

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

A reivindicação em questão objetiva proporcionar ao Município de Mariluz, meios de realizar com maior eficiência o trabalho de assistência social, garantindo o transporte de doentes para tratamento médico-hospitalar periódicos; transporte das crianças às creches, idosos e defi-

cientes. Enfim, todo o atendimento que exija deslocamentos através de veículo.

É imprescindível a colaboração do PROVOPAR, para que se possa amenizar o problema enfrentado por centenas de pessoas carentes, que dependem da ajuda da municipalidade para a sua sobrevivência.

REQUERIMENTO N° 2868

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente a Excelentíssima Senhora Fani Lerner, Digníssima Presidente do PROVOPAR, solicitando a liberação de um veículo tipo Kombi, para o Município de Umuarama.

Do aprovado requer ainda, seja comunicado ao Senhor Antônio Romero Filho, Prefeito Municipal de Umuarama (Av. Rio Branco, 3717 - CEP 87501-130); ao Vereador Genésio Alves da Silva, Presidente da Câmara Municipal (Av. Maringa, 4863 - CEP 87502-080; ao Deputado Federal Alexandre Ceranto (Av. Munhoz de Mello, 3800 - cj. 101 - Ed. Centro Comercial, CEP 87501-190 Umuarama).

Sala das Sessões, em 03.10.95

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

A reivindicação em questão objetiva proporcionar ao Município de Umuarama, meios de realizar com maior eficiência o trabalho de assistência social, garantindo o transporte de doentes para tratamento médico-hospitalar periódicos; transporte das crianças às creches, idosos e deficientes. Enfim, todo o atendimento que exija deslocamentos através de veículo.

É imprescindível a colaboração do PROVOPAR, para que se possa amenizar o problema enfrentado por centenas de pessoas carentes, que dependem da ajuda da municipalidade para a sua sobrevivência.

REQUERIMENTO N° 2869

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente a Excelentíssima Senhora Fani Lerner, Digníssima Presidente do PROVOPAR, solicitando a liberação de um veículo tipo Kombi, para o Município de Nova Olimpia.

Do aprovado requer ainda, seja comunicado ao Senhor Luiz Sorvos, Prefeito Municipal de Nova Olimpia (Rua L. Pradela, 265); ao Vereador Ari Amaro Vieira de Souza, Presidente da Câmara Municipal (Rua Mato Grosso, 700) CEP 87516-000; ao Deputado Federal Alexandre Ceranto (Av. Munhoz de Mello, 3800 - cj. 101 - Ed. Centro Comercial, CEP 87501-190 Umuarama).

Sala das Sessões, em 03.10.95

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

A reivindicação em questão objetiva proporcionar ao Município de Nova Olimpia, meios de realizar com maior eficiência o trabalho de assistência social, garantindo o transporte de doentes para tratamento médico-hospitalar periódicos; transporte das crianças às creches, idosos e deficientes. Enfim, todo o atendimento que exija deslocamentos através de veículo.

É imprescindível a colaboração do PROVOPAR, para que se possa amenizar o problema enfrentado por centenas de pessoas carentes, que dependem da ajuda da municipalidade para a sua sobrevivência.

REQUERIMENTO N° 2870

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente a Excelentíssima Senhora Fani Lerner, Digníssima Presidente do PROVOPAR, solicitando a liberação de um veículo tipo Kombi, para o Município de Alto Piquiri.

Do aprovado requer ainda, seja comunicado ao Senhor Elias Pereira da Silva, Prefeito Municipal de Alto Piquiri (Rua Santos Dumont, 315); ao Vereador José Wilson da Silva, Presidente da Câmara Municipal (Rua Santos Dumont, 317), CEP 87580-000; ao Deputado Federal Alexandre Ceranto (Av. Munhoz de Mello, 3800 - cj. 101 - Ed. Centro Comercial, CEP 87501-190 Umuarama).

Sala das Sessões, em 03.10.95

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

A reivindicação em questão objetiva proporcionar ao Município de Alto Piquiri, meios de realizar com maior eficiência o trabalho de assistência social, garantindo o transporte de doentes para tratamento médico-hospitalar periódicos; transporte das crianças às creches, idosos e deficientes. Enfim, todo o atendimento que exija deslocamentos através de veículo.

É imprescindível a colaboração do PROVOPAR, para que se possa amenizar o problema enfrentado por centenas de pessoas carentes, que dependem da ajuda da municipalidade para a sua sobrevivência.

REQUERIMENTO N° 2875

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Soberano Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Sr. Dr. Adib Jatene, Mui Digno Ministro de Estado da Saúde, para que este determine a imediata realização de estudos visando o

solucionamento das questões referentes ao repasse efetuado pelo ministério aos hospitais conveniados ao SUS, que encontram-se, em maioria, em estado pré-falimentar. A situação da Santa Casa de Misericórdia de Colombo é exemplar; Atendeu nos últimos 3 (três) meses a 1.300 pacientes, acumulando um déficit financeiro somente nos meses de FEV/94 a AGO/95 de R\$ 343.119,06, sendo certo que o repasse referente ao SUS nos últimos 3 (três) meses foi de R\$ 40.634, 75.

Requer outrossim, o envio de correspondência à Associação de Hospitais do Estado do Paraná, bem como à Câmara Municipal de Colombo, na pessoa do seu Presidente o Vereador José Vicente de Lima.

Sala das Sessões, em 03.10.95

(a) CLEITON KIELSE

REQUERIMENTO N° 2876

Senhor Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, no uso de suas atribuições (art. 129, e seguintes do Reg. Interno), REQUER o encaminhamento de expediente ao Dr. Miguel Salomão, D.D. Secretário de Estado da Fazenda, solicitando a alteração do Art. 149 do Regulamento do ICMS-PR, dispensando a emissão de Nota Fiscal do Produtor, para cada operação realizada com "mandioca".

Sala das Sessões, em 03.10.95

(a) WALMOR TRENTINI

JUSTIFICATIVA:

A atual redação do Regulamento do ICMS-PR dispõe:

"Art. 149 - O Produtor agropecuário não inscrito no CAD/ICMS emitirá Nota Fiscal de Produtor (Convênio SINIEF, de 15.12.70, art. 58):

I - sempre que promover a saída de mercadoria;

II - na transmissão de propriedade de mercadorias;

III - nas demais hipóteses previstas neste regulamento.

§ 1° - Fica dispensada a emissão de Nota Fiscal de Produtor:

a) no transporte manual e carroçável de produto da agricultura e da criação e seus derivados excluída a condução de rebanho;

b) na entrega em operação interna de leite paranaense pelo cooperado à cooperativa ou por produtor ao estabelecimento comercial ou industrial;

c) na entrega em operação interna da produção dos cooperados às suas cooperativas, quando emitida a Nota Fiscal de Entrega em Cooperativa;

d) nas operações internas com cana-de-açúcar, desde que o adquirente adote e deixe à disposição do fisco demonstrativo de pesagem de cana, por carga e fornecedor, sem prejuízo de demais controles exi-

gidos por outros órgãos".

A mandiocultura é a segunda cultura mais importante da região responsável pela geração de empregos e aumento da arrecadação.

A mandiocultura paranaense sempre contribuiu e vem contribuindo em muito, sendo uma das maiores fontes de emprego, transformando-se numa atividade essencial para a sobrevivência do trabalhador.

A exemplo de outras, a Mandiocultura, encontra-se com problemas no tocante a emissão de Nota Fiscal; são 40/60 caminhões/dia carregados com o produto, que ingressam na maior empresa da região (INDEMIL Ltda). É inviável a confecção de notas fiscais para cada caminhão que entra na empresa.

A exemplo de outras atividades de menor importância para o estado, fora dispensado da emissão de Nota Fiscal do Produtor.

Pretende que o mesmo benefício seja estendido à mandiocultura.

Por isso, solicita a alteração do art. 149 § 1º do Regulamento do ICMS, a fim de conceder o benefício de dispensa da emissão de Nota Fiscal do Produtor, também para as operações realizadas com "mandioca".

REQUERIMENTO N° 2877

SÚMULA: REQUER o encaminhamento de expediente ao Presidente do Paraná Clube, Sr. Ocimar Batista Boliceiro (Av. Presidente Kennedy, 2377, CEP n° 80610-010, Curitiba) e ao Prefeito Municipal de Paranavaí, Dr. José Augusto Felipe (Av. Getúlio Vargas 900, CEP 87702-000, Paranavaí) manifestando seu apoio à realização da partida entre o Paraná Clube e Santos Futebol Clube, pelo Campeonato Brasileiro, em Paranavaí, bem como de outras partidas cujo mandante seja o Paraná Clube sem ônus ao erário público.

Senhor Presidente.

O Parlamentar que o presente subscreve, no uso de suas atribuições (art. 129 e seguinte do Reg. Interno), REQUER, após ouvido o Plenário, o encaminhamento de Expediente ao Presidente do Paraná Clube, Sr. Ocimar Batista Boliceiro e ao Prefeito Municipal de Paranavaí, Dr. José Augusto Felipe, manifestando apoio à realização da partida entre o Paraná Clube e Santos Futebol Clube, pelo Campeonato Brasileiro, em Paranavaí, bem como de outras partidas cujo mandante seja o Paraná Clube, sem ônus ao erário público.

Sala das Sessões, 03.10.95

(a) WALMOR TRENTINI

JUSTIFICATIVA:

Paranavaí conta com um monumental Es-

tádio de Futebol, o qual já foi palco inclusive de partida envolvendo o selecionado brasileiro.

A população de Paranavaí e da região, ávida por espetáculos populares, tem grande preferência pelo futebol, entre todos os esportes, como de resto o país inteiro. E lá se encontra grande contingente de fanáticos torcedores, que garantirão expressivas rendas, ainda mais pelo caráter histórico de uma partida com resultado válido para o maior campeonato brasileiro, que atrairá inclusive público que não costuma ir aos estádios, pela novidade dessa apresentação em Paranavaí.

Ao Paraná Clube, o nosso apoio também, por acreditar nessa forma nova de atrair mais torcedores e influir para permitir o acesso de legiões de torcedores que raramente, morando no interior, têm acesso a jogos dessa magnitude.

Submetemos.

REQUERIMENTO N° 2879

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM, após ouvido o Plenário, o envio de expediente aos Presidentes da Companhia Paranaense de Energia - COPEL e Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR, solicitando a manutenção das ligações de água e luz do conjunto habitacional Palmeiras, localizado na cidade de Cascavel.

Sala das Sessões, em 03.10.95

(aa) LUIZ CLÁUDIO ROMANELLI

EDGAR BUENO

JUSTIFICATIVA:

O Conjunto Habitacional Palmeiras, localizado na cidade de Cascavel, encontra-se hoje habitado por 496 famílias de trabalhadores, que numa medida de desespero e espera de três anos, ocuparam o referido empreendimento. Por intransigência da Cooperativa Habitacional do Oeste - COHESTE, instituição responsável pela construção e comercialização dos imóveis, os moradores estão na eminência de ficar sem água e luz, caso a COPEL e SANEPAR venham cumprir as solicitações da cooperativa.

Toda sociedade paranaense está prestando solidariedade às 496 famílias, não poderia a COPEL e SANEPAR ficar alheia a tão grave problema social, provocado por irresponsabilidade e mau uso do dinheiro público, pela COHESTE e construtora, quando da construção do conjunto, que foi financiado com recursos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, durante o governo Collor de Mello, tendo o mesmo sério indício de superfaturamento, sendo inclusive questionado judicialmente pela própria Caixa Econômica Federal.

REQUERIMENTO N° 2881

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER,, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente a Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR, no sentido de autorizar a ligação de água da residência de n° 76, localizada à Rua Francisco Dalalibra - Santa Felicidade, para o n° 36 dessa mesma rua. Ocorre que a proprietária da casa n° 36 solicitou ligação de água sob protocolo n° 950918132309-058 há mais ou menos 45 (quarenta e cinco) dias atrás, porém, por altos custos financeiros que essa ligação proporcionaria, o serviço não foi executado. O proprietário da casa n° 76 dispõe desse benefício e autorizou que o relógio fosse colocado em seu terreno.

Desta forma, solicita-se que a SANEPAR autorize o presente pedido, uma vez que só benefícios trará a requerente. Para maiores esclarecimentos pode-se contatar com a Sra. Dirce Correa César de Vasco através do telefone n° 273-5251.

Sala das Sessões, em 03.10.95

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 2882

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, considerando que:

1. As violências praticadas ao longo de nossa história contra os camponeses expressas na destruição de comunidades, na violação de sua cultura, na prática de prisões, torturas e assassinatos;

2. O massacre recente de trabalhadores rurais em Corumbatai/RO e em outros estados brasileiros com dezenas de mortos e desaparecidos;

3. Que o Poder Judiciário tem tido ativa e decisiva participação no processo de violência contra os camponeses, especialmente através do uso de Medidas Liminares concedidas solitária e arbitrariamente por juízes insensíveis, descompromissados com a realidade social, dominados pela ideologia absoluta da propriedade privada e subordinados aos interesses do latifúndio e de forças políticas conservadoras;

4. Que as decisões do Poder Judiciário tem se constituído em forte obstáculo à Reforma Agrária e à justiça no campo;

5. A urgente necessidade de alterações legais e processuais visando restringir o poder absoluto de membros do judiciário diante dos conflitos fundiários;

Requer seja enviado expediente a todos os Deputados Federais solicitando aprovação dos Projetos de Lei 490/95 e 716/95, ambos do Deputado Domingos Dutra, relatados pelos Deputados Régis de Oliveira e

Hélio Bicudo, que visam proibir a concessão de liminares em áreas de conflito e obriga a participação do Ministério Público em todos os processos envolvendo litígios pela posse da terra urbana e rural.

Sala das Sessões, em 03.10.95

(a) DOUTOR ROSINHA

REQUERIMENTO N° 2889

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto e soberano Plenário, seja encaminhado expediente ao Exmo. Sr. Dr. Armando Martinho Bardou Raggio, Secretário de Estado da Saúde, solicitando a liberação de medicamentos ao Posto de Saúde do Município de Corumbatai do Sul.

A presente solicitação, tem por objetivo, abastecer o Posto de Saúde, com medicamentos para serem distribuídos entre a população carente e bóias frias, este tipo de trabalhador é em grande número na região, que não possuem condições financeiras para aquisição de remédios.

Sala das Sessões, em 03.10.95

(a) TOTI COLAÇO

REQUERIMENTO N° 2890

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto e soberano Plenário, seja encaminhado expediente ao Exmo. Sr. Dr. Armando Martinho Bardou Raggio, Secretário de Estado da Saúde, solicitando a liberação de recursos financeiros para o Hospital de Caridade Dona Darcy Vargas, do município de Rebouças, para aquisição de materiais de construção, consumo, materiais cirúrgicos e permanente.

Trata-se de reivindicação do Vereador Bertolo Irineu Gross, ao qual somamos o nosso apoio, por entendermos as dificuldades financeiras encontradas por este Hospital para manter o atendimento à população da região.

Sala das Sessões, em 03.10.95

(a) TOTI COLAÇO

REQUERIMENTO N° 2901-B

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando das suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja enviado expediente ao Senhor Administrador da FUNAI da região de Guarapuava, a qual está jurisdicionada a área de 622,9 hectares da área Paraná Porã, de propriedade da Itaipu Binacional, onde estão vivendo atualmente as 60 famílias de índios guaranis, na espera da solução definitiva dos seus problemas de assentamento. As fami-

lias em referência estão passando privações de água e alimentação, principalmente, nestes dias chuvosos, pela dificuldade de acesso ao local. Requer, ainda, que as soluções sejam prioritárias e urgentes, pois ameaça a sobrevivência de 60 famílias.

Sala das Sessões, em 03.10.95

(a)SÉRGIO SPADA

JUSTIFICATIVA:

A ocupação da área há três meses e meio, foi a alternativa encontrada pelos índios para pressionar a Usina de Itaipu, a devolver aproximadamente 1,5 mil hectares de terras onde eles viviam, cobertos pelas águas do lago da hidrelétrica há 12 anos. Até agora as famílias estão cumprindo o acordo de não desmatar e já vivem numa rotina.

Conforme denúncia através da imprensa,

feita pelo Cacique Silvino Vaz, a espera não tem sido fácil. O fornecimento de água potável e alimentos tem atrasado em até quatro dias, pois os representantes da FUNAI de São Miguel do Iguaçu, tem encontrado a dificuldade de entrar na área ocupada, em razão do péssimo estado das estradas ocasionado pelas fortes chuvas que caem na região. Isto tem comprometido o abastecimento das famílias que tem crianças e idosos que não podem esperar tanto tempo. E ainda mais, as crianças que frequentam a Escola Guarani, na reserva do Ocoí, em São Miguel do Iguaçu, estão de voltar às aulas na escola ao ar livre, construída no centro da área ocupada. Nestes dias de chuva as crianças permanecem em casa para se aquecer junto ao fogo.

Por estas razões, justifica-se o presente requerimento.

OESTE SUDOESTE

Avã-guarani

Índios acampados sofrem com descaso

Há três meses e meio os índios esperam uma definição da Itaipu sobre a área que ocupam, enquanto faltam comida e assistência

Ana Maria Meja
Especial para Folha

As 60 famílias guarani que ocupam 624 hectares da área Parana-Pira de propriedade da Itaipu Binacional, esperam ansiosas o resultado do ludo que o antropólogo Rubem Almeida Thomaz Almeida deverá apresentar à Superintendência de Meio Ambiente da Binacional no início de outubro.

O cacique Silvino Vaz diz que a espera não tem sido fácil. O fornecimento de água potável e alimentos tem atrasado em até quatro dias. As famílias de São Miguel do Iguaçu, 40 km ao norte de Foz, resistem a sair da área e aguardam a chegada de um funcionário para efetuar os atendimentos. A estrada de acesso tem muito barro.

Por enquanto, os índios estão esperando a definição da Itaipu sobre a área que ocupam, enquanto faltam comida e assistência.

Lago de Itaipu cobriu as terras dos guaranis na região de Foz

A reconquista da terra é prioridade para os guaranis. O vice-cacique Teodoro Tupai, foi a Brasília, mês passado, junto com representantes de outros grupos para uma conversa com o presidente Fernando Henrique Cardoso. Eles reivindicam maior empenho na demarcação das áreas indígenas.

Laudo Em entrevista à Folha, o antropólogo Rubem Almeida, integrante da Associação Brasileira de Antropologia, disse que o laudo deverá ser apresentado à direção da Itaipu no máximo até a segunda semana de outubro. No relatório ele diz que faz parte de um breve histórico do povo guarani que se divide em três grandes grupos, o Mbya, Nandeva e Kaiowa.

Ele mostra principalmente como foi feito o tratado de perambulação dos guaranis, especialmente o grupo Nandeva (do Ocoí), cujos limites de território foram definidos entre Foz, Toledo e Guaira.

"E dentro destes limites que eles aceitaram uma terra, de preferência que tenha pesca, caça, mato, campo, lugar para casa e para roça", diz Rubem.

Os limites da área onde eles desenvolvem o modo de vida guarani, chamado de tekoha, varia entre 800 e 1.800 hectares. A pesquisa baseou-se nas informações dadas pelos próprios índios e pelo mapeamento das áreas por eles ocupadas, antes da alagação.

Equivocos O antropólogo Rubem Almeida, da Associação Brasileira de Antropologia, acredita que nestes 20 anos houve muitos equívocos que viraram "verdades". Dois exemplos são a de que viriam os parentes do Paraguai para essa nova área e a afirmação que os guaranis são nômades.



Costumes

Família indígena se aquece em torno de fogueira no chão

Os guaranis, segundo Rubem Almeida, não permitem a entrada de outros para morar. Ele relata sua experiência com tribos do Mato Grosso do Sul, onde as áreas demarcadas aumentaram de oito para 22. "E não houve mais problemas", disse. Há 10 anos Rubem elabora laudos para demarcação de terras guarani.

Rubem espera que as mudanças dentro da estrutura da binacional não alterem as negociações. Ele acredita que a contratação de seu trabalho como especialista em cultura guarani foi um avanço. "O papel do especialista é buscar a linguagem, os mecanismos, a orientação correta para solução de um problema", afirma.

Ponte da Amizade

Chuva e blitz reduzem movimento na fronteira

Montezuma Cruz

Sucursul de Foz do Iguaçu

Embora o movimento de ônibus de turismo tenha se reduzido na BR-277, os volumes de mercadorias apreendidas de sacoleiros pela Receita Federal indicam que a Superintendência da 9ª Região Fiscal irá computar altos valores. A operação especial anticorrupção entra hoje no terceiro dia.

Segundo os fiscais do Serviço Aduaneiro, as chuvas constantes, o arrocho da fiscalização e a visita do secretário da Receita, Everardo Maciel, inibiram os compristas, diminuindo o movimento das excursões e o esvaziamento do comércio de Ciudad del Este.

A Polícia Rodoviária Federal informou que antontem pouco mais de 200 ônibus cruzaram a Ponte da Amizade (Foz-Ciudad del Este) rumo ao Paraguai. Até as 14h30 de ontem, passaram apenas 120. Isso significa que pouco mais de 12 mil compristas decidiram enfrentar as barreiras do fisco.

As mercadorias apreendidas no Posto de Fiscalização Boni Jesus, em Medianeira (60 quilôme-

tros ao norte de Foz) estão sendo transportadas em contêineres até o depósito da Receita. O desembaraço das cargas exigirá esforços dos funcionários, já que as prateleiras e corredores estão lotados. Até automóveis importados estão guardados ali.

Todos os anos, mesmo com o "pente fino" da RF na ponte e nas rodovias regionais, o número de ônibus e compristas e até duas vezes maior, entre os meses de setembro e as vésperas do Dia da Criança, 12 de outubro. A corrida se justifica pela grande procura aos brinquedos.

Segundo a Associação Brasileira dos Fabricantes de Brinquedos (Abrinq), os importados representaram este ano 40% das vendas no mercado brasileiro (eram apenas 5% em 1990). A cifra representaria um faturamento de US\$ 250 milhões.

O contrabando pelo Paraguai é estimado em US\$ 120 milhões. Em 1994 entraram somente pelo país vizinho US\$ 60 milhões em brinquedos e jogos. A Abrinq classifica como "desigual" a concorrência dos brinquedos asiáticos.

Receita impõe limites

Se quiser legalizar mercadorias em excesso, o comprista entregará sua sacola, mala ou pacote para o laço da RF. Ele tem prazo de 15 dias para provar sua intenção.

Pelos limites estipulados, o comprista tem direito a trazer do Paraguai apenas uma unidade dos seguintes produtos: filmadora, televisor, videocassete, maqui-

na de escrever, loca-lita de automovel, entre outros itens.

Até uma dúzia a bagagem comportará sombrinhas, brinquedos, desodorantes, meias, batons, sabonetes e outros produtos de pequeno valor. Até meia dúzia: tênis, roupas, óculos, toalhas de mesa, varas de pesca, relógios de pulso, fitas de vídeo, garrafas térmicas, entre outros (M.C.)

REQUERIMENTO N° 2901-M

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja enviado expediente ao Senhor Diretor Geral da Itaipu Binacional, Dr. Euclides Scalco, para solucionar em definitivo o problema das 60 famílias de índios guaranis que encontram-se na área de 622,5 hectares denominada Paraná Porã. As famílias aqui referidas estão passando privações de água e alimentação, principalmente nestes dias chuvosos, pelas dificuldades de acesso ao local.

Requer, ainda, que as soluções sejam prioridade e urgentes, pois a situação atual ameaça a sobrevivência de 60 famílias no local.

Sala das Sessões, em 03.10.95.

(a) SÉRGIO SPADA

JUSTIFICATIVA:

A ocupação de área há três meses e meio, foi alternativa encontrada pelos índios para pressionar a Usina de Itaipu, a desenvolver aproximadamente 1,5 hectares de terras onde eles viviam, cobertos pelas águas do lago da hidrelétrica há 12 anos. Até agora as famílias estão cumprindo o acordo de não desmatar e já vivem numa rotina.

Conforme denúncia através da imprensa, feita pelo Cacique Silvino Vaz, a espera não tem sido fácil. O fornecimento de água potável e alimentos tem atrasado em até quatro dias, pois os representantes da FUNAI de São Miguel do Iguaçu, tem encontrado dificuldades de entrar na área ocupada, em razão do péssimo estado das estradas ocasionado pelas fortes chuvas que caem na região. Isto tem comprometido o abastecimento das famílias que tem crianças e idosos que não podem esperar tanto tempo. E ainda mais, as crianças que frequentam a Escola Guarani, na reserva de Ocoí, em São Miguel do Iguaçu, estão de voltar às aulas na escola ao ar livre, construída no centro da área ocupada. Nestes dias de chuva as crianças permanecem em casa para se aquecer junto ao fogo.

Por estas razões, justifica-se o presente requerimento.

(Matéria publicada à pag. 17 desta Ata)

REQUERIMENTO N° 2883

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER envio de pedido de informação ao Excelentíssimo Senhor Secretário do Estado da Segurança Pública, solicitando:

1. Qual foi a empresa ganhadora da licitação para a contratação de aluguel de táxi aéreo?
2. Quantas serão as aeronaves usadas?

3. Qual o objeto de tal locação?

4. Qual o período de contrato e o valor do pagamento mensal?

4.1. Cópia do comprovante.

Sala das Sessões, 03.10.95.

(a) DR. ROSINHA

REQUERIMENTO N° 2884

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER envio de pedido de informação ao Excelentíssimo Senhor Cássio Taniguchi, Digno Secretário de Estado do Planejamento, solicitando:

1. Qual foi a empresa ganhadora da Carta Convite n° 02/95 - PROSAN/COMEC?
2. Qual é o objetivo da mesma?
3. Qual é o montante mensal a ser pago para a empresa vencedora?
- 3.1. Cópia da documentação comprovante.

Sala das Sessões, em 03.10.95.

(a) DR. ROSINHA

REQUERIMENTO N° 2885

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER envio de pedido de informação ao Excelentíssimo Senhor Doutor Armando M. B. Raggio, Digno Secretário de Estado da Saúde, solicitando, de acordo com o disposto no Art. 33, inciso I e II, parágrafo 10, do Regimento Interno da ALEP, o envio de cópias, à Comissão de Saúde Pública, dos seguintes documentos, ao longo da atual gestão:

1. Convênios assinados pelo ISEP/SESA com qualquer órgão ou entidade pública ou privada;
2. Dos programas e políticas em execução ou a executar pelo ISEP/SESA;
3. Das resoluções do Conselho Estadual de Saúde;
4. Resultados de todas as licitações com seus respectivos objetos e valores pagos discriminados.

Sala das Sessões, em 03.10.95.

(a) DR. ROSINHA

REQUERIMENTO N° 2886

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER envio de pedido de informação ao Excelentíssimo Senhor Miguel Salomão, digno Secretário de Estado da Fazenda, solicitando:

1. Qual o total das despesas com publicidade, feita pelo BANESTADO, no período de janeiro/1991 a julho/1995?
2. Especificar quais as empresas que receberam, o montante e o objeto das despesas.

3. Houve licitações para estas contratações?
 4. Foram pagas despesas sem a devida prestação de serviços?
 - 4.1. Se sim, para quais empresas e o montante.
 5. Algum contrato cancelado?
 - 5.1. Se sim, qual a razão?
 6. Foi assinado algum contrato de exclusividade?
 - 6.1. Se sim, com qual(is) empresa(s)?
 - 6.2. Quais os respectivos valores?
 7. No mês de dezembro de 1994, foi assinado algum contrato?
 - 7.1. Se sim, com qual(is) empresa(s) e seu(s) perspectivo(s) valor(es).
- Sala das Sessões, em 03.10.95.
(a) DR. ROSINHA

REQUERIMENTO N° 2887

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER envio de pedido de informação ao Excelentíssimo Senhor Jaime Tadeu Lechinski, Digno Secretário de Estado da Comunicação Social, solicitando cópia do contratado e aditivos assinados entre o Governo do Estado e as seguintes empresas: Heads Propaganda Ltda, Master Comunicações e Marketing Ltda, Opus e Múltipla Propaganda Ltda, Mercer Comunicação Publicitária Ltda, e cópia dos respectivos pagamentos (empenhos) já efetuados.

Sala das Sessões, em 03.10.95.

(a) DR. ROSINHA

REQUERIMENTO N° 2888

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER envio de pedido de informação ao Excelentíssimo Senhor Luiz Fernando Ribas Carli, Secretário de Estado Chefe da Casa Civil, solicitando:

1. No período de janeiro de 1994 a setembro de 1995, quantas e quais empresas da área de informática foram contratadas pelo Estado para a prestação de serviços?
2. Especificar por empresa: o nome, CGC, secretaria, órgão ou empresa que atuará, objeto da contratação, número de trabalhadores da empresa que atuarão no serviço, valor corrigido do contrato e aditivos, data da contratação e duração do contrato.
3. Os programas utilizados para a execução dos serviços são próprios ou o Governo do Estado comprá-os?
 - 3.1. Se comprados, especificar: quais programas e de quais empresas, com seus valores atualizados.

Sala das Sessões, em 03.10.95.

(a) DR. ROSINHA

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI N° 382/95
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica autorizado o Poder Executivo a enquadrar no cargo de Assistente Jurídico, para posterior ascensão à Carreira Especial de Advogados do Estado, em conformidade com a Lei n° 9.422, de 05 de novembro de 1.990, os funcionários do Quadro Próprio do Magistério com habilitação em Direito, inscritos na Ordem dos Advogados do Brasil, e que prestam serviços na Assessoria Jurídica da Secretaria de Estado da Educação.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 03.10.95.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

JUSTIFICATIVA:

Através do presente projeto de lei, visamos preencher lacuna deixada com o não enquadramento dos servidores públicos que prestam assessoria jurídica junto a Secretaria de Estado da Educação.

Esses servidores são advogados e prestam serviços jurídicos à Administração Pública, embora pertençam ao Quadro Próprio do Magistério, encontram-se divorciados daquela função.

Pelos princípios da isonomia e impessoalidade que devam nortear a atuação administrativa do Estado, faz necessário a devida correção nas atividades funcionais destes servidores, que foi concedida a outros funcionários do Poder Executivo pela Lei n° 9.422, de 05 de novembro de 1.990.

Confiantes na natureza justa contida neste Plano de Lei, contamos com o devido apoio dos Pares desta Casa para a devida aprovação da matéria que ora apresentamos.

PROJETO DE LEI N° 383/95
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica alterado o art. 1° da Lei n° 9.350, de 16 de agosto de 1990, que criou o Município de Carambei, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1° - Fica criado "ad referendum" do resultado de plebiscito, o Município de Carambei, desmembrado dos Municípios de Castro e Ponta Grossa, com as divisas que especifica:

Iniciando na Foz do Rio Cotia, junto a margem direita do Rio Tibagi, na latitude de 24°46'40"S e 50°18'12"W (GRW), segue o citado Rio Cotia acima, até a Foz do Arroio Maria Leme, na confrontação com o Mu-

nício de Tibagi. Daí, segue o Arroio Maria Leme acima até sua nascente e segue ao longo de uma linha seca de divisa até o peral da Serra São Joaquim, segue ao longo desta até o divisor d'água, junto a estrada municipal, daí segue esta estrada sentido Tronco, até alcançar o Rio São João, segue o Rio São João abaixo até a barra de um arroio após a Fazenda Engenho, daí segue este arroio acima até sua cabeceira, daí segue a linha reta, cruzando a rodovia e a ferrovia, alcançando a cabeceira do Arroio da Campina, daí segue este arroio abaixo até sua barra, junto ao Rio Jutuba, daí segue o Rio Jutuba, até a Foz do Arroio Bonsucesso e subindo por este até a cabeceira de um afluente da margem direita, segue por linha seca até a cabeceira de um afluente da margem direita do Rio Pitangui e segue por este afluente abaixo até o Rio Pitangui, segue o Rio Pitangui abaixo até a Represa dos Alagados, sempre na confrontação com o Município de Castro. Daí segue pela Represa dos Alagados, até a barra do Rio Moquem, afluente ao lado direito junto ao alagado, deste segue em uma linha seca até a nascente do Arroio da Caixa D'Água, daí segue o lageado da Caixa D'Água abaixo até a sua barra junto ao rio Pitangui sempre confrontando com o Município de Ponta Grossa. Daí segue o Rio Pitangui abaixo até alcançar a Foz do rio Congonhas, segue este acima até a cabeceira de uma sanga na sua margem esquerda, segue em linha reta até a cabeceira do Arroio Barbado e segue este abaixo até a sua foz junto ao Rio Tibagi, sempre na confrontação com o Município de Ponta Grossa. Daí segue com o Rio Tibagi abaixo na confrontação com o Município de Tibagi, fechando assim o perímetro."

Sala das Sessões, em 03.10.95.

(a) ANIBAL KHURY

PROJETO DE LEI N° 384/95
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica denominado de "Colégio Estadual Juracy Rachel Saldanha Rocha - Ensino de 1° e 2° Grau, o atual Colégio Estadual de Marialva - Ensino de 1° e 2° grau, subordinado a Secretaria de Estado da Educação, situado no Município de Marialva.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 03.10.95.

(a) JOEL COIMBRA

JUSTIFICATIVA:

No início da década de 40, a família Rocha radicou-se no Povoado de Marialva, estabelecendo-se com pequena farmácia e

passando atender vastíssima região que ia até as margens dos Rios Paraná e Paranapema.

Família boa e simples, trabalhava a qualquer hora e, naturalmente, foi se tornando uma liderança da pequena comunidade.

Sabiam cativar as pessoas e poucos, como eles elevaram tanto naqueles tempos duros e pioneiros o sentimento de solidariedade.

Francisco Silveira Rocha, o Chefe da Família, foi candidato a Deputado Estadual, colhendo expressiva vitória e obteve votos em todos os patrimônios da região, cumprindo seu mandato de 1950 a 1954.

A senhora Juracy Rachel Saldanha Rocha foi um importante esteio nas atividades políticas do marido, desenvolvendo um trabalho de grande alcance social e filantrópico, com seriedade e dedicação, em favor dos segmentos menos favorecidos, destacando-se também, pela participação, ao lado do marido, no processo de criação de diversos municípios e comarcas, sendo fundamental a sua luta pela elevação de Marialva à categoria de municípios. Contribuiu muito para a fundação do Rotary Club e do Clube dos 30, além de participar de todas as instituições que até hoje engrandecem a Comunidade Marialvense.

Ao denominar de Colégio Estadual "Juracy Rachel Saldanha Rocha" - Ensino de 1° e 2° grau, o atual Colégio Estadual de Marialva, que ainda não tem denominação oficial, conforme atesta o documento fornecido pela SEED/FUNDEPAR, em anexo, estamos prestando um tributo e resgatando uma dívida de gratidão a quem, em vida, sempre acreditou no futuro de Marialva.

PROJETO DE LEI N° 385/95
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica autorizado à Secretaria de Estado da Criança e Assuntos da Família edificar no Município de Paranavaí, o Centro integrado de atendimento ao Adolescente Infrator - CIAADI.

Art. 2° - A CIAADI deverá ter, além da edificação, todos os equipamentos e contingente necessário a fim de possibilitar a atuação efetiva em prol dos adolescentes e menores infratores.

Art. 3° - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 03.10.95.

(a) WALMOR TRENTINI

JUSTIFICATIVA:

A imprensa divulgou que a Secretaria da Criança e Assuntos da Família está prestes a realizar a construção de um CIAADI em Londrina, podendo abrigar 30 jo-

vens entre 12 e 18 anos. Esta será a segunda unidade do Estado.

Com a edição do Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA (Lei n° 8.069/90), tornou-se necessário em cada município um local para que os infratores possam ser reintegrados na sociedade, conforme permite a Lei (Capítulo IV - Das Medidas Sócio-Educativas, art. 112 a 125).

O CIAADI é utilizado para internamento provisório ao menor infrator oferecendo programas esportivos, recreativos, oficinas de profissionalização, atendimento psicológico e alimentação.

Questões como esta estão sendo resolvidas pelo Distrito Policial, o que é contrário à lei atual.

Em Curitiba, no Bairro do Tarumã, já funciona há um ano, tendo recebido 1.660 adolescentes nesse período. É considerado referência nacional por estar dentro das normas estabelecidas pelo E.C.A..

O CIAADI atua em parceria com o Juizado da Infância e Juventude, Promotoria Pública e Secretaria de Segurança Pública.

O internamento deste menores é provisório até 45 dias até que aguardam a sentença proferida pelo Magistrado, nos crimes de uso e tráfico de drogas, furtos, roubos e outros.

"A meta da Secretaria da Criança e Assuntos da Família é ampliar o atendimento a jovens no interior do Estado, com a descentralização de serviços e equipamentos" - FANI LERNER.

Em Paranavaí, como em outros Municípios, os crimes e delitos cometidos envolvendo menores atingem índices significativos.

Paranavaí já conta com aproximadamente 80.000 habitantes, problemas desta natureza são uma constante no município.

Todo o município sofre com a deficiência de local apropriado para que os menores infratores aguardem a prolação da sentenças, nos crimes que cometeram.

No município estes menores são recolhidos à 8ª S.D.P. que não tem local apropriado conforme determina o E.C.A..

Por isso, pedimos o apoio dos nobres Pares desta Casa de Leis e a aprovação do presente, para que seja realizado a edificação do CIAADI - Centro Integrado de Atendimento ao Adolescente Infrator no Município de Paranavaí.

PROJETO DE LEI N° 386/95
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica instituída a Semana de Doação de Sangue, no âmbito do Estado do Paraná, a ser realizada todo o ano, sob a supervisão da Secretaria de Estado da Educação e da Secretaria de Estado da Saúde.

de.

Parágrafo Único - O evento de que trata o "caput" deste artigo realizar-se-á em todas as escolas estaduais de I e II graus e deverá abranger toda a comunidade escolar: alunos, professores, direção, coordenação e familiares de alunos.

Art. 2° - Ficará ao cargo da Supervisão das duas secretarias acima nominadas a marcação da Semana de Doação de Sangue nos estabelecimentos de ensino escolar do nosso Estado, para que não haja desperdício de tão nobre produto biológico.

Art. 3° - O sangue coletado deverá destinar-se aos bancos de sangue do Estado.

Art. 4° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 03.10.95.

(a) LUIZ ACCORSI

JUSTIFICATIVA:

A presente proposição tem por finalidade contribuir na formação do hábito de doar sangue entre os estudantes das escolas estaduais e ajudando, com a Semana de Doação de Sangue, os bancos de sangue que se encontram sempre com estoques no seu limite mínimo.

PROJETO DE LEI N° 387/95

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica isento do pagamento de tarifa nos veículos de transporte intermunicipal, às pessoas aposentadas, em caso de doença.

Art. 2° - O Poder Executivo regulamentará a presente lei, no prazo máximo de 90 (noventa) dias após sua publicação.

Art. 3° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 03.10.95.

(a) LUIZ ACCORSI

JUSTIFICATIVA:

A pessoa do aposentado vem sendo relegada pela sociedade. Quer pela sua renda quer pela sua idade avançada. Encontra dificuldade deparando-se com situações adversas, tais como: transportes, assistência médica.

O escopo deste projeto de lei é facilitar a vida do aposentado, dando-lhe condições, em caso de doença, de usufruir do transporte intermunicipal sendo isento do pagamento da tarifa correspondente.

Neste sentido, solicitamos o apoio dos Nobres Pares ao projeto de lei que

ora apresentamos.

PROJETO DE LEI N° 388/95
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica criado um "Pólo da Indústria Textil e da Confeção do Paraná" liderado pelo Município de Maringá, com o objetivo de implementar, profissionalizar e desenvolver a indústria têxtil e de confecções da Região.

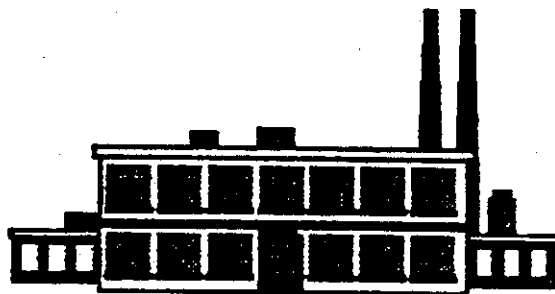
Art. 2° - O Poder Executivo adotará mecanismos para sua criação através de Programa de Governo, e regulamentará a presente lei no prazo de 90 (noventa) dias a contar de sua publicação.

Art. 3° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação sendo revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 03.10.95.

(a) JOEL COIMBRA

MARINGÁ
CIDADE PÓLO
DA INDÚSTRIA TÊXTIL E DA CONFECÇÃO
DO PARANÁ



E, NO FUTURO,
DO BRASIL!

1. INTRODUÇÃO

Este pré-estudo tem como objetivo incentivar o surgimento de mecanismos que facilitem a criação de um **PÓLO DINÂMICO INDUSTRIAL NA ÁREA TÊXTIL E DA CONFECCÃO**, liderado pelo município de Maringá. Na realidade o pólo em si já existe e está crescendo em nossa região tendo Maringá como cidade principal. No entanto, este crescimento está ocorrendo de maneira ainda não-organizada e lenta. Acreditamos que o momento é ideal para o setor se organizar e trabalhar em prol de um objetivo mais amplo e de longo prazo, pois um pólo é uma política industrial de longo prazo com particularidades próprias. Para se atingir este objetivo é importante que metas sejam traçadas e parcerias sejam feitas. Portanto, o principal objetivo deste pré-estudo é dar o primeiro passo em direção à concretização do **PÓLO DA INDÚSTRIA TÊXTIL E DA CONFECCÃO DO PARANÁ**.

A cidade de Maringá possui vários aspectos positivos, que apresentaremos neste pré-estudo, os quais irão auxiliar na divulgação e gerenciamento deste pólo industrial. Maringá é sem dúvida a candidata natural por ser a cidade da região onde existe um maior número de fornecedores de matéria-prima e aviamentos para a indústria de confecções, além de sediar um grande centro de vendas no atacado em geral, e em especial de confecções. Além destes, se destacam as indústrias têxteis, de malhas e, principalmente, o grande número de indústrias de confecções.

Deve ser traçado uma política de longo prazo, onde o grande objetivo será o crescimento contínuo deste pólo industrial, com agregação de valor cada vez maior ao produto nele produzido. Para finalizar, queremos dizer que, o primeiro grande passo se deve dar em direção de parcerias entre os municípios da região e o Governo do Estado, priorizando o **PÓLO DA INDÚSTRIA TÊXTIL E DA CONFECCÃO DO PARANÁ**.

2. PÓLO INDUSTRIAL: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES TÉCNICAS

A maneira correta de se referir aos pólos industriais seria a de um complexo de desenvolvimento industrial, cuja primazia se dá a um específico setor, ou seja, à indústria motriz. Especificamente em nosso caso, à indústria têxtil e da confecção. A indústria motriz

apresenta as seguintes características que fazem com que a mesma se sobressaia às demais

- I) Cresce a uma taxa superior à média da indústria nacional,
- II) Possui inúmeras ligações de insumo-produto, através das compras e vendas de insumos que efetua em seu meio, portanto, é considerada a *indústria-chave*;
- III) Possui capacidade inovadora e de fácil dinamização devido ao conhecimento acumulado.

As facilidade do crescimento acima da média se dá pelos elementos agregadores, que podem ser resumidos nos seguintes:

- a) Infra-estrutura adequada;
- b) Mão-de-obra qualificada;
- c) Apoio financeiro.

A disponibilização de infra-estrutura básica - energia elétrica, água, esgoto, terrenos, etc. - permite o crescimento de longo prazo sem estrangulamento ao qual deve-se agregar ainda estações de aduanas (exportação e importação), aeroporto, rodovias de acesso em excelentes condições. A falta destas providências significa quebra da dinâmica do crescimento de longo prazo e, conseqüentemente, a morte do pólo industrial.

O treinamento contínuo da mão-de-obra, qualificação, de forma que conhecimentos novos sejam incentivados, permite que o pólo industrial cresça no longo prazo de forma inovadora. Além do que, a qualificação voltada à formação de mão-de-obra permite uma redução do desemprego. Esta redução se dá em função do treinamento de pessoas de acordo com a demanda e, portanto, o desemprego friccional será menor.

O apoio financeiro contínuo estimula o surgimento de novas indústrias e permite o financiamento das mesmas no longo prazo. Este apoio auxilia a redução da necessidade do volume de capital financeiro inicial, criando uma porta de acesso a um número maior de empreendedores.

Os três elementos citados são essenciais para garantir um crescimento sustentado de longo prazo do pólo da indústria têxtil e da confecção. Assim, todas as forças devem ser aglutinadas no sentido de viabilizar a existência destes elementos. A existência destes elementos na prática garante o seguinte:

- Uma agregação de valor cada vez maior às matérias-primas tais como: algodão, fios, malhas e têxtil produzidos na região;
- Aumento substancial no curto e longo prazo do número de empregos qualificados;
- Aumento consubstancial de impostos.

Para citar como exemplo, faremos o cálculo de um aumento hipótetico de demanda anual no setor têxtil no valor de R\$ 1.000.000,00.

Quadro 1

Exemplo de Impacto do Pólo Têxtil e da Confeção

Efeito Adicional	Valor Adicional
1) Demanda Adicional nos Diversos Setores	R\$ 1.104.000,00
2) Salários e Encargos Sociais Adicionais	R\$ 221.000,00
3) Consumo Total Adicional	R\$ 377.000,00
4) Valor Adicionado	R\$ 727.000,00
5) Impostos Indiretos Líquidos Adicionais	R\$ 24.000,00

OBS. No cálculo acima utilizamos os coeficientes da Matriz-Insumo Produto do IBGE.

Como podemos ver no quadro acima, a cada R\$ 1,0 milhão de reais adicionais que forem gerados pelo pólo industrial significa um incremento na renda da região medido pelo valor adicionado de R\$ 727,0 mil reais. Este cálculo nos permite dizer que para cada um real gerado adicional, aproximadamente 73% fica como incremento na renda da região. Portanto, a implantação do pólo é altamente benéfico para melhoria da renda da população.

A localização geográfica, como mostraremos mais adiante, permite um crescimento sem limites deste pólo, principalmente se considerarmos dois elementos importantes:

- I) A nossa região é rica na produção de algodão, fios e malhas. No entanto, a cadeia têxtil não está completa, faltam vários elementos importantes, mas oferecendo amplo espaço para crescimento;
- II) Existe um número ainda pequeno de confecções, número este que pode ser multiplicado com o funcionamento de futuros projetos na área de tecidos planos. Portanto, há um espaço para o crescimento futuro deste setor.

Dados os benefícios dos complexos industriais, resta sabermos se é possível colocá-los em prática. O Estado que mais vem criando e incentivando estes complexos industriais é Minas Gerais. Estes pólos estão sendo suportados por estudos técnicos do CEDEPLAR - Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional da Universidade Federal de Minas Gerais. O mais recente Complexo Industrial (pólo) criado foi o da Ferradura em Divinópolis-MG, cujo objetivo é atrair as indústrias de auto-peças localizadas no estado de São Paulo. No entanto, este pólo industrial já funciona muito bem nos setores de vestuário,

metalurgia e construção civil. Para tanto, foi precedido um estudo profundo para se criar todas as condições favoráveis a atender estes setores no médio e longo prazo

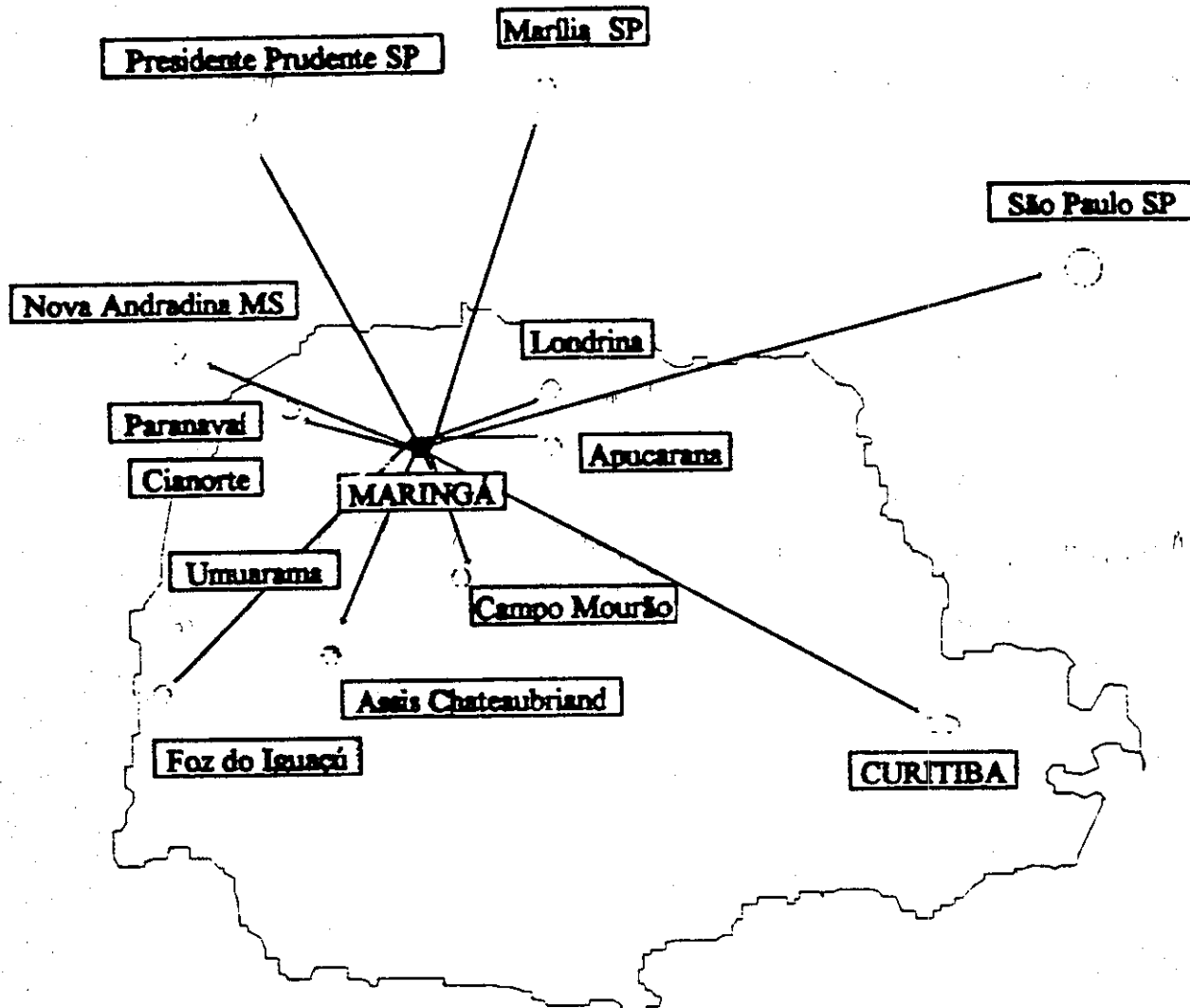
Em resumo, o planejamento adequado e antecipado leva a soluções simples que permitem eliminar problemas que fatalmente surgiriam no futuro. O sucesso está em prever e antecipar soluções a problemas futuros

3. CIDADE DE MARINGÁ E REGIÃO

A cidade de Maringá oferece todas as condições para ser a cidade polarizadora de um **COMPLEXO INDUSTRIAL TÊXTIL E DA CONFECÇÃO (PÓLO)**. Nesta seção revelaremos as vantagens oferecidas pela mesma

3.1 Localização Geográfica

PÓLO INDUSTRIAL TÊXTIL E DA CONFECÇÃO



Abrangência: Aproximadamente 150 km em todas as direções, tendo Maringá como cidade de influência

Principais Cidades: Maringá, Cianorte, Campo Mourão, Umuarama, Assis

Chateaubriand, Paranaval, Apucarana

População: 1 200 000 habitantes

Renda per-capita média estimada de: R\$ 3.500,00

3.2 Qualidade de Vida

Quadro 2

Indicadores Básicos de Desenvolvimento e Qualidade de Vida

Indicador	1993	1994
PIB per capita	US\$ 4473.53	US\$ 4818.91
Domicílios com ligação água	0.99	0.99
Domicílios com ligação elétrica	0.968	0.969
População atendida com esgoto	0.514	0.508
Domicílios com coleta de lixo	1	1
Emissoras de rádio	7	7
Emissoras de televisão	6	6
Terminais telefônicos por 1000 habitantes	164	162
Automóveis por 1000 habitantes	207	220
Consumo de energia elétrica per capita/MWH	0.54	0.55
Consumo per capita de água em M3	55.8	56.9
Coefficiente de mortalidade infantil (por 1000)	17.1	15
Coefficiente de mortalidade geral (por 1000)*	5	4.4
Mortalidade acima de 50 anos*	0.701	0.7051
Leitos hospitalares por 1000 habitantes	ND	4.4
Cobertura vacinal básica	1	1
Rede municipal de saúde unidades básicas	ND	24
Teatros	4	4
Cinemas	4	4
Auditórios	34	34
Bibliotecas	8	8
Parques Florestais	9	9
Praças	95	95
Área Verde por Hab. (m2)	26.65	26.65

* Estimativas preliminares para o ano de 1994, sujeitas a alterações

FONTE: IPARDES, IBGE, SMS, COPEL, TELEPAR, DENTEL, DETRAN, SANEPAR.

Os indicadores de qualidade de vida citados, sem dúvida nenhuma mostram que a cidade de Maringá hoje possui um alto padrão de qualidade de vida quando comparada com outros centros urbanos do país, sendo comparável a de países avançados. Obviamente, há que se excetuar os indicadores de serviços oferecidos pelo governo, a ligação de água, esgoto e telefone

Outro indicador importante é o PIB-Produto Interno Bruto. Maringá produz hoje

3,7% do PIB do Paraná, com um valor agregado de US\$ 1,24 bilhões A tabela abaixo, mostra Maringá no contexto paranaense e brasileiro em 1994

Tabela 1
PIB-Produto Interno Bruto: Bilhões de US\$

<i>Maringá</i>	<i>1,24</i>
<i>Paraná</i>	<i>33,19</i>
<i>Brasil</i>	<i>531,02</i>

Fonte Banco Central e IparDES

Maringá se destaca principalmente na contribuição do ICMS do Paraná Os valores de contribuição no ano de 1994 da indústria Maringaense equivaleram à soma do Comércio de Atacado e de Varejo A participação do comércio varejista de tecidos e confecções em Maringá na contribuição de ICMS total é de 12%, ou seja R\$ 1 439 987,30

Tabela 2
ICMS: Maringá e Paraná - 1994 em R\$

Sectores	Maringá	Paraná	Mgá/PR
Setor Primário (*)	877,00	1 855 057,00	4,00%
Indústria	24 083 745,00	726 795 077,00	3,31%
Comercio Atacado	13 621 928,00	337 768 928,00	4,03%
Comércio Varejo	11 999 894,00	189 576 013,00	6,32%
Serviços	1 018 175,00	112 323 000,00	3,00%
TOTAL	50.724.619,00	136.8318.075,00	3,70%

Fonte SEFA OBS (*) ICMS diferido

3.3 Setor Educacional

Apesar do potencial de Maringá e região no setor têxtil e de confecções, a oferta de cursos técnicos de segundo grau na área industrial têxtil não existe A formação de mão-de-obra com conhecimento básico se encontra principalmente voltada para a área de serviços, com destaque especial para técnico-administrativo e contabilistas Uma exceção são os cursos de técnico de açúcar e álcool e segurança do trabalho

Quadro 3
Cursos Profissionalizantes em Maringá
Segundo Grau

Cursos	Alunos Matriculados 1995
Administração	247
Contabilidade	1561
Magistério	1031
Técnico de Açúcar e Alcool	149
Técnico de Seg. do Trabalho	200

Fonte: Secretaria Estadual de Educação

No quadro acima verificamos que há falta de cursos técnicos no ensino público de segundo grau voltados a formação de estilista, produção, mecânico, eletrotécnico, eletrônico, etc. Com relação ao estudo universitário, apesar da sua grande representatividade em vários setores de conhecimento, inclusive com 8 (oito) cursos de mestrado e um (1) de doutorado, possui-se somente um curso direcionado ao setor industrial têxtil, sendo o de engenharia têxtil que funciona fora do campus principal, na cidade de Goioerê-PR. Desta forma, para implementar qualquer setor industrial na região se faria necessários a criação de cursos nas áreas de engenharia e, em especial de Mecânica, Produção, Eletrônica, Elétrica, etc.

Quadro 4
Cursos Profissionalizantes em Maringá
Universitário

Curso	Alunos Matriculados 1995
Ciências Econômicas	
Direito	654
Letras	972
Geografia	782
História	267
Química	316
Matemática	382
Administração	247
Engenharia Civil	819
Engenharia Química	449
Educação Física	517
Ciências Contábeis	441
Pedagogia	855
Ciências Biológicas	587
Física	239
Farmácia	238
Zootecnia	394
Processamento de Dados	378
Agronomia	182
Enfermagem e Obstetrícia	387
Psicologia	260
Pedagogia (Cianorte)	416
Ciências Contábeis (Cianorte)	133
Medicina	248
Odontologia	172
Ciência da Computação	162
Engenharia Têxtil (Goioerê)	256
Ciências (Goioerê)	157
	161

Fonte: Universidade Estadual de Maringá

Somado a este quadro se encontra o CESUMAR - Centro de Estudos Superiores de Maringá, que oferece 3 (três) cursos na área de ciências humanas e um na área de tecnologia (processamento de dados), sendo que, infelizmente, não possui cursos voltados para a indústria de forma direta.

Este quadro de preparação de mão-de-obra qualificada é amenizado por duas entidades SENAC e SENAI. O primeiro, oferece o curso de Desenhista de Moda com 240 vagas. O segundo tem uma gama mais variada de cursos industriais, com destaque para Operador de Máquina de Costura industrial - Costureiro(a) com 174 vagas. Um detalhamento mais completo se encontra na tabela a seguir.

Tabela 3

Cursos Ofertados pelo SENAI-Maringá

Cursos - Número de Vagas	
Eletrecista industrial	24
Eletrecista Manutenção industrial	24
Mecânica de Manutenção industrial	24
Cursos - Número de Vagas	
Eletrônica Básica - Modulo I	13
Eletrônica Básica - Modulo II	11
Reparado de Comandos Elétricos	12
Mecânico de Sist. Automáticos em Geral	29
Operador de Máq. Costura industrial - Costureiro(a)	174
Eletrecista industrial	09

Fonte: SENAI - Maringá

Apesar destes cursos estarem de alguma forma relacionados com a atividade industrial, o número de vagas ainda são insuficientes. Com exceção do curso de costureiro(a), o foco não está direcionado ao setor têxtil.

Em resumo, estão faltando cursos na área de produção, quer seja no segundo grau, ensino profissionalizante (SENAI) e universitário.

3.4 Setor Têxtil

O Parque Industrial Têxtil do Paraná tem uma capacidade instalada de produção/ano de 52.860 toneladas. O município de Maringá contribui com 24,40% deste total produzido, ou seja, 12.900 toneladas. Esta produção é ainda maior se considerarmos os municípios produtores que pertencem à região de influência de Maringá, como Apucarana, Campo Mourão, Goioerê e Toledo. Considerada a região como um todo, soma-se um total de 48,69% do total da produção paranaense.

Quadro 5
Fiações de Algodão no Estado do Paraná

Nome	Localização	Produção Ton/Fios Ano
Cocari	Mandaguari	2.400
Coagel	Goioerê	2.400
Coopagro	Toledo	2.400
Coamo	Campo Mourão	2.400
Cooperfios	Maringá	2.400
Cotia	Assaí	5.200
Artex	S. J. dos Pinhais	7.200
Kurashiki	Ponta Grossa	7.200
Cianê	Apucarana	3.240
Ind. Têxtil Apucarana	Apucarana	2.400
Cotonificio S. Bernado	Andirá	2.600
Cocamar	Maringá	10.500
Têxtil Carpas Ltda	Londrina	1.200
Texsul Ind. e Com. Têxtil Ltda	Londrina	600
Têxtil Norte do Paraná	Cambé	720

Fonte: OCEPAR

A produção de Maringá, em especial da COCAMAR FIOS, tem apresentado uma evolução a partir de 1991 em plumas trabalhadas, tendo atingido no ano de 1994, 89% da sua capacidade instalada, com um processamento de 10.714 toneladas de plumas que levaram a uma produção de 9.329 toneladas de fios. Esta produção foi alcançada graças a um aumento de produtividade, como pode ser constatado na relação produção/funcionários.

Quadro 6
Produção e Produtividade da COCAMAR FIOS

Ano	Ton. de Plumaz	Ton. Fios	Funcionários	Produtividade
1991	8.189	7.536	678	11,11
1992	7.711	6.830	538	12,69
1993	8.511	7.301	620	11,77
1994	10.714	9.329	678	13,76
Média	8781	7.749	628	12,34

Fonte: COCAMAR, Setor de Planejamento.

No ano de 1994, se obteve a mais alta produtividade por funcionário, tendo atingido 13,76 toneladas ano de fios.

Quadro 7
Destino da Produção Regional

Estados	Participação (%)
1 - Santa Catarina	66,72
2 - São Paulo	13,05
3 - Paraná	11,34
4 - Rio de Janeiro	2,90
5 - Minas Gerais	2,49
6 - Rio Grande do Sul	1,42
7 - Mato Grosso do Sul	1,35
8 - Espírito Santo	0,83
Total	100,00

No quadro acima, podemos ver que apesar da alta produção de fios na nossa região no ano de 1994, somente irrisórios 11,34% destes fios sofreram algum tipo de transformação dentro do Estado do Paraná e, portanto, agregaram valor à produção paranaense, enquanto que, Santa Catarina processou 66,72% dos fios produzidos na nossa região. Assim, estamos fazendo fios que são utilizados em sua maioria pelo Estado de Santa Catarina.

Este quadro é extremamente preocupante, pois os valores de produção agregados aos fios são muito maiores que aqueles em que se agrega à matéria-prima algodão na forma de fios. O lado bom desta estatística é que a mesma nos mostra o potencial existente para ser utilizado por futuros projetos, ou seja, a existência de grande disponibilidade de matéria-prima para malharias, indústria de tecidos planos, meias, etc.

3.4.1 Novos Projetos

A capacidade instalada irá aumentar no setor têxtil, com o funcionamento da TÊXTILPAR - Tecelagem Regional Paranavai Ltda, em cuja primeira etapa irá produzir 8,6 milhões de metros lineares de tecidos planos/ano, equivalente a 3,240 milhões toneladas. A principal utilização destes tecidos se dará na produção de camisas e calças. Infelizmente, o tingimento deste tecido se dará fora da nossa região, provavelmente Santa Catarina, por não termos uma tinturaria projetada nesta primeira etapa. A previsão da existência de uma

tinturaria ocorrerá somente após a terceira etapa, quando atingir 12,960 milhões de toneladas.

Para demandar a capacidade instalada da primeira etapa, será necessário a instalação de 150 indústrias de confecções de porte pequeno, com aproximadamente 15 funcionários em média. Projeta-se uma geração adicional de 2.250 empregos nestas confecções. O investimento médio de cada indústria de confecção deste porte é de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais). Portanto, um investimento de R\$ 2 000,00 (dois mil reais) por cada emprego gerado é um dos menores existentes em termos de novos investimentos.

Cabe ressaltar aqui que o surgimento destas confecções pode ser amplamente comprometido sem uma política clara de incentivos fiscais e suporte de financiamento de longo prazo. Assim, se faz urgente a criação do **PÓLO INDUSTRIAL TÊXTIL E DA CONFECÇÃO**, para que regras sejam estabelecidas e facilidades sejam criadas para que o surgimento destas indústrias de confecções realmente aconteça.

Uma outra empresa que está em processo de transferência da cidade de San Isidro, província de Buenos Aires, Argentina, para Maringá é a **INDÚSTRIA DE TECIDOS WOVENS LTDA**. Uma vez em funcionamento, esta produzirá tecidos para tapeçaria, indústria de automóveis, decoração e forro. Além destes, está prevista a produção de tecidos estampados para o comércio de sedas, noivas e gravateria. A capacidade da indústria será de 25.000 metros lineares/mês e o número de empregos diretos será da ordem de 15 (quinze) pessoas. A oferta destes produtos irá incentivar o surgimento de pequenas confecções, em especial as ligadas ao ramo de decoração e moda seda. Existindo além desta a perspectiva para o setor de produção de couro, onde o forro é uma das matérias-primas.

3.5 Setor de Confecções: Produção e Comercialização

A produção e comercialização de confecções na região está centrada em Maringá e Cianorte, com menor participação das cidades circunvizinhas. Destaca-se na região a produção de Malhas, cuja capacidade instalada está no quadro abaixo:

Quadro 8
Capacidade de Produtiva de Malhas 1995

Empresa	Localização	Produção Toneladas/Mês
Malhas Torch	Maringá	50
MR Malharia	Maringá	50
Dimarjan	Maringá	8
Sajama	Campo Mourão	70
Malhas Goioerê	Goioerê	30
Intex	Apucarana	20
Malhas NE	Nova Esperança	15
Total		242

Fonte Sindvest - Maringá

Estas malhas são totalmente consumidas por empresas de confecções da região. O número de empresas ligadas ao Sindvest-Sindicato do Vestuário de Maringá, na área de confecções adultos e infantis está no quadro abaixo

Quadro 9
Número de Indústria de Confeccções: Adultos e Infantis

Localidade	Número
Maringá	489
Cianorte	253
Demais Municípios	612
Total	1354

Fonte Sindvest - Maringá e SCI

De acordo com o banco de dados do SCI, existem 4 602 indústrias de confecções no Paraná. Aproximadamente 30% destas indústrias estariam localizadas na região polarizada pela cidade de Maringá.

De acordo com projeções do Sindvest de Maringá, a produção da indústria de confecções local é estimada em aproximadamente 2,0 milhões de peças/mês. Se considerarmos um preço médio de R\$ 6,00 por peça produzida, gera-se uma receita bruta

mensal de aproximadamente R\$ 12.000.000,00 (doze milhões de reais). Se usarmos as informações do Quadro 1, obtemos o seguinte efeito deste setor sobre a economia local

Quadro 10

Efeito Multiplicador do Setor

Efeito Adicional	Valor Adicional
i) Demanda Adicional nos Diversos Setores	R\$ 13.248.000,00
ii) Salários e Encargos Sociais Adicionais	R\$ 2.652.000,00
iii) Consumo Total Adicional	R\$ 4.524.000,00
iv) Valor Adicionado	R\$ 8.724.000,00
v) Impostos Indiretos Líquidos Adicionais	R\$ 288.000,00

OBS: No cálculo acima utilizamos os coeficientes da Matriz-Insumo Produto do IBGE.

A produção destas indústrias de confecções está sendo destinada principalmente aos mercados compreendidos pelo Interior de São Paulo, Mato Grosso do Sul, Santa Catarina e Norte do Rio Grande do Sul. As vendas são feitas através de vendedores especializados e também pelo sistema de turismo compra, ou seja, os populares "sacoleiros". Atualmente, projeta-se que do total de aproximadamente 5.000 ônibus que circula mês por Maringá, entre 700 e 1000 vêm exclusivamente para efetuar compras nos shoppings de atacados da região, em especial Maringá e Cianorte. Para atender este alto volume de compradores emergiu uma rede de shoppings de atacados na região e, em especial, em Maringá que oferece uma completa infra-estrutura para atender estes compradores

Quadro 11

Shoppings Centers de Atacado na Região

Localidade	Quantidade (*)	Número de Lojas
Maringá	11	1.287
Cianorte	16	520
Paranavai	01	65
Jandaia	01	54
Total	29	1926

Fonte: Sindvest - Maringá. OBS: Shoppings em construção: (05) em Maringá e (03) em Cianorte.

A perspectiva de crescimento dos shoppings é uma realidade. Existem projetados para Maringá e Cianorte de oito e três shoppings, respectivamente. Quando em funcionamento, haverá um adicional de 725 novas lojas nestas cidades.

4.0 Considerações e Reivindicações ao Governo do Estado

Este pré-estudo demonstra a existência de um Complexo industrial Têxtil e de Confecções (Pólo industrial) em crescimento, polarizado pela cidade de Maringá. Para que este complexo se expanda e atinja objetivos de crescimento de longo prazo, uma série de medidas se fazem necessárias. A primeira, sem dúvida alguma, é um estudo mais aprofundado da cadeia do setor e as particulares existentes para uma política de longo prazo. No entanto, acreditamos já termos subsídios suficientes para indicarmos o que deve ser feito de imediato. A seguir apresentaremos os pontos principais a serem seguidos.

Reivindicações ao Governo do Estado:

1) Divulgação em nível nacional de Maringá como cidade pólo da industrial têxtil e da Confecção. O objetivo principal é criar um marketing nacional do pólo e atrair turistas de compras e investidores potenciais. Exemplos:

-Criar um marketing patrocinado pela Secretaria de Turismo, do Pólo como opção nacional de turismo de compras, em especial nos Shoppings Atacadistas. Com convênios entre hotéis, companhias aéreas, etc.

-Montagem de um stand com tema do Paraná que abrigue os confeccionistas da região dentro da FENIT;

-Divulgar as oportunidades de investimentos existentes pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico;

2) Montagem de um complexo educacional de formação qualificada de mão-de-obra voltada para o setor, que envolva SENAI, SENAC, Universidade, Secretaria de Educação
Exemplo

-Começar-se-ia com a transferência do curso de Engenharia Têxtil de Goioerê para Maringá para formação da base do complexo educacional

3) Criação de um plano de longo prazo de desenvolvimento da indústria têxtil e da confecção, motrizes da região Exemplos

-Definir em lei dentro do Programa Paraná Mais Empregos, que as empresas que se instalarem dentro do COMPLEXO INDUSTRIAL TÊXTEL E DA CONFECÇÃO, terão 100% de seu ICMS incremental protelado em 48 meses;

-Aumento da Parceria Empresarial existente no Programa Paraná Mais Empregos dos atuais 20% para 40% dando igual tratamento que se dá às Cooperativas.

-Criar dentro da Secretaria de Desenvolvimento Econômico uma Câmara Setorial para tratar das questões ligadas ao pólo. Nesta câmara deve-se incluir representantes dos setores governamentais de infra-estrutura, Secretaria da Indústria e Comércio, Secretaria do Esporte e Turismo, sendo os representantes da região o IDR-Instituto para o Desenvolvimento Regional e o Sindvest. Exemplo de atuação:

-Qualquer solicitação de empréstimos e benefícios fiscais para novos investimentos passariam pela Câmara Setorial a ser criada no Pólo que definiria o crédito, bem como os incentivos

4) Disponibilização de uma linha de crédito específica para empresas situadas dentro do pólo

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Finda a leitura do expediente, no Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Antonio Belinati.

O SR. JOSÉ TAVARES - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

No ano passado com um requerimento deste Deputado, esta Casa constituiu uma Comissão Especial para discutir e se possível aprovar um projeto de lei que aqui tramitava, oriundo do Poder Judiciário que visava implantar no âmbito do nosso Estado o Juizado Especial de Pequenas Causas Criminais para os chamados delitos ou infrações de menor potencial ofensivo.

Na oportunidade este Parlamentar que presidia a Comissão Especial em nome desta Casa procurou ouvir representantes do Judiciário, do Ministério Público, da Ordem dos Advogados e chegou a conclusão em conjunto com estas Lideranças de que seria interessante ou importante, que antes da votação desta matéria por esta Casa que nós ouvíssemos a palavra da Câmara dos Deputados a respeito de um projeto de regu-

lamentação de um dispositivo na Constituição Federal, que lá tramitava, de autoria do Deputado Michel Temer. E assim o fizemos. Entramos em contato com o Deputado Michel Temer que era autor da matéria, que nos informou que o seu projeto que regulamentava aquele dispositivo do Juizado Especial estava prestes a ser submetido à análise do Plenário da Câmara dos Deputados, e em seguida ir a sanção Presidencial.

Há poucos dias o Presidente Fernando Henrique sancionou esta matéria. Foi inclusive destaque no noticiário da imprensa brasileira.

Nós então, Sr. Presidente, estamos aqui nesta hora para darmos continuidade a este trabalho que começamos a desenvolver há alguns anos atrás, visando a implantação no nosso Estado desse juizado especial. A Constituição no Paraná ela reproduz o que diz a Constituição Federal. Como agora a Constituição da República foi regulamentada, através de lei, aprovando o projeto de autoria do Deputado Michel Temer, cabe-nos tão somente tratarmos de re-

gulamentarmos o que dispõe a nossa Constituição.

Neste sentido estou encaminhando ao Sr. Presidente do Tribunal de Justiça um apelo formal para o qual peço inclusive o apoio desta Casa, no sentido de que Sua Excelência que tem demonstrado uma grande sensibilidade para com os problemas da justiça no Paraná, encaminhe a esta Casa um Projeto de Lei, já que é de sua competência constitucional, regulamentando esta matéria e daí então nós possamos a partir deste projeto, darmos continuidade, discutirmos, aprofundarmos uma discussão a respeito da aprovação desta matéria e implantarmos, de forma definitiva, no nosso Estado, nas comarcas do interior, o Juizado Especial de Pequenas Causas. Sobretudo o Juizado de Pequenas Causas Criminais, para análise e julgamento das chamadas infrações de menor potencial ofensivo, as contravenções penais e os crimes cuja pena não ultrapasse a um ano.

Com isso o Paraná estaria dando um grande passo de agilização do processo judicial, de fortalecimento da Justiça no âmbito do nosso território. E o mais importante é o acesso à Justiça de forma gratuita, por parte daqueles mais necessitados, e o acesso à Justiça por parte dos menos favorecidos pela sorte, aqueles que não podem constituir advogado porque não têm dinheiro, já que o espírito do Juizado de Pequenas Causas é fazer Justiça sem que haja necessidade de dispendir recursos que as pessoas muitas vezes não dispõem para o pagamento de honorários advocatícios e custas judiciais.

Portanto trata-se de uma matéria da maior relevância e que esta Casa que não esteve indiferente há alguns anos atrás, tem daqui para frente, o dever e a obrigação de, ao lado do Tribunal de Justiça, acelerar a sua aprovação, para vermos implantado este importante benefício para nosso povo.

Quero também, Sr. Presidente, ao concluir, dizer que quando fui Secretário da Justiça do Governo Requião, com o apoio de Sua Excelência, nós procuramos implantar neste Estado, de maneira mais eficiente, um programa conhecido como Pró-Cidadania. Este programa tinha recursos orçamentários, aprovados por esta Casa, que visava ajudar as pessoas carentes que tinham necessidade de obter um documento, documentos de cidadania, desde a certidão de casamento, a certidão de nascimento, a certidão de óbito, até a carteira de identidade, fotografia para a carteira de trabalho, documentos necessários para que alguém possa, realmente, se considerar cidadão.

E agora eu vejo, e por isso quero saudar o Tribunal de Justiça, dando sequência

a este tipo de trabalho. Naquela oportunidade, com apoio do Governador Requião, nós conseguimos levar estes benefícios do Pró-Cidadania a todos os municípios do Paraná, beneficiando milhares de pessoas pobres, carentes, necessitadas, muitas das quais sequer existia no mapa deste País, porque não tinha sequer registro de nascimento.

E agora vejo, com muito prazer, com muita satisfação, que o Presidente do Tribunal de Justiça, Desembargador Cláudio Nunes do Nascimento, que tem dado demonstração de grande sensibilidade para com a agilização da Justiça e para com as pessoas mais empobrecidas da sociedade, implanta um projeto chamado Projeto Solidariedade.

Então quero, Sr. Presidente, homenagear o Tribunal de Justiça, na pessoa de seu Presidente, cumprimentá-lo e pedir a esta Casa que aprove o requerimento de nossa autoria, nesse sentido, manifestando apoio, saudando o Presidente do Tribunal de Justiça, por mais este importante benefício que ele implanta na capital do Estado, segundo consta, estará estendendo a todo interior do Paraná.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuck) - Concedo a palavra ao Deputado Péricles Mello.

O SR. PÉRICLES MELLO - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Subo nesta tribuna na tarde de hoje, para manifestar o meu descontentamento e a situação em que se encontram inúmeras famílias de mutuários de Telêmaco Borba, que estão ameaçados de despejo das suas casas por estarem há varios meses inadimplentes. Parte do Conjunto Habitacional São Francisco, conjunto de 500 casas, basicamente todos os moradores estão inadimplentes, mas há uma ação de despejo contra 70 desses moradores de Telêmaco Borba. O triste é que a situação desses conjuntos repete a situação habitacional em nosso Brasil inteiro, é um conjunto construído com casa de meia parede de 25 m², as casas são de péssima qualidade, o terreno é menor do que os terrenos normais e com muita declividade, as fossas estão todas estourando, há já uma ação de despejo e a promessa que até sexta feira dia 6 de outubro, essas 70 famílias estarão despejadas.

A média das prestações, Deputados, para casas de 25m² para famílias que têm renda mensal de um e meio salário mínimo é de 90 reais. Esse é o motivo porque essas famílias não puderam pagar as prestações que é a Caixa Econômica a financeira e estão ameaçadas de despejo.

Hoje em Telêmaco Borba, há manifestação, passeata, mobilização popular na ci-

dade, repudiando esse ato absurdo de despejar essas famílias e amanhã representantes da Associação de Mutuários de Ponta Grossa e Região, moradores, objeto desse problema estarão aqui em Curitiba, nós marcamos uma audiência, uma ação de audiência com o Diretor da Caixa Econômica Federal aqui na Capital do Estado, audiência também com o Secretário de Segurança para tentar impedir que esse despejo se concretize. Nós sabemos que a política habitacional no País, particularmente do Governo Collor de Mello, a partir daí foi pautada no superfaturamento, os projetos das empreiteiras, inclusive Cooperativas de Habitação que eram apresentados a Caixa Econômica super faturados por um esquema de corrupção na própria Caixa Econômica, com dirigentes nomeados pelo Governo Collor, aceitavam um orçamento com o valor muito maior do que o valor real, a Caixa Econômica liberava esses recursos, quem tem que pagar esses recursos superfaturados são os mutuários da Habitação.

Um Vereador de Ponta Grossa, juntamente com outros vereadores, podem barrar uma iniciativa do então Prefeito Sr. Wosgrau, que estava nessa maracutaia, tendo a coragem de mandar para Câmara de Vereadores um Projeto de Lei pedindo a autorização para que a Prefeitura pudesse em núcleos habitacionais construídos por empresas privadas financiar gratuitamente, rede de luz, rede de água, quando esses recursos já estavam previstos na liberação do dinheiro da Caixa Econômica. Ou seja, aconteceu na própria Prefeitura e em muitas Prefeituras aconteceu também, beneficiando duplamente as empreiteiras, seria um benefício aos mutuários porque eles teriam que pagar aqueles recursos liberados pela Caixa Econômica.

Além da situação do superfaturamento comprovado em vários núcleos habitacionais, mas infelizmente a justiça é lerdada quando se trata de resolver problemas que atingem grandes capitalistas da habitação, agora ela age quando se trata de provocar despejo de pessoas abrigadas, provocar tragédias como aconteceu recentemente em Corumbiara e também o despejo dos mutuários da habitação. Em função disso, se organizou em todo o Brasil várias associações de mutuários. Em Ponta Grossa nós estivemos junto dessa organização desde o início é uma associação muito forte que realizou uma ocupação de 500 casas no ano de 93, uma ocupação pacífica, porque as casas também superfaturadas e sem ser utilizadas pelo embargo que a Caixa Econômica promoveu, essas famílias, ocuparam, e felizmente ocupação vitoriosa, com resistência política. Hoje ela vira veracidade. Estão construindo uma escola em mutirão, conseguiram luz, água da SANEPAR, conse-

guiram ônibus da prefeitura municipal de Ponta Grossa e já é uma cidade, uma conquista dos trabalhadores, porque é um absurdo, deixar casas superfaturadas vazias, sem as pessoas indo morar.

Nós entendemos que a posição do governo do Estado, e nisso devemos elogiar o Governador Requião, na maioria dos casos de mutuários e o Secretário Romanelli, naquela ocasião, porque não houve despejo pelo Requião, de casas populares, de mutuários e nós não podemos aceitar que se reverta a situação no atual governo. Então queremos fazer um apelo e faremos amanhã esse apelo ao Secretário de Segurança Pública para que seja suspenso esse despejo dessas famílias e encontrada uma solução alternativa para esse problema, porque não é só em Telêmaco Borba porque todas as famílias estão inadimplentes. Acontece que o despejo veio para famílias e assim, sequencialmente, se não houver resistência, provavelmente todas as famílias serão despejadas das suas casas, o que é um crime, é uma injustiça, é um absurdo.

E assim como vimos que há uma intenção do Presidente Fernando Henrique Cardoso de fazer e elaborar uma legislação nacional que dificulte o despejo dos sem-terra, ou seja, por essa legislação os governadores dos Estados serão obrigados a publicar no Diário Oficial de cada Estado, a data do despejo para que a imprensa possa acompanhar para que novas tragédias não se repitam e que seja obrigado a ser publicada essa nota de despejo com vários dias de antecedência, para que dê possibilidade de negociação política ocorrer nesse intervalo, nós também estamos estudando legislação nesse sentido para o Estado do Paraná para impedir tais absurdos.

Nesse mesmo caminho - e uso o horário do PT para concluir o meu discurso - a Bancada do nosso Partido está apresentando com apoio de outros Deputados, como o Deputado Romanelli, um projeto que institui o Fundo Estadual de Habitação e dá outras providências. Na verdade, um projeto que institui a política estadual de habitação para o Paraná e crie um Fundo de Habitação e crie um conselho democrático no qual devem participar, além de representantes do Executivo, representantes do movimento popular organizado, da associação de moradores, associação de mutuários, porque são eles, a população organizada que necessita de casa para morar e nós não entendemos e discordamos da proposta do Governador Jaime Lerner que instituiu por decreto e não por lei, sem que houvesse uma discussão democrática nessa Assembléia, o Conselho Estadual de políticas urbanas, conselho esse que não tem a participação de mutuários, nem do movimento popular. São pessoas que precisam de habitação.

Portanto, esse projeto que institui a política habitacional para o nosso Estado é de extrema importância e esperamos contar com todo apoio de todos os Deputados da Casa, para tentar resolver esse grave problema que diz respeito à questão habitacional.

Nesse mesmo caminho, recebemos na semana passada e estivemos junto com essas famílias de Foz do Iguaçu em várias audiências com os Secretários de Estado, moradores que estão sendo desalojados pela construção da Avenida Beira Rio em Foz do Iguaçu. Esses moradores nos procuraram, trouxeram suas queixas e suas propostas de negociação com a prefeitura e nos pediram para que procurássemos o Presidente da Comissão de Obras, Deputado Cartário, para tentar uma solução pacífica. As famílias não aceitam - pelo que dizem - morar em casas cheias de problemas a uma distância muito longa, sem infra-estrutura e nós queremos abrir uma negociação com o Deputado Sâmis para ouvir o lado da prefeitura de Foz do Iguaçu, os recursos são recursos públicos. O Estado do Paraná está investindo para construir aquela rodovia e achamos que a Comissão de Obras pode participar na intermediação desse grave problema para que as famílias não sejam prejudicadas.

É com o objetivo dessa solução que repetimos: apresentaremos um projeto de lei que estude o problema da habitação e tentamos formar uma comissão para resolver os problemas de Foz do Iguaçu e pedimos e rogamos ao governo do Estado que impeça esse ato injusto de realizar o despejo de 70 famílias.

O Sr. Sâmis da Silva - Me concede um aparte?

(Assentimento).

Deputado Péricles, com relação a essas famílias que estão sendo deslocadas em Foz do Iguaçu na Avenida Beira Rio, ao longo da Av. Beira Rio, até agora as famílias que saíram do local foram em negociação com a prefeitura, um movimento ordeiro onde foram obedecidos vários critérios de negociação e não há em momento algum no deslocamento dessas famílias, alguma arbitrariedade por parte da prefeitura. E a grande maioria dessas famílias está saindo de barracos, alguns barracos cobertos com lonas, com papelão e estão indo para conjuntos populares que a prefeitura de Foz constrói com recursos próprios. As famílias estão indo para alguns lugares.

Nós sabemos que, conforme a avenida vai avançando num trecho maior onde ela tem que passar, onde tem um volume maior de casas é o grande problema que a prefeitura - junto com os moradores terão que enfrentar. Mas quero, de antemão, dizer

que não existe nenhuma arbitrariedade por parte da prefeitura municipal, por parte do Governo do Estado em relação a essa obra - Av. Beira Rio, no que se refere à relocação de casas. Mas quero me colocar à sua disposição e à Comissão de Obras, para junto com os moradores - se tiver alguma arbitrariedade - estamos aí para discutir essa questão da relocação das casas da Av. Beira Rio.

O SR. PÉRICLES DE MELLO - Nossa situação é conversar com o Deputado Sâmis para que nós possamos chegar a bom termo. E temos certeza que a prefeitura de Foz do Iguaçu terá o maior interesse em resolver esse problema. Mesmo porque a prefeitura conta com uma grande quantidade de recursos em função da aprovação do veto do Governador Jaime Lerner. A prefeitura é uma das prefeituras que tem mais recursos para investir no social. Temos certeza que através desse processo conseguiremos satisfazer as famílias que estão sendo deslocadas. E procuraremos imediatamente o Deputado Sâmis para conversarmos nesse sentido.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - É com satisfação que registramos a presença do Vereador de Macapá, o pontagrossense Luiz Carlos Ramos. E registramos também a presença, nesta Casa, do ex-Deputado Estadual e Federal, Pedro Tonelli.

Com a palavra o Deputado Nelson Tureck.

O SR. NELSON TURECK - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Venho a esta tribuna para dizer e ao mesmo tempo pedir o apoio dos Senhores Deputados, que depois de descer desta tribuna vou pedir aos companheiros para que assinem uma minuta, um requerimento para que seja aprovado lá no Município de Campo Mourão, que é a sede da CONCAN, a entrância final a comarca de Campo Mourão. Onde temos ali a solicitação do juiz, do promotor, da indústria, do comércio, enfim, de toda a sociedade mourãoense e de toda a sociedade da nossa Região da CONCAN que pedem para que o Presidente do egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Paraná solicite a elevação da Comarca de Campo Mourão a entrância final e no qual este Deputado pede o apoio dos nobres companheiros para que este sonho se torne realidade lá no Município de Campo Mourão.

Também dizer aqui aos nobres Pares, aos Excelentíssimos Senhores Deputados ontem nós ouvíamos atentamente a respeito das reivindicações dos nossos companheiros Prefeitos, a respeito da reforma tributária e dizer uma coisa que se falou em reforma, em reivindicações e esqueceu uma

das coisas mais agravantes que acontece hoje com as Prefeituras Municipais e ao mesmo tempo aqui parabenizando o Cartário e também a Comissão de Deputados preocupados com as Prefeituras Municipais. Porque isto realmente é um compromisso de nós Deputados, porque fazemos parte do interior e que realmente nós vemos hoje a dificuldade que vem enfrentando e que vem passando os Prefeitos, os Vereadores e sua população.

Mas o que mais nos preocupa hoje não é a reforma tributária, porque não adianta fazer a reforma tributária que nós estamos ouvindo ao longo dos anos e que realmente as coisas não acontecem. Presidente, as coisas não andam, é muito comentário, é muita falação, é muita coisa que se promete e na hora, na verdade, do chega para capar, o que acontece? Nós vemos que tudo é aprovado no Congresso aquilo que é de interesse, aquilo que é de interesse do Governo do Brasil. E nós não vemos diferente do que aconteceu ontem aqui, que nós sabemos perfeitamente que os nossos Deputados Federais vão aprovar a reforma do jeito que vai ser mandado ao Congresso pelo Presidente da República.

E o mais agravante, Senhores Deputados, é que não adianta fazer reforma quando nós vemos que as nossas Prefeituras estão à beira da falência. Mas por quê? Em primeiro lugar é preciso que o Governo brasileiro dê o apoio, estenda a mão para aqueles que estão sustentando a Prefeitura, para aqueles que estão sustentando o Governo do Paraná e também o Governo brasileiro que é o nosso agricultor, o nosso comerciante, a nossa indústria, porque não temos o ICMS, não temos o IPI e não temos o Imposto de Renda. Se tivermos o apoio do Governo para o setor produtivo, para o setor que gere emprego, para aquele que distribui a riqueza e a distribuição de renda, teremos o aumento de arrecadação do ICMS, do IPI e do imposto de renda para as Prefeituras. Por que isto? Vemos as empresas hoje, exemplo, lá no Estado de São Paulo só no mês de agosto foram demitidos 56 mil trabalhadores. Isto significa que teremos menos geração de emprego e menos distribuição de renda, porque ali se deixaram a empresa de recolher aos cofres federais, aos cofres estaduais menos IPI e menos imposto de renda. As empresas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, eles podem fazer a contenção de despesa demitindo empregado. Eles demitem. Quem tem duzentos empregados, deixa com cem, fica com cem.

Sr. Presidente, e o que ocorre é que as Prefeituras não podem demitir ninguém, as Prefeituras que tinham arrecadação de 260 mil reais por mês e que hoje tem 180, e que tem 350 funcionários não pode demitir nenhum funcionário. Então, a situação

é muito difícil. O que o país, o que este país precisa, Srs. Deputados é o desenvolvimento, é o crescimento, é a geração de empregos neste país que as coisas vão melhorar. Vai melhorar o padrão de vida do nosso trabalhador, vai ter o aumento de arrecadação para os nossos municípios, o nosso Governador vai ter mais dinheiro para a saúde, para a educação. É isto que precisamos realmente, Sr. Presidente.

E para concluir, Sr. Presidente, queria deixar registrado também que estivemos na última semana comemorando o 7º aniversário de emancipação do município de Lulsiania, e realmente foi uma alegria muito grande, uma felicidade daquele povo ter visto seu município emancipado e hoje ser um município de grande importância no Estado do Paraná.

E mais uma coisa, queria aqui deixar apenas o registro a respeito de ontem que foi feito um comentário que o Governo do Paraná não está pagando, e está dando realmente prejuízo às prefeituras, não está pagando as pedras irregulares. Só queria deixar registrado, convênios de pedras irregulares que foram feitos, pelo Governo anterior e a bomba foi deixada toda para o Governo do Sr. Jaime Lerner, o nosso Governador, o governador dos paranaenses. E não podemos aceitar que se faça uma crítica em cima daquilo que foi feito em época de campanhas políticas! E ainda vamos mandar o Prefeito de Moreira Sales entrar na Justiça para ressarcir aonde foi feito contrato assinado com aquele município e este contrato não tem validade com o Governo do Estado porque foi feito em época de campanhas eleitorais.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Com a palavra o Deputado Dr. Rosinha.

O SR. DR. ROSINHA - Sr. Presidente, Sra. e Srs. Deputados:-

Na semana passada o Deputado Ricardo Chab, eu queria que os Srs. Deputados prestassem atenção, o Deputado Ricardo Chab me chamou a atenção para um fato interessante. O Diário do Tribunal de Justiça do dia 27 de setembro de 1995, trazia um edital solicitando que a Senhora Oficial de Justiça, Stela Maris Lourenço Dalfovo se apresentasse ao serviço, e ela tinha 10 dias para fazer isso.

Srs. Deputados, sabem há quanto tempo foi constatada a ausência desta Sra. Oficial de Justiça, no seu serviço? De acordo com o Diário Oficial, após 11 anos ausente, ela é chamada pelo Diário Oficial do Tribunal de Justiça para se apresentar no seu emprego! E ainda era dado para ela 10 dias!

Parece que alguns fantasmas exageram

na dose e não comparecem para trabalhar! Uma outra ocasião, na Legislatura passada, desta Tribuna, denunciei a presença de vários fantasmas no Tribunal de Justiça, e agora, nunca tinha passado um fantasma tão grande que chega a ficar 11 anos! Se é justificado, por doença, que mandasse, pelo menos atestados médicos. Se é justificado por mudanças ou qualquer coisa, tinha que justificar e não esperar 11 anos para ser chamada pelo Diário Oficial!

E de quem é a responsabilidade? É do funcionário ausente? Ou é da sua hierarquia superior, nos seus vários níveis, que permite que este tipo de fato ocorra. Porque acredito que deve existir a convivência da hierarquia, e isso só pode existir se a hierarquia também não cumprir com seus deveres de trabalho e seus deveres legais, conforme rege o Estatuto do Servidor Público que pede que este tipo de coisa, quando um funcionário toma conhecimento, tem que levar ao seu superior hierárquico.

Por isso que quando nós do PT cobramos que aquele Tribunal, aquele Poder tenha e sofra também o controle externo é para que se evite este tipo de coisa. Não desejamos o controle externo para ficar influenciando no Sr. Juiz qual é a decisão jurídica que ele deve tomar, nesta ou naquela demanda. Cobramos e exigimos o controle externo para moralização de todos os Poderes Públicos, inclusive aquele, porque isso o desmoraliza perante a opinião pública.

Esse é um dos fatos que queria chamar a atenção. E acho que igual a esse deve existir outros e esses outros aquele Tribunal deve chamar às falas de fato. E não contribuir para que cresça esse tipo de coisas lá dentro. E subimos nessa Tribuna recentemente, denunciei que a cada dois funcionários, um é chefe lá no Tribunal de Justiça, e ali disse no Diário Oficial deles, o cargo de um dele, chefe das chefias, chegando a essa barbaridade de ser chefe dos chefes porque precisava arrumar uma função gratificada para aquele funcionário. Isso não pode continuar existindo, por isso queremos o controle externo. O Deputado que me pede um aparte se a Presidência me consentir?

Mas sei que V.Sas. desejam também apoiar o controle externo no Tribunal de Justiça para que se evite que se fique 11 anos sem trabalhar e provavelmente recebendo o salário se não, não estaria divulgado no Tribunal de Justiça.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Concedo a palavra ao Sr. Deputado Augustinho Zucchi.

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI - Sr. Presidente, Srs. Deputados desta egrégia Casa de Leis.

Ocupo a Tribuna neste momento, apenas aproveitando o Pequeno Expediente, para fazer um registro, embora o Deputado Pesutti, posteriormente vá fazer um relato mais aprofundado, mas apenas fazer um registro da reunião que tivemos ontem em Campo Grande, Mato Grosso do Sul, com todas as Comissões da Agricultura, não do Brasil, mas especificamente as Comissões das Agriculturas dos Estados mais produtivos em se tratando da Agropecuária Nacional. Participaram Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Rio de Janeiro e é claro que tudo que já tivemos oportunidade de debater aqui, foi colocado pelos demais Estados, com relação aos problemas da Agricultura Nacional. E desta reunião tivemos algumas discussões que serão encaminhadas aqui nessa Casa de Leis, principalmente com relação a um ato tomado pela Assembleia Legislativa do Mato Grosso do Sul, que impetrou uma ação junto ao Supremo Tribunal de Justiça. Uma ação de inconstitucionalidade.

As dívidas cobradas até o presente momento pelas Instituições financeiras aos agricultores. Esta ação baseia-se no fato de que todos os produtos agrícolas foram corrigidos com índices que não acompanharam os mesmos índices pelos quais a correção se deu nos financiamentos, quer seja para o custeio, ou para investimento contratado pelos nossos agricultores. Esta reunião que discutiu a possibilidade da securitização da dívida, que seria a possibilidade do Governo Federal transformar a dívida dos agricultores em produto, e através da equivalência produto, fazer a cobrança porque são muitos, milhares de produtores em todos os Estados que não conseguiram fazer o seu plantio, tendo em vista os problemas de inadimplência em que se encontram principalmente junto ao Banco do Brasil e agora nesse momento em que se inicia o plantio, em algumas regiões do país o plantio já está efetuado, vemos como disse aqui, não é a área, mas a falta de tecnologia que os produtores não puderam colocar nas suas propriedades, que vai terminar a redução da safra.

Além desses pontos, por último, eram quase 7 horas da noite, decidiu-se pelo encaminhamento de uma grande reunião nacional que será feita em Brasília, "a priori", marcada para dia 17 uma reunião feita com a Bancada Federal dos Deputados de todos os estados do nosso país, com apoio dos governadores, com engajamento das cooperativas, das federações e dos sindicatos para que tenhamos o Grito Nacional da Agricultura e possamos mais uma vez levar ao Governo Federal, a situação de extrema delicadeza que se encontra o setor produtivo hoje.

Não vou aqui dizer e relatar os problemas da nossa agricultura, porque todos os parlamentares sabem das dificuldades por que passam principalmente os pequenos produtores, mas acho importante que nessa discussão, para que a Assembléia Legislativa possa, em "litisconsorte" prestar solidariedade a essa ação da Assembléia do Mato Grosso do Sul, tenhamos aqui o apoio unânime e incontestado de todos os parlamentares e que para essa reunião em nome da Comissão de Agricultura e do Bloco Parlamentar Agropecuario, possamos deixar convite a todos os Deputados para que nesse dia, possamos participar dessa reunião em Brasília e dessa reunião, possamos mais uma vez fazer um alerta ao Governo Federal da situação caótica por que passa a agricultura neste momento.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Luiz C. Zuk) - Com a palavra, o Senhor Deputado Nereu Moura.

O SR. NEREU MOURA - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Na semana passada subi a esta Tribuna para dela fazer uso, muito embora os discursos aqui proferidos, quase sempre sejam inócuos, não atingindo os objetivos que deles gostaríamos que atingissem.

Subi a esta Tribuna como Presidente da Comissão de Terras desta Assembléia e alertávamos para o conflito reinante hoje na zona rural do Paraná e dizíamos aqui em alta voz e em bom som, de que este conflito agrário tendia a se agravar e que outras propriedades no interior do Paraná seriam invadidas num curto espaço de tempo, como se profetizássemos, o fato novamente ocorreu.

Ontem, na cidade de Cantagalo, mais uma invasão de terra se deu. Na cidade de Laranjal, no centro-oeste do Paraná, meu prezado e eminente Deputado Cezar Silvestri, outra invasão de terra se deu. Duas invasões de terra no mesmo dia para demonstrar, Senhor Deputado Luiz Carlos Zuk, de que vivemos no Paraná uma angústia terrível, chegando a ser perversa e cruel na zona rural, mas vemos o "governo dos cinco dedos", aquele governo que erguia a mão dizendo que tinha cinco dedos, um dos seus dedos indicava a agricultura como prioridade. E dizia na sua proposta eleitoral que iria assentar 280 mil famílias na roça.

Passaram-se já 9 meses de governo e nem 4 mil agricultores foram assentados num total de 4 mil que deveria ser este ano.

Enquanto que, a roça, a agricultura, já perdeu por força da política indecente do Governo Federal. Mais de 30 mil famí-

lias que deixaram a Zona Rural e se transferiram para os grandes centros. A previsão é de que no final do ano de 95, nós tenhamos mais de 50 mil famílias sobrevivendo nas cidades vindas da roça. E o programa de assentamento do Governo Federal não sai do papel.

Agora trocaram o Presidente do INCRA. Trocaram o paranaense Brasília de Araújo Neto, pelo Senhor Francisco Graziano. E esperamos, segundo o Presidente da República, o Senhor Brasília estava se transformando em obstáculo para que a reforma agrária saísse do papel e da conversa. É preciso que agora, que o Presidente colocou um assessor seu de confiança no INCRA, seja, definitivamente, o programa de reforma agrária saia do papel e aconteça de fato. Porque nós não mais conseguimos, Senhor Presidente, entender o que ocorre não só no Paraná, como no Brasil.

A crise que assola a agricultura meu prezado Augustinho Zucchi, meu amigo Orlando Pessuti, assola com muita dificuldade ocasionando uma tristeza sem piedade e sem dó aos agricultores sofridos do nosso interior do Paraná.

As lágrimas que rolam na face marcada pela expressão triste do agricultor, que não vê uma luz no fundo do túnel, não recebe de Brasília, do Governo Federal ensinamentos, medidas, atitudes que visem, efetivamente, diminuir ou amenizar o problema que a agricultura sobrevive nesse instante.

Espero que o Governo Federal, com a substituição do Presidente do INCRA, se é que efetivamente o paranaense Brasília Araújo Neto era o óbice que emperrava a reforma agrária, seja agora daqui para frente, esse problema tratado com determinação, com empenho para que nós não tenhamos mais e que o Governo também, Senhor Presidente, pare de alardear, pare de gargantear pela imprensa do Paraná e do Brasil que fará 280 assentamentos rurais. Quando, na verdade, nós não acreditamos, nós não confiamos e os agricultores não confiam. Por isso estão fazendo a reforma agrária por sua própria vontade e por sua própria força.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Com a palavra no Grande Expediente, a Deputada Irondi Pugliesi.

A SRA. IRONDI PUGLIESI - (Lê): "Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Fui testemunha nas últimas semanas de um dos maiores acontecimentos de massa já ocorridos na história da humanidade.

Trinta mil mulheres provenientes de todas as partes do planeta, 4.995 delega-

dos, de 189 países membros da ONU, reuniram-se na distante e exótica China para traçar os caminhos da mulher no próximo milênio.

O tema da reunião poderia parecer tão exótico quanto o próprio país e as diferenças de toda a espécie que presenciamos - outra cultura, uma língua intransponível, bem podem imaginar os Senhores o que significa aquele país de 1 bilhão e 200 milhões de pessoas.

Some-se a esta complexidade, a realização de duas conferências quase concomitantes, em cidades distantes uma hora da outra e nas quais todos os idiomas e culturas estavam presentes.

Junte-se a isto que uma reunião, a "IV Conferência Mundial da Mulher Ação Para a Igualdade, Desenvolvimento e Paz", de 4 a 15 de setembro, reunia representantes governamentais, verdadeiras estrelas, como a esposa do presidente Norte-Americano, Hillary Clinton a defender a igualdade e direitos, e a outra, o "Fórum das Organizações não Governamentais", de 30 de agosto a 8 de setembro, queria saber: quem vai bancar os programas para a ajuda às mulheres?

Este foi, em resumo, o clima dos acontecimentos na China. Os governos reunidos em Beijing, e as ONGs em Huairou.

Mas, não pensem senhores que todas estas diferenças de idiomas, culturas, de desigualdades econômicas e religiosas, puderam impedir que se enxergasse o problema.

O que de mais importante aconteceu na China foi a constatação de que as mulheres de todo o mundo enfrentam as piores condições de vida, de trabalho, estão mais distantes do poder e do dinheiro, e que se os países não colocarem em prática o Plano de Ação ali aprovado, a humanidade amargará enormes atrasos.

Participei desta Conferência como representante do Parlamento Paranaense, tendo acesso as duas reuniões. Assim como em Nairobi, quando ocorreu a "II Conferência da ONU para a Mulher" em 1985, achamos que nossa presença era obrigatória. Num país onde somos absoluta minoria nos cargos legislativos e nas instâncias de poder, ausentarmos-nos desta reunião mundial seria um inexplicável lapso da nossa parte.

Digo com tranquilidade que foi uma rica experiência, para a qual me preparara participando da "V Reunião a Comissão Especial da Mulher do Parlatino", onde definimos uma plataforma de ação e a formação de uma frente parlamentar pelos direitos da mulher.

Vi, na China, que nosso esforço, de duas décadas de trabalho no movimento feminista e de mulheres de um modo geral, tem valido a pena.

Conseguimos, com o trabalho de mulheres de todo o mundo, que o tratamento da questão IGUALDADE, JUSTIÇA E DIREITOS HUMANOS passasse a ser vista sob a ótica e a perspectiva de gênero e da desigualdade entre os sexos. Com isto, a situação das mulheres, em cada país, e em nível mundial, passa a ser considerada para medir o grau da democracia e de justiça nos mais diferentes países.

Já na preparação desta Conferência, a ONU encomendara uma pesquisa ao PNUD, programa que mede o grau de desenvolvimento dos países, que incluísse dados de acordo com o gênero. Os resultados foram estarrecedores. Em todo o mundo, inclusive na Europa e nos Estados Unidos, as mulheres amargavam a pior condição em todos os setores da vida.

Nossa preocupação, no entanto, não se resumia em ver as coisas pelos olhos também da mulher, mas no que poderia ser feito para que a realidade pudesse mudar.

Sabemos que a Plataforma de Ação, resultante da Declaração de Beijing dependerá do grau de compromisso de cada governo e da capacidade de organização da sociedade em cada país, mas foi um passo decisivo para o enfrentamento de situações inaceitáveis, como a existência de milhões de mulheres que morrem todos os anos em função da gravidez, ou a manutenção de uma rede de exploração de meninas como prostitutas que envolve mais de 1 milhão por ano em todo o mundo.

Sobre a questão das meninas há um ponto importantíssimo a destacar: as crianças e adolescentes do sexo feminino, dada a gravidade da sua situação de marginalização, exploração, maus tratos e abandono em todos os continentes, passaram a integrar os pontos da Declaração e da Plataforma de Ação. Reconhece-se aí que os direitos das mulheres, como "DIREITOS HUMANOS", são violados desde a infância, percorrendo a vida da mulher até a velhice. As mulheres idosas passam também a ser lembradas e vistas como vítimas do abandono e da marginalização.

As posturas conservadoras da Igreja Católica, dos países fundamentalistas e de outros países que se alinharam, como a Argentina, não conseguiram impedir a garantia de questões essenciais, como direito à sexualidade, à herança, igualdade no casamento.

Passam os países a ter que cumprir, como ocorreu nas conferências anteriores, a plataforma definida, embora tenha ficado em aberto aquilo que o Grupo dos 77 (nós, do terceiro mundo) mais temia: de onde virá o dinheiro para bancar as políticas e programas sociais que visam construir um mundo de justiça e igualdade.

Nesta hora, os países ricos se unem, e

deixam em aberto apenas que há necessidade de novos recursos adicionais. Estes, senhores, não podem ser poucos, se levarmos em conta os objetivos concretos tratados pela Conferência, que agora alinharei:

a) Conhecer a realidade da mulher, com dados estatísticos, divulgando-os;

b) Planejar, estabelecer e implementar programas e políticas públicas em todos as áreas, com a perspectiva de gênero, levando sempre em conta a situação de homens e mulheres;

c) Atuar e propor novas legislações de combate à discriminação da mulher em todos os âmbitos, incluindo ações afirmativas como cotas no acesso a cargos públicos e eletivos e igualdade de oportunidades para o trabalho e emprego.

Importante é citar aqui, Srs. Deputados e Sr. Presidente e quero abrir um parêntese para ouvir a opinião de nossos companheiros. Quero falar agora sobre a cota que foi aprovada dentro dos partidos políticos da vaga para mulheres, de 20% que é um projeto da Deputada Petista, Marta Suplicy e que foi uma discriminação sim, pasmem as opiniões em contrário, mas uma discriminação positiva, porque se nós mulheres tivéssemos que esperar a igualdade nos Paramentos, dentro da história brasileira, porque fizemos uma análise, teríamos que esperar 400 anos.

Para atingirmos a igualdade no Parlamento do País. Por isso, optamos mesmo contrariamente a isso todos com discriminação positiva para que mais da metade da população brasileira, possa estar presente nos Paramentos e fazer a sua voz ser ouvida, para que a família brasileira, para que a sociedade civil, para que a sociedade como um todo, possa se desenvolver e crescer. Porque a partir do momento em que a mulher tiver a função mínima básica, as crianças deixarão de morrer, as mulheres deixarão de praticar aborto, as mulheres deixarão de morrer por causa de mama, útero e ovário e vai por aí afora.

A sociedade Brasileira deixa de gastar milhões e milhões de cruzeiros de reais para que a Saúde Pública dê esse atendimento a mulher. Portanto se a ONU tomou a posição de considerar os direitos da mulher como direitos humanos é porque economicamente isto tem um fundamento muito grande. E gostaria de ouvir a opinião dos companheiros a respeito desta questão de cotas dos partidos políticos."

O Sr. Dr. Rosinha (Aparte) - Quando V.Exa. usou da Tribuna antes desta viagem para a Conferência de Pequim, já tinha me manifestado a respeito e novamente volto a me manifestar. Quando temos um País que dá os mesmos direitos independente de raça,

sexo ou religião, não só os direitos estabelecidos na lei, mas que esses direitos sejam garantidos no tratamento do dia a dia, que esses direitos sejam vividos na realidade. Inclusive o direito de acesso a todos os meios de informação, ao acesso no exercício da cidadania seja na disputa política e partidária ou na disputa política dos movimentos sociais da sociedade civil, quando isto está ocorrendo, não há necessidade de cota.

Mas esta não é a realidade brasileira, a realidade brasileira nem mesmo na lei não é garantido esse direito. Veja o Código Penal no qual as mulheres não têm os mesmos direitos que os homens. Se já na lei não é garantido, no dia-a-dia a mulher não tem acesso aos mesmos meios de garantir a cidadania que os homens. Portanto é necessário que se tenha estímulos, ou seja que seja feita ações propositivas e ações positivas no sentido de corrigir aquela distorção acumulada ao longo dos anos, ao longo do século dá para se dizer, e que hoje é tida como cultural. E o que é cultural, o que é opressão, e o que é repressão secular, não só acaba em um curto espaço de tempo, não só acaba simplesmente colocando no mesmo patamar essas diferenças. Aquilo que é diferente, tem que ser tratado diferente e nesse caso a mulher é vítima de violência de todos os tipos na nossa sociedade por várias razões.

Para superar esse tipo de coisa, é necessário que se tenha os estímulos, isso é garantido através de cotas ou talvez através de outras ações de atendimento a cidadania. Nesse sentido me coloco e defendo a cota e a cota é ainda mais indicada eu diria que aquela que foi aprovada, a cota realmente que se tem direito a 10 vagas, que seja 30% como era desejado dessas 10 vagas e não somando a lei ou extrapolando a esse tipo de coisa.

Acho que se não tivérmos esse tipo de ação, não será possível superar a curto prazo a opressão da qual a mulher é vítima. E isso, não é ela que tem que superar isso, a mulher ou o movimento de mulheres, é a sociedade e nesse sentido, sendo a sociedade, tem que ter atuação de outro lado, da outra parte da sociedade e essa outra parte, às vezes, é quem se opõe, haja vista como agora ocorreu na tramitação desse projeto em Brasília.

Acho horrível o que aconteceu na tramitação. Tem o meu apoio, tem a minha ação propositiva e a minha ação positiva a respeito disso e de outras cotas em outros momentos que viessem a discutir.

A SRA. IRONDI PUGLIESI - Quero afirmar ao nobre colega que nós mulheres, esperamos que, assim como os Conselhos da Condi-

ção Feminina, como as Delegacias da Mulher, as cotas também desapareçam num curto espaço de tempo, para que a sociedade civil possa superar essa discriminação que faz contra a mulher e que seja comemorado isso. Esperamos que isso ocorra nesse pequeno espaço de tempo que temos à frente, que sejam reconhecidos realmente os direitos da mulher para que ela possa se tornar cidadã.

Importante destacar aqui que o Código Civil Brasileiro e o Código Penal estão velhos e carcomidos, superados pela Constituição de 88 e que esta Constituição ainda não teve os artigos relacionados aos direitos femininos regulamentados pelo Congresso, nem mesmo a Constituição Estadual, onde o aborto legal foi colocado para ser tratado na rede de saúde pública como um fato normal e que foi vetado pelos governos quando aqui passaram projetos nesse sentido. Não fomos nós mulheres que definimos o Código Penal. No Código Penal este artigo, dizendo a respeito do aborto.

Portanto, a mulher vítima deve ter o tratamento igualitário na saúde pública, porque até a Organização das Nações Unidas e os 189 países presentes reconheceram que o aborto é uma questão de saúde pública e quero deixar isto aqui claro.

Portanto, antes de rasgar a Constituição atual, deveriam os parlamentares em Brasília cumprir o que ela determina - regulamentar os direitos das mulheres no Brasil;

d) Trabalhar pela capacitação das mulheres em todos os níveis para assumir cargos de poder, para ingressar em carreiras, para disputar o mercado de trabalho em igualdade de condições;

e) A violência contra a mulher no Brasil chamou a atenção da Conferência e merece de todos nosso esforço para combatê-la. Mesmo com as Delegacias especializadas, o problema persiste e é grave.

A violência foi considerada pelo documento oficial como um desrespeito aos "Direitos Humanos", desde a violência doméstica, ao abuso sexual e assédio sexual, os estupros, a violência policial, o tráfico de mulheres, a prostituição infantil e a prostituição forçada. Foram propostos serviços públicos, como serviços de informações de direitos, casas de acolhida de mulheres vítimas, locais específicos para a recepção de denúncias e serviços de reeducação de responsáveis diretos por esta violência.

f) Tema polêmico foi o reconhecimento do trabalho não remunerado da mulher, que os Estados Unidos e os países ricos tanto temiam, com o receio de terem que remunerar o trabalho doméstico. Este trabalho terá que ser medido em valores daqui para frente, mensurado dentro da economia dos

países signatários do documento da Conferência. Quanto vale a roupa lavada, a comida na mesa e a casa limpa? E aqui passo um exemplo: façam as mulheres de Curitiba ou de qualquer cidade do interior, cruzem os braços e não trabalhem durante uma semana.

E vamos avaliar a importância do trabalho não remunerado e anônimo que as mulheres representam na economia de um país. Não estamos falando em defesa da mulher, estamos falando na economia de um país.

Portanto os países que assinaram este documento, terão que mesurar esse trabalho e avaliar em na economia do seu país. Outro tema também de destaque, está nos direitos reprodutivos da mulher. Ser que gera novos seres, a mulher precisa de (Lê): "atenções especiais, que vão desde as condições para decidir livremente sobre sua família, até os meios de exercer a reprodução sem morrer por causa dela. A questão do aborto ficou para ser tratada por cada país, mas é bom que se saliente que o caráter de crime que lhe é imposto tem levado a Seguridade brasileira a gastar cerca de 20 milhões de dólares para sanar as consequências do aborto clandestino. Dinheiro que se fosse aplicado em saúde preventiva para a mulher, frutificaria em vida e não em mortes como ocorre hoje.

De tão extensos trabalhos que participamos e de documentos complexos, ficou difícil extrair conclusões que não sejam exaustivas. Mas, acredito, que o que de mais importante que possa ter acontecido em Beijing ou Huairou, foi a confraternização das mulheres de todo o mundo.

Reconhecemo-nos ali, apenas pelo nosso gênero. Brancas, negras, índias, pobres, intelectuais, assalariadas, donas de casa, empregadas domésticas, parlamentares, cumprimos mais uma etapa deste longo processo de mudança civilizatória, num mundo comprometido pelas armas nucleares e as guerras, na busca da superação de uma cultura baseada na desigualdade entre os sexos e na discriminação da mulher.

Vamos agora, iniciar uma nova fase: colocar em prática estas decisões, para o que convoco o Senhor Presidente desta importante Casa de Leis, os Senhores Deputados e as Comissões de trabalho, o Governo do Estado e seus organismos, a Sociedade Civil com suas organizações populares, os movimentos de mulheres para elaborar um programa de ação pelo respeito aos direitos das mulheres, que são, enfim, direitos humanos.

E termino este meu pronunciamento, pedindo ao Presidente da Casa, que se faça imprimir a declaração e a plataforma de ação deste encontro para ser distribuído às lideranças políticas do nosso Estado, para que homens e mulheres tomem não só o

conhecimento mas recebam a informação necessária que muitos desconhecem os direitos e a discriminação contra a mulher. Mas para que todos nós homens e mulheres, que lutamos pela equidade dos gêneros, possamos colocar na prática, as estratégias de ação deste documento. Para que a mulher paranaense junto com a mulher brasileira atinja a sua cidadania plena.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - No Horário da Liderança do PMDB, concedo a palavra ao Deputado Caíto Quintana.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Sr. Presidente, Srs. Parlamentares.

É muito difícil num curto espaço de sete minutos que nos cabe no Horário da Liderança avaliarmos a votação "ad referendum" de toda uma reforma administrativa procedida no Estado do Paraná. Uma reforma administrativa que criou cem Secretarias de Estado, uma reforma administrativa que criou 417 ou 419 cargos novos na estrutura do Estado, uma reforma administrativa que permitiu a formação, a composição das novas secretarias por decreto uma reforma administrativa que permitiu alocação dos servidores das secretarias novas por decreto e que volta hoje a Assembléia Legislativa e fiz questão de trazer esta cópia aqui na Tribuna para que nós venhamos votar numa única votação todos esses decretos, toda essa movimentação orçamentária, toda essa relocação de funcionários públicos do Estado do Paraná e é inegável, não tenho dúvidas, nós vamos fazer, nós vamos ser minoria para poder suportar por tempo maior esta discussão. Agora, em política, em administração, quer pública ou privada, a gente paga o preço das coisas que forem feitas impensadas.

E só quero me referir como fiz quando votou essa mensagem aqui no começo do ano, há determinadas barbaridades, como por exemplo, e vão ser poucos os exemplos a poderem ser colocados no curso de sete minutos, nós temos aqui o artigo 1º - "A secretária da chefia de gabinete do Governador." Com o devido respeito a quem quer que seja o Chefe de Gabinete do Governador, pela sua capacidade não quero discutir, pela sua competência não quero discutir, por nada quero discutir. Quero discutir pela necessidade, Srs. Parlamentares, porque cada um de nós em nossos gabinetes tem um chefe de gabinete, cada empresa tem um gerente, mas não precisa ter uma estrutura de secretaria. Quem é que vai ser o chefe de gabinete do Secretário chefe de gabinete. Pois aqui está a resposta. A opinião pública aí fora não precisa entender o que o Deputado Caíto Quintana está dizendo neste instante. Os Senhores Parla-

mentares desta Casa podem discordar, mas entendem o que estou dizendo. Entendem que naquele mínimo espaço de uma sala, na ante-sala do Gabinete do Governador, que é onde fica o chefe de gabinete pois é o assessor imediato do Governo não tem espaço para colocar um assessor especial, símbolo AE1, ou melhor, seus assessores especiais, símbolo AEL, cinco assessor da Governadoria DAS-5, um coordenador, DAS1, dois assessor especial, DAS-2, dois assessor DAS-3, dois assessor técnico, DAS-4, um chefe de gabinete do Secretário que já é chefe de gabinete DAS-5, mais dois assessores especiais, DAS-5, mais 17 cargos C.

Senhores Parlamentares, os senhores podem ir para a Tribuna me contestar, mas nenhum dos Senhores, em sua consciência vai poder dizer que na ante-sala do gabinete do Governador, e eu estive naquela Casa, existe espaço para sentar tanta gente. Não há. E não há outro lugar, porque lá dentro ainda do mesmo prédio funciona a Secretaria do Governo e mais a Casa Civil, e se pouco pudesse fazer pelo menos conheço as dependências do Palácio Iguazu, conheço para saber que não tem lugar para tudo isso.

Essas coisas, por mais que a Bancada da Situação tente defender, como o contrário, é o que está originando a possibilidade de se ter recurso para uma política salarial. São mais de 400 cargos DAS, muitos deles desnecessários, criados e consumindo evidentemente rubrica orçamentária de pessoal. Quero, mais uma vez, havia pedido ao Deputado Anibal Khury, e lamentavelmente não me chegou às mãos, até agora, mas quero, invocando um projeto seu, chamar a atenção do líder do Governo, Algaci Túlio. V.Exa. Deputado Anibal Khury, pelo sim, pelo não, sem discutir o mérito, tem um projeto nesta Casa, transformando 25 cargos DAS-5, em seis cargos de assessoramento especial, simbologia, 1, com vencimento X, se não me engano mil e setecentos e poucos reais, uma coisa assim, cada um desses cargos. Na sequência e em razão disso o Tribunal de Justiça mandou também um projeto para esta Casa, criando no Tribunal de Justiça tantos cargos de assessoramento AE1.

Se não me falha a memória o Tribunal de Contas também o fez. Nessa Mensagem do Governo, Deputado Algaci Túlio, entre os cargos criados está aqui, um cargo assessor especial da vice-governadoria, símbolo AE1, é a única coisa que cita, nesta Mensagem do Governo. Daí vem um artigo, aqui na frente, que é o Artigo 14 deste projeto que diz: "os cargos de assessor especial do Governador e assessor especial da vice-governadoria, símbolo AE1, terão prerrogativas e remuneração igual a do Secretário de Estado. Isto é inconstitucional! A

Constituição não permite vinculação de salários! Ademais, qual é a Lei que está valendo? A Lei que criou seis cargos aqui, transformando 25 DAS e fixando um salário, ou este aqui que diz que tem remuneração e prerrogativa de Secretário de Estado? E os cargos criados pelo Judiciário? Cargo AE1, será que também tem prerrogativa e vencimento de Desembargador? Ou vai respeitar a isonomia em todos os Poderes, cargos iguais, simbologia igual, salário igual? Ou vamos receber aqui os mil e setecentos no cargo criado, eventualmente no Legislativo e no Executivo o cargo vai para quase oito. Porque não esqueçamos que os Secretários de Estado receberam uma gratificação de quatro mil e duzentos reais.

Portanto o cargo AE-1, se ele tem remuneração e prerrogativa de Secretário de Estado também vai receber os quatro mil e duzentos reais. Por consequência, todos os cargos AE-1 ou são assessor especial ou são secretários! Porque se tem prerrogativa, Srs. Parlamentares, vai além do que a nossa vã imaginação pode perceber, ou passar despercebido.

Prerrogativa significa autorização para assinar. Cito um exemplo, o Deputado Paulo Maia, foi nomeado como Assessor Especial na Secretaria da Educação, onde tem um Secretário. Se ele é assessor especial e ele tem prerrogativa de Secretário, ele tem, sim senhor, condição de assinar decreto, portaria, tudo que for necessário como Secretário. Porque a Lei lhe garante a prerrogativa. Mas que isso fique como condição de voto não vai acontecer nada, vamos poder, mas que fique como alerta, para que se procure ter cuidado com o que está aqui porque o que está aqui pode ser a "pá de cal" na questão salarial do funcionalismo e de uma desestabilização do próprio Governo.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Concedo a palavra ao Deputado Geraldo Cartário.

O SR. GERALDO CARTÁRIO - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Primeiramente o meu agradecimento ao Deputado Nelson Justus, Presidente do PTB, que nos concede o horário da Liderança.

Sr. Presidente tem um requerimento aqui assinado pelos Deputados José Maria, Edno Guimarães, Toti Colaço, Emerson Nerone, Nelson Justus, Duílio Genari, Cezar Silvestri e Élio Rusch. São dois requerimentos.

Após a compreensão do Presidente dessa Casa Deputado Anibal Khury, que concedeu e autorizou que no dia de ontem fizéssemos uma Sessão conjunta entre Deputados Estaduais, Federais e Prefeitos representando

as microrregiões do Estado do Paraná.

Os Deputados Federais compareceram acho eu em bom número, dez Deputados Federais fizeram-se presentes. Todos os Prefeitos das microrregiões presentes. E no início da sessão mais de trinta Deputados Estaduais aqui se faziam presentes, numa sessão que iniciou às 17:00 horas e terminou às 20:30 da noite.

E nesta Sessão de ontem, aprendemos e aperfeiçoamos alguns conhecimentos do Municipalismo. Mas o que nos surpreendeu foi o alto nível das discussões, numa sessão presidida pelo Deputado Zuk, que no final ele enaltecia a sessão que presidiu. Tanto os Deputados Estaduais, Federais como os Prefeitos, todos preocupados em soluções. E uma das soluções aqui colocadas, Srs. Deputados, pelo Líder da Bancada do Paraná em Brasília Deputado Basílio Vilani, nos trouxe até uma surpresa, quando o Deputado diz que todas as Emendas apresentadas pelos Deputados Federais do Paraná no Orçamento, o Presidente da República através de mecanismos, ele aboliu todas as emendas. Ou seja, os Deputados Federais que apresentaram emendas aos municípios do Paraná nenhuma dessas emendas valeu. Logicamente que nós aqui como Deputados Estaduais apresentamos emenda e não somos atendidos, ontem a Câmara Federal nos dá essa resposta.

Mas o Deputado Basílio Vilani dizia que vai politicamente acionar os mecanismos necessários para que aquele volume de dinheiro que seria entregue aos Municípios do Paraná seja repassado através do 13º às Prefeituras do Paraná e conseqüentemente às Prefeituras do Brasil.

Por isso é que achamos importante esse entrosamento entre Câmara Federal e Assembleia Legislativa. Da parte do Governo do Estado, também uma lição aprendemos aqui no dia de ontem. Muitas convocações se pretende ao ponto de trazer Secretários de Estado para debater diversos assuntos. Na quinta-feira eu dizia ao Líder do Governo e ao Líder do PT Deputado Algaci Túlio e Deputado Rossoni que os Prefeitos das regiões do Paraná, necessitavam independentemente de cor, de partido ou de posições anteriormente assumidas com relação à eleição do Governador, mas que esses Prefeitos necessitavam da presença do Secretário de Planejamento para debater e levar solução da angústia das Prefeituras das suas administrações, às suas necessidades e para minha surpresa, quando eram 6 horas da tarde, o Secretário do Planejamento chegava a esse recinto, disposto a dialogar com todos os Prefeitos e Deputados Estaduais e Federais que aqui se encontravam.

O Secretário ficou aqui até às 8:30 da noite e numa conversa franca, ele relatava

a situação econômica do Estado e mesmo assim se propôs a ajudar os municípios dentro do levantamento que as Associações no Paraná vão levantar, o quanto representa o 13º a todos os 371 municípios do Estado.

Por essa razão é que acredito que qualquer assunto debatido nesta Casa que tenha um cunho de fortalecer o Paraná como um todo, jamais faltará a presença de um Secretário do Governo. Foi um teste que realizamos no dia de ontem.

O Sr. Cleyton Kielse - Concede-me um aparte?

(Assentimento)

Deputado Cartário, o Senhor foi muito feliz na convocação dos Deputados Federais e dos Prefeitos na tarde de ontem. Não só sanamos algumas dúvidas que tínhamos a nível de orçamento federal, mas conseguimos com esse Secretário de Estado, com atuais Secretários de Estado, com outros Parlamentares e com outros Prefeitos que estão sofrendo na carne a dificuldade dos seus orçamentos municipais, buscar soluções em conjunto.

Discutimos com vários Deputados Federais que nunca tinham vindo até esta Assembleia, mostraram a sua personalidade de várias siglas como o do PT, o Padre Roque que esteve aqui e encaminhou uma situação muito interessante a nível de orçamento e por isso Vossa Excelência está de parabéns e requeiro até que sejam enviadas as notas taquigráficas que foram anotadas dos Prefeitos, a todas as microrregiões do Paraná, porque todos os Prefeitos estão com este problema de orçamento municipal, seja por FPM, seja por ICMS e principalmente na área de saúde nós vamos ter esta semana um apelo geral de todos os Prefeitos do Estado pelo não recolhimento do INSS para o próximo mês, visando até o pagamento do 13º que já foi mostrada a inviabilidade dos municípios.

Parabéns.

O SR. GERALDO CARTÁRIO - Agradeço o aparte do Deputado Kielse e para expor um pouco mais desse movimento municipalista, é que esta Comissão, que tem um prazo de 120 dias para apresentar o seu trabalho, continuará. A primeira meta que os nossos companheiros da comissão vão trabalhar, cada um desenvolvendo uma matéria apresentada no debate de ontem, porque, entre outras coisas, Senhor Presidente, Senhores Deputados, é impossível se cobrar do Prefeito uma administração em termos de igualdade com outros Prefeitos. A disparidade, o desembolso dos recursos públicos aos municípios é de um tamanho tremendo de desigualdade.

Por essa razão é que entre outras coisas, e aqui o Duílio Genari tinha razão,

quando aqui assumi o mandato de Deputado, fui um dos que votei, sem saber o que estava votando, com toda a franqueza, como já votamos aqui uma matéria onde legislávamos sobre 25% da receita do ICMS. Através do projeto do Neivo Beraldin, tiramos 5% de toda a receita dos municípios do Paraná. 5% para distribuir a municípios que sem critério, recebem esse recurso e usam a bel prazer. Não através de um fundo ecológico e desses 5% de um fundo ecológico. E desses 5% foi tirado, apenas, dos municípios do Paraná.

Por isso que o Governador Roberto Requião sancionou a lei. Sancionou dando risada. Ele me contava isso depois. Porque não saiu, sequer, um centavo do Governo do Estado, mas sim, das Prefeituras. Cinco por cento se tirou dos 25% e essa soma, 20%, ainda se distribui de uma forma totalmente desigual. Onde um município com 5 mil habitantes tem uma arrecadação maior de recursos do que alguns com mais de 100 mil habitantes. Aí não há o que se cobrar de Prefeitos.

O Sr. José Maria - Concede-me um aparte?

(Assentimento)

Deputado Geraldo Cartário é com satisfação que ontem presenciamos, aqui, uma reunião de Prefeitos representando as microrregiões do Estado do Paraná e os Deputados Federais que no momento oportuno, esta Casa trouxe à discussão para cá uma questão extremamente grave e que não é só no Paraná. Estamos vendo e ouvindo, presenciando na imprensa brasileira municípios fechando em quase todo o País, se não fazendo demonstração de que estão falidos, de que estão quebrados e de que o sistema da distribuição e dos encargos que estão sendo transferidos a esses municípios são insuportáveis.

E esta Casa através dos seus Deputados e desta Comissão Especial tem aí uma bela oportunidade para apresentar uma saída e mostrar, sobretudo, novos caminhos do municipalismo. E o Paraná dará, com certeza, através dos Deputados este exemplo. Exemplo de responsabilidade por parte do Poder Público Municipal, de atribuições que não seriam suas: de convênios, de participação, de parcerias que têm, ao longo desses anos, escamoteado a verdadeira administração municipal. Descentralizar, isto é necessário. Mas descentralizar, também, refere-se à transferência de recursos. E essa transferência que o senhor coloca.

Fazendo até uma reflexão, de um voto, com certeza de alguns anos atrás, que esta Casa precisa, que vai desde a criação de municípios a uma votação em que mexa com as transferências e a distribuição dos recursos dá com muito critério. Fazê-la com muita sensatez. Porque, lá na ponta, tem

alguém que paga e este precisa ser pago com equidade, para que a sociedade possa sentir o trabalho nosso e sentir a possibilidade dos municípios realizarem a sua tarefa. Parabéns ao Deputado que liderou essa Comissão e à Mesa que acolheu, em tempo, e agora cabe a nós apresentarmos os trabalhos, em forma de resolução, em forma de projeto de lei no sentido de que busquemos trazer o que hoje caminha e caminha com distorção, a realidade da vida municipalista brasileira.

O SR. GERALDO CARTÁRIO - Queria dizer que este trabalho da Comissão, ele é um trabalho em conjunto com o Bloco Municipalista. O Bloco Municipalista é composto de Deputados que já ocuparam cargo de Prefeito. O Toti Colaço tem sido um companheiro admirado na sua postura de entrosamento, por isso faz parte desta Comissão. E o Bloco Municipalista vai nos oferecer elementos para podermos aqui em conjunto com todos os Deputados, inclusive Deputados que não fazem parte do Bloco, nem desta Comissão, já me informaram que tem sugestões a apresentar.

Queremos, para informar aqui aos Senhores Deputados de que acertamos com o Deputado Federal Basílio Vilani, com o Presidente da Associação dos Municípios, que após algumas informações que esta Assembleia já pediu às Prefeituras, à COPEL, à SANEPAR e outros órgãos do Governo, vamos aqui discutir em conjunto uma resposta à população do Paraná, o porquê Prefeituras estão fechando, se devem realmente fechar, por que Prefeituras estão há quatro meses sem pagar funcionários, por que Prefeituras estão trabalhando só em meio-expediente, por que Prefeituras estão com seu parque rodoviário parado, por que Prefeituras estão com os postos de saúde sem medicamentos. Nós vamos informar com honestidade, o porquê que municípios podem manter, como o Deputado Ricardo Chab aqui levantou, por que Prefeituras hoje pode trazer, levar na sua cidade pagando muito caro um time de futebol, uma equipe de futebol, por que outras não têm condições de sobreviver, tudo isto será levantado e colocado aqui em debate numa sessão, em conjunto com Deputados Federais e Prefeitos para daí sair um documento e daí, inclusive, apresentarmos alguns projetos para mudar alguma distribuição de recurso, inclusive essa do ICMS, para ser discutida aqui neste Plenário e logicamente com a ressonância da Câmara Federal.

É isto que esta Comissão se propõe e ao encerrar agradeço ao Presidente da Assembleia que houve por bem de abrir esta Casa e proporcionar a que Prefeitos aqui dialogassem, debatessem em termos de

igualdade, como se Deputados fossem, como foi o caso do Prefeito de Pitanga, com o nosso Deputado Romanelli, outros Deputados e outros Prefeitos.

Então, era este o conhecimento que queríamos levar e dizer que este requerimento, um vai para Brasília enaltecendo a presença dos Deputados Federais e o outro ao Secretário do Planejamento que aqui veio também entrando neste debate.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Encontra-se neste Plenário, em visita, o Senhor Carlos Fontoura, Secretário da Prefeitura de Ortigueira e Deolindo Ferraz, Vereador de Ortigueira.

Concedo a palavra ao Deputado Antonio Belinati.

O SR. ANTONIO BELINATI - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Um assunto que tem motivado um grande espaço na imprensa paranaense tem sido o Banco Del Paraná, braço do BANESTADO no Paraguai. E é evidente que ontem especialmente ontem com a presença do Presidente do Paraguai em Curitiba, o assunto despertou a curiosidade da imprensa querendo saber do mais alto mandatário do Paraguai se tinha ou não fundamento a especulação da possível compra do Banco Del Paraná por um grupo daquele País, do Paraguai.

É bom recapitular, Senhor Presidente, Senhores Deputados, que este Banco Del Paraná tem sido marcado ao longo de sua história por inúmeras operações mais do que suspeitas. Já houve até casos cômicos como o do modesto, do humilde vendedor de cachorro-quente de Ponta Porã, cujo nome foi criminosamente utilizado por alguém de muita influência no Banco para operação de milhões de dólares. Essa foi, certamente, a operação cômica mais marcante da história do Banco Del Paraná. E este Banco pelo noticiário constante na imprensa do Paraguai e também aqui no Brasil, particularmente no Paraná, o Banco Del Paraná tem sido, há vários anos, com certeza uma porta para lavagem de dinheiro, e quem sabe, com tristeza lavagem de dinheiro e contrabandistas e por que não, quem sabe, de traficantes de drogas?

A venda do Banco Del Paraná não vai fazer falta nenhuma. É evidente que quando se fala em privatização, quando se fala em venda de qualquer coisa do Governo, há sempre uma grande manifestação de parcela de opinião pública contrária a esse tipo de venda.

Mas no caso do Banco Del Paraná este Banco não vai fazer falta alguma para o Brasil, e muito menos para o BANESTADO. E queremos fazer votos para que se concretize a operação Banco Del Paraná. Mas há um

questionamento aqui que a gente já faz, se este Banco sempre esteve sob forte suspeita, se inúmeras maracutaias foram ali realizadas, não entendo, Sr. Presidente, não entendo porque o BANESTADO ainda vai continuar sócio do Banco Del Paraná, ainda que minoritariamente.

Então, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que vendam de uma vez, que não haja mais vínculo nenhum do nosso Paraná com este Banco Del Paraná. Que se entregue de uma vez e que ao invés de dores de cabeça e que ao invés de escândalos, possamos, isto sim, trazer o dinheiro, quem sabe para fortalecer o nosso BANESTADO!

Portanto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, o nosso desejo é que o BANESTADO deixe de ter qualquer tipo de vínculo com o Banco Del Paraná, que seja, efetivamente, uma operação em caráter definitivo, porque este Banco tem sido utilizado por maus brasileiros e maus paraguaios, e que têm manchado e muito a tradição deste Banco.

Até nem sei se já houve algum momento em que o Banco Del Paraná chegou a ter alguma tradição no mercado financeiro.

Portanto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é esse o nosso pronunciamento, que a venda seja de cem por cento que o BANESTADO não tenha mais nenhum tipo de participação no Banco Del Paraná, usado inúmeras e inúmeras vezes para grandes maracutaias e grandes escândalos de grandes oportunistas, para não falar até naqueles caloteiros que deram o golpe nesse Banco com a complacência de gente influente desse importante estabelecimento de crédito.

E Sr. Presidente, registrar também a presença do Cacique Rauni que em outra oportunidade já esteve conosco, em Londrina e que possivelmente nos próximos dias voltará à Londrina para falar sobre a política indígena para o nosso país.

Portanto Cacique Rauni, seja bem-vindo a nossa Assembléia Legislativa, ele que é uma grande liderança indígena em nosso Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Presidência comunica a presença do grande Cacique Rauni e vai suspender a Sessão, por cinco minutos para que os Srs. Deputados possam cumprimentar o ilustre chefe.

(Suspende-se a sessão)

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está reaberta a presente sessão.

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Edgard Bueno.

O SR. EDGARD BUENO - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Quero ressaltar aqui o gesto de bondade do nosso Presidente Anibal Khury em re-

ceber aqui o Cacique Rauni e o Presidente do Conselho Indígena do Paraná.

São gestos como esse que deixa cada vez grande esse homem público de mais de 40 anos de experiência no Legislativo do Paraná. Sensibiliza qualquer um de nós por essas oportunidades que o nosso Presidente tem dado a todas as pessoas que aqui têm vindo e que aqui têm nos prestigiado. Parabéns Deputado Anibal Khury e continue assim e que esse seu gesto vai ficar gravado em todos os nossos corações.

Venho a esta tribuna Srs. Deputados, para ressaltar uma das grandes preocupações que o País vive hoje, que é a questão das invasões ou das ocupações. É uma preocupação nacional, porque estamos vendo enfocar em cada canto desse país uma invasão de terra. E com certeza absoluta a é orquestrada e essa orquestração prende-se ao fato de chamar a atenção das autoridades para que venham de encontro a este grave problema de resolver o problema da Reforma Agrária Brasileira.

Existem milhões de trabalhadores da agricultura, que aprenderam a produzir lá na terra, tem vocação para a produção, na área de agricultura e que hoje estão marginalizados. Estão marginalizados por uma série de circunstâncias. E uma delas quero ressaltar aos Srs. que foi a questão da falsa taxa de poupança que todos os agricultores sonhavam em receber ao vender a sua pequena propriedade. Mas ganhavam até 50%, mas a inflação comia os mesmos 50%.

Portanto, foi uma situação enganosa esta questão da inflação hoje corrigida em todo o país, felizmente esta inflação mostrou a todos os brasileiros e principalmente aos especuladores que não temos mais lugar nesse país para aqueles que especulam. Para aqueles que ganhavam do sacrifício do trabalho das pessoas, hoje nesse país depois de resgatada, depois dessa queda violenta da inflação, temos certeza de que quem terá valor nesse país é aquele que produz, é aquele que trabalha, é aquele que investe e que dá emprego. Esses realmente a partir de então vão superar aqueles especuladores que tanto ganharam nas costas de tantos. São ocupações ou invasões quando da iniciativa privada, propriedade privadas são condenáveis, porque a Constituição brasileira garante o direito da propriedade.

Portanto, queremos é que o Governo assuma a responsabilidade e que venha de encontro com esse desejo de uma grande maioria da população brasileira.

Mas quero falar de uma outra invasão.

Houve uma outra ocupação que aconteceu lá em Cascavel, em 496 apartamentos da CHOESTE - Companhia de Habitação do Oeste do Paraná, financiada pela Caixa Econômica, com o dinheiro do trabalhador, com o

dinheiro do FGTS e que há mais de 3 anos esses apartamentos estão concluídos, os trabalhadores querendo adquirir, pagar mensalmente esses apartamentos e por desrespeito, por uma falta de consideração, com aqueles que lesam o poder público, até hoje não foi resolvido e os próprios trabalhadores tomaram a decisão de aqueles apartamentos ocuparem e fizeram isso com o nosso apoio, com o apoio da sociedade e dos políticos da Região Oeste do Paraná e hoje com o apoio dessa Assembléia Legislativa.

Apresentamos um requerimento e queremos crer, será aprovado por unanimidade no sentido de mostrar à população do Paraná, às autoridades, ao Governador Jaime Lerner, ao Secretário de Segurança, ao Presidente do Tribunal de Justiça que aquela ocupação foi legítima, foi justa e que todos os trabalhadores que lá estão, estão prontos para um acerto ou com a CHOESTE ou com a Caixa Econômica que questiona a CHOESTE por um superfaturamento de 40%. Isto também não vamos permitir que vá para os ombros do trabalhador, daquele que sonhou em ter uma residência e que hoje está condenado a pagar estes 40% de superfaturamento que beneficiou o bolso de grandes empresários.

O Sr. Cezar Silvestri - Me permite um aparte?

(Assentimento)

Deputado Edgard Bueno, no momento que nos somamos ao seu pronunciamento e inclusive fazemos parte e assinamos um requerimento de autoria de V. Exa., levantamos alguns questionamentos com relação à questão das invasões de terras. Tivemos na manhã de ontem, na madrugada de antes de ontem, uma invasão de duas propriedades no Município de Cantagalo. Propriedades produtivas.

Eu particularmente conheço os proprietários e conheço a propriedade. Uma delas, cujo proprietário se chama José Hildebrand, é um homem de origem alemã, um dos colonizadores da região de Entrerios em Guarapuava, que vieram para Guarapuava da velha Europa há mais de 40 anos atrás, estão desenvolvendo a região, trabalhando em toda a região e tivemos uma invasão totalmente sem fundamento, uma área totalmente produtiva, onde nessa propriedade tem em torno de 400 alqueires de mata nessa propriedade, que o proprietário comprou com um único objetivo, para preservar a natureza.

Talvez pela sua criação, sua origem européia, ele adquiriu essa propriedade, sabendo que não poderia explorá-la. Fez isso e infelizmente na madrugada de antes de ontem, essa propriedade foi invadida por 300 famílias, colocando inclusive em

risco a credibilidade do "Movimento dos Sem-Terra", no Paraná, que sempre diz que todas as invasões que tem feito, tem feito em terras improdutivas.

Conheço essa propriedade, conheço o proprietário. Não existe nessa propriedade um único centímetro quadrado que pode ser aproveitada, que não está sendo explorado. O direito à propriedade é sagrado, pela própria Constituição. Se continuarmos permitindo que fatos como esse aconteçam, estaremos levando à sociedade, inclusive para a desobediência civil. A alegação de que você não tenha terra, e de que você pode invadir, estaremos dando o direito de a pessoa que não tem um carro tomar o carro do seu vizinho, da pessoa que não tem uma casa para morar, também tomar a casa do vizinho porque lá tem 4, 5 cômodos.

Acho que o respeito às leis, o respeito à Constituição deve ser preservado a qualquer custo. Não posso admitir. Sou favorável. Acho que o governo federal tem que tomar uma medida com relação à questão agrária no país. Deve ser dada a oportunidade de terra para todos aqueles que querem trabalhar na terra, agora, o desrespeito, a invasão pura e simples, inclusive tomando como refém um dos funcionários da propriedade, também ameaçando o proprietário que não pode tirar os seus bens de dentro de sua casa. É um desrespeito à lei e que deve ser condenado por todos os Srs. Deputados.

O SR. EDGARD BUENO - Concedo aparte ao Deputado Nerone.

O Sr. Emerson Nerone - Deputado, gostaria de dar uma sugestão ao PSDB e que essa sugestão possa ser levada ao Governo Federal, exatamente para cumprir isso...

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Seu tempo está esgotado. Concedo mais um minuto para término.

O Sr. Emerson Nerone - ... que o Sr. acaba de vislumbrar e para que não haja esse conflito todo. Uma solução simples é tirar um banqueiro proprietário de grandes espaços de terra nesse país e pôr alguém que tem afinidade com a agricultura deste país. E não um latifundiário, um banqueiro como o governo federal optou. Gostaria de mostrar isso como sugestão. Assim como quando radicalizou o governo federal quando um Ministro banqueiro para cuidar da reforma agrária, nós também achamos que o "Movimento Sem-Terra" pode também cometer erro. Não deve, mas pode.

E temos de entender, também, que se de um lado o governo federal errou, esse erro dos agricultores, dos sem-terra que invadiram essa fazenda, foi um erro muito pe-

queno comparado ao erro de ter colocado um Ministro latifundiário - banqueiro na frente de uma proposta de reforma agrária, ousada, que é a proposta do seu governo, do Governo Fernando Henrique.

O Sr. Luiz Claudio Romanelli - Deputado Edgard Bueno, me concede um aparte?
(Assentimento)

Queria, Deputado Edgard Bueno parabenizá-lo por duas razões: a primeira que é pelo seu pronunciamento nesta tarde, que trata, na verdade, dos problemas graves que o Paraná enfrenta - os sem-terra e os sem-teto. Claro que o problema do sem-terra é um problema muito grave no Paraná, até porque nós todos, Deputados Estaduais, andamos pelo Paraná e sabemos, tem 80% das propriedades no Paraná que estão ocupadas, agora, há 20% que são terras ociosas, terras que poderiam ter uma outra destinação muito melhor que tem hoje. Terras muito passíveis de desapropriação.

Não sei se é esse o caso dessa propriedade que o Deputado Cezar Silvestri se referiu. Quero crer que não. Confio na avaliação do Deputado Cezar Silvestri, e foi justamente no sentido de até convalidar o seu pronunciamento e confiando na sua avaliação é que estou aqui me somando, mas acho que esta questão dos sem-terra até vale uma discussão mais aprofundada aqui nossa.

Queria, Deputado Edgard Bueno, dizer o seguinte, que Vossa Excelência como legítimo representante da cidade de Cascavel e do oeste paranaense, com muita propriedade ocupa esta tribuna e encaminha esse requerimento que é assinado por diversos, por todas as lideranças desta Casa e pelos Senhores Parlamentares apoiando a ocupação do conjunto Palmeiras, que foi, na verdade, motivo até de uma denúncia que fizemos ainda quando Secretário Especial de Política Habitacional do Estado do Paraná, como tantas outras obras que foram feitas por empreiteiros e pela Caixa Econômica Federal, que foi motivo, é claro, do lucro dos espertalhões e não pode agora o povo pobre do nosso Paraná, a população que não tem uma casa para morar querer, ter que pagar esta conta e por isso que nós aqui nesta Casa felizmente, e verifiquei quando corri um abaixo-assinado, via solidariedade dos Deputados, que nenhum Deputado com assento nesta Casa se recusou a manifestar o seu apoio na moção de apoio às famílias que ocuparam.

E quero, aproveitando esta oportunidade que está aqui presente também o Presidente da Câmara de Cascavel, Vereador Follador, para agradecer a ele, Vossa Excelência e a todos os cascavelenses pela grande manifestação que tivemos da concessão do Título de Cidadania Honorária ao

Deputado Anibal Khury, ao Conselheiro Rafael Iatauro e ao primeiro Prefeito de Cascavel, José Formigheri, que foi inegavelmente pelas minhas andanças a maior manifestação política que vi nos últimos anos no Paraná. Cascavel, na verdade, demonstrou uma grande manifestação política o desejo que tem e a representatividade que aquela região tem, até pelo número expressivo de Deputados que compareceram, demonstrou de fato que é hoje a Cidade de Cascavel, como a capital do oeste, sem desmerecer a nossa Foz do Iguaçu, mas que seguramente é a catalizadora da expressão política de toda uma região.

Então, queria parabenizar a Vossa Excelência e também o Presidente da Câmara de Cascavel, o Vereador Follador que está aqui presente nesta sessão, e que foi inegavelmente um ato maiúsculo da região oeste aquele daquela expressiva homenagem que foi concedida ao Presidente aqui desta Casa.

Meus parabéns ao Senhor e a todos os cascavelenses.

O SR. EDGARD BUENO - Muito obrigado pelo aparte.

E gostaria de ressaltar aqui que hoje entram dois requerimentos na Casa. Um que é o que já citei, assinado por todas as Lideranças de Partidos, Lideranças do Governo, o Presidente da C.C.J., nosso companheiro vice-Líder do PMDB, o Péricles de Mello, vice-Líder do PT; Valdir Rossoni, Líder do PDT; Ângelo Vanhoni Líder do PT; Nelson Justus, Líder do PTB; Jocelito Canto, Líder do PSC; Élio Lino Rusch, Líder do PFL; Algaci Túlio, Líder do Governo; Caíto Quintana, Líder do PMDB; Cesar Seleme, Líder do PTB; Cezar Silvestri, Líder do PSDB; enfim, isto é uma demonstração que a Casa tem nos apoiado a todos os momentos e principalmente nas causas justas.

E agradeço ao Deputado Romanelli que me dá parceria também de um requerimento seu que pede a SANEPAR e a COPEL que não cortem daquelas pessoas que lá habitam nem a água e nem a luz. Estão sendo ameaçados, mas tenho certeza de que após o envio deste requerimento nós vamos resolver este problema que também será grave.

O Sr. Jocelito Canto - Permite um aparte, Deputado?

(Assentimento)

Só queria, Deputado mais uma vez lhe cumprimentar porque a gente nota que nesta Casa Vossa Excelência tem trabalhado com muito interesse sempre pensando no bem estar, principalmente da população de Cascavel e da região oeste.

Mas estranhei que agora o Deputado Nêrone citou que ele estranha a atitude que se colocou um banqueiro para cuidar da re-

forma agrária. Só estranhei, Deputado Nerone, porque recentemente li, nas páginas dos jornais, que o Deputado Federal do PT, que inclusive esteve ontem aqui, o Padre Roque Zimmermann, fez um pronunciamento, no Congresso Nacional, na Câmara dos Deputados, enaltecendo a permanência do Ministro José Eduardo de Andrade Vieira. Aliás está parecendo aquele ditado popular: "Façam o que eu digo, mas não façam o que eu faço".

Muito obrigado, nobre Deputado.

O SR. EDGARD BUENO - Pois não, gostaria de conceder o aparte ao Deputado Élio Rusch.

O Sr. Élio Rusch - Deputado Edgard Bueno, acho que Vossa Excelência ocupa esta tribuna para discorrer sobre um assunto muito importante, principalmente quando se refere às pessoas de Cascavel, que necessitam das suas habitações. E Vossa Excelência tem se destacado pelas grandes causas que tem abraçado, aqui na Assembléia Legislativa e mais uma vez tem conseguido aglutinar ao redor dos seus ideais e dos seus objetivos e principalmente em favor da reivindicação da sociedade, as assinaturas de todas as lideranças partidárias em favor de seus pleitos.

O Deputado Romanelli, que é um profundo conhecedor da habitação, no Estado do Paraná, acho que ele quer elogiar o PFL, mas na verdade não entrou ainda no ritmo do País de Andrade, que é o homem que comanda hoje o PMDB do Brasil. O PFL acima de tudo é um Partido que abriu as suas portas, é um Partido tão democrático que exatamente cede o seu horário para que Vossa Excelência possa expressar o seu pensamento, e o Romanelli teve a sua participação ocupando todo este espaço.

O SR. EDGARD BUENO - Prometo que através da Liderança do Cezar Silvestri, na próxima sessão, o horário do PSDB será todo concedido a Vossa Excelência.

Pelos apartes que recebemos, percebemos que hoje o grande problema do Brasil é a falta de que este País cresça, de que este País possa gerar emprego, riqueza para abrigar a sua gente e diminuir, principalmente, a desigualdade social. No momento em que diminuirmos a desigualdade social, resgatarmos a dignidade do pai e da mãe de família, este País, temos certeza absoluta viverá dias melhores.

E, para encerrar, Senhor Presidente, gostaria de agradecer aqui ao nosso Presidente da Câmara Municipal de Cascavel, Severino Follador, que através de um gesto de bondade, de agradecimento, vem a esta Casa entregar um quadro, uma lembrança, pequena, singela lembrança da Câmara Municipal de Cascavel, em agradecimento a to-

dos os Deputados que compareceram na cidade de Cascavel, por consequência às homenagens que fizemos ao nosso Presidente Anibal Khury, ao Rafael Iatauro, e ao José Neves Formigheri. O Presidente da Câmara Municipal de Cascavel fará a entrega desse quadro na Sala do Presidente, logo após o término desta sessão, e também de um belo troféu aos Deputados que enfrentaram a esquadra dos Prefeitos Municipais da Região Oeste do Paraná, ganhamos o jogo e temos o direito de receber este troféu, através das mãos do Presidente e grande amigo, Severino Follador. Por isso meus agradecimentos pela bondade, pela compreensão, pelos apartes e também ao Presidente que hoje nos concede esta bela lembrança.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Concedo a palavra ao Deputado Orlando Pessuti.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Inicialmente nosso agradecimento ao Deputado João Techy Filho responsável pela Liderança do PPR que nos concede o horário desse Partido, para que possamos a exemplo do que fez o Deputado Augustinho Zucchi, falarmos a respeito da viagem que fizemos no dia de ontem a Campo Grande - Mato Grosso do Sul.

Naquela cidade Senhor Presidente, Senhores Deputados, tivemos o privilégio de participarmos do 1º Encontro Nacional das Comissões da Agricultura, Pecuária e Desenvolvimento Agrário desse País. E quero dizer que a presença do Presidente da Comissão da Agricultura Deputado Augustinho Zucchi e a nossa presença na condição de Presidente do Bloco Agropecuário mais uma vez demonstra a preocupação que tem a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná na busca de soluções para o problema dos agricultores desse País, sejam eles pequenos, micro, grandes sejam eles agricultores sem terra.

E esta preocupação Senhor Presidente vem na somatória de tantas outras preocupações que esta Casa vem ao longo do seu dia-a-dia demonstrando. Tivemos ainda no dia de ontem na Coordenação do Deputado Geraldo Cartário uma importante reunião de uma Comissão Especial que analise o problema dos municípios, num esforço conjunto dessa Comissão Especial e do Bloco Municipalista e da Presidência da Casa, tivemos recentemente anunciado por Vossa Excelência a contratação de um especialista em questões tributárias Dr. Eron Arzua para assessorar a Assembléia Legislativa e a Comissão Especial também de acompanhamento da Reforma Tributária proposta pelo Deputado Albanor e termos também nesta semana sobre a coordenação de Vossa Excelên-

cia num trabalho que Vossa Excelência vem desenvolvendo em parceria com o nosso ilustre Deputado Luiz Carlos Zuk a reunião do Conselho Parlamentar do Sul, que acontecerá aqui na Assembleia Legislativa do Paraná e que tratará de importantes assuntos do interesse do nosso Estado.

Portanto, afora tantos outros assuntos a Assembleia Legislativa tem procurado cumprir com o seu papel de representar através de atos, pronunciamentos, projetos, requerimentos o pensamento do povo do Estado do Paraná. E a reunião de ontem foi mais uma de tantas reuniões que tivemos na busca de soluções para o problema da agricultura do nosso Estado. Fomos para lá devidamente embasado em documentos já produzidos aqui na Assembleia Legislativa, em documentos pela FAEP, FETAEP, OCEPAR em documentos enfim do setor produtivo do nosso Estado. E lá tivemos a oportunidade de discutir a crise, o endividamento da agricultura, plantio da próxima safra 95, 96, dificuldades de crédito, redução da produção, seus efeitos e soluções e também a importância do engajamento das Assembleias Legislativas na ação direta de inconstitucionalidade 1307/95, perante o Supremo Tribunal Federal e foi proposta pela Assembleia Legislativa do Estado do Mato Grosso do Sul através da sua mesa diretiva e que visa declarar como inconstitucionais algumas resoluções do Banco Central e também declarar inconstitucional o artigo 2º da Medida Provisória 1023 deste ano que restabeleceu a cobrança da TR nos financiamentos e respeitando evidentemente aquele veto que havia sido derrubado.

Tivemos a oportunidade de debater durante toda a tarde no Plenário da Assembleia Legislativa numa sessão especial convocada pelo Presidente Roberto Moacar e coordenada pelo Presidente da Comissão da Agricultura daquela Casa Moisés Neves. Dessa reunião foi discutido a proposta de reformulação da agricultura Projeto Replantar da Frente Parlamentar da Agricultura que existe no Congresso Nacional que existe no Congresso Nacional em cuja proposta, estão aqui, como soluções emergenciais a securitização do passivo ou seja, da dívida dos agricultores: recursos para custeio e investimento, controle das importações, fundo de desenvolvimento da agricultura, crédito rural cooperativo, reestruturação fundiária. Medidas básicas: redução de impostos, sustentação de preços, racionalização de abastecimento, fortalecimento dos mercados, seguro privado, agregação do valor ao produto, eficiência e rentabilidade, mobilização comunitária, desenvolvimento tecnológico, recursos humanos.

Dentre todos esses assuntos, um que tomou maior espaço nas discussões, diz

respeito à securitização da dívida dos produtores, que seria esta securitização, a transformação da dívida dos produtores. Seria toda a dívida calculada, somada e transformada em equivalência produto para que os produtores de todo o país pudessem saldar os compromissos num prazo que fosse compatível com a situação da agricultura. Discutimos também a questão da proposta dos agricultores do Brasil, quando do "caminhão" em Brasília.

Analizamos o relatório final da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada para investigar as causas do endividamento do setor agrícola e tudo isso resultou que iremos nos dias 17 e 18 de outubro, numa reunião em Brasília, com a presença dos Deputados Federais, Senadores, Deputados Estaduais de todo o Brasil, para que possamos, junto com as lideranças agropecuárias, junto à Frente Parlamentar Ruralista do Congresso Nacional, desenvolver ações no sentido de que possa o governo federal ter a sensibilidade necessária para que possamos equacionar o problema da dívida dos agricultores, os recursos para o plantio da safra 95/96, para que possamos equacionar a liberação de armazéns para que possamos ter uma política de preços mínimos respeitada onde os agricultores possam plantar e ter a certeza de um resultado satisfatório.

Para nossa satisfação, podemos ler na "Gazeta Mercantil" uma notícia bastante alvissareira para a agricultura. "Dívidas rurais serão roladas por seis anos" e essa rolagem de dívida, ainda não num volume que necessitam os produtores rurais, vêm de encontro aos interesses do nosso setor produtivo e vêm de encontro aos interesses do governo através do Banco do Brasil que poderá melhor equacionar o seu balanço quando da rolagem dessa dívida e aqui fala também da securitização da dívida dos produtores equivalência/produto e na proposta do governo, juro de 6% ao ano e cabe aqui neste momento, fazer do nosso aparte, uma manifestação em relação ao trabalho que vem desenvolvendo o Ministério da Agricultura e o nosso Ministro José Eduardo, porque todo esse trabalho de transformar a dívida hoje existente dos agricultores em equivalência/produto, pelo menos uma parte dessa dívida vem sendo coordenada através do Ministério da Agricultura, pelo Ministro José Eduardo e pelo seu Secretário de Política Agrícola, Guilherme Dias, que recentemente esteve no Paraná reunido conosco e com lideranças do setor produtivo.

Nesse sentido é que pretendemos amanhã, junto com o Deputado Augustinho Zucchi propor a esta Casa, algumas questões que achamos fundamentais e necessárias para o momento. A primeira delas é que a Assembleia Legislativa também se posicione

na posição de "litisconsorte" nessa ação direta de inconstitucionalidade que está sendo movida pela Assembléia Legislativa do Mato Grosso do Sul, para que possamos junto ao Supremo Tribunal Federal, uma pressão política no sentido de que junto ao Supremo Tribunal Federal exercer uma pressão política no sentido de que eles venham analisar, no mérito, já que a liminar foi negada - com a maior rapidez possível - a inconstitucionalidade dessas resoluções do Banco Central e também o Art. 2º da Medida Provisória nº 1023.

Então amanhã estaremos propondo a esta Casa para decidirmos pela posição de "litisconsorte" da Assembléia Legislativa nessa arguição de inconstitucionalidade. Porque se essas resoluções e esse artigo forem declarados inconstitucionais, tenham certeza, que muitos dos problemas dos agricultores do país estarão sendo resolvidos. E iremos propor também, que façamos um trabalho junto ao Ministério da Agricultura, junto ao Ministério da Fazenda, junto ao Ministério do Planejamento e junto ao Banco Central, e junto ao Presidente da República, no sentido de que o mais rapidamente possível possa se ter estabelecida a securitização da dívida dos produtores. Para que possamos ter esses produtores readquirindo a sua condição de financiamento junto aos Bancos e possam eles plantar e dar ao Brasil o alento necessário e a estabilidade necessária nesse plano econômico que aí está. E que tem, sem sombra de dúvida, a agricultura como principal âncora, como principal sustentáculo.

Portanto, quero mais uma vez, neste momento, agradecer a V. Exa. e esta Casa pela oportunidade que nos deram de ir à Campo Grande no Mato Grosso do Sul. Pela oportunidade que sei, nos darão, para que possamos ir desta feita não apenas, o Deputado Pessuti e o Deputado Augustinho Zucchi, para que possamos ir à Brasília falar com o Ministério da Agricultura, Fazenda, Planejamento e Banco Central, levar a posição da Assembléia Legislativa favorável à transformação da dívida em equivalência produto. Porque, desta forma, estaremos defendendo os interesses da agricultura do Paraná como faz, neste momento, o Ministério da Agricultura, ao encampar essa idéia da securitização da dívida dos produtores.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Com a palavra o Deputado Jocelito Canto.

O SR. JOCELITO CANTO - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O que nos traz à tribuna, nesta tarde, para nos manifestarmos sobre alguns assuntos que merecem ser lembrados e discutidos

nesta Casa.

Primeiro, gostaria em nome da comunidade de Ponta Grossa, em nome dos Campos Gerais e em nome do respeito a nós, os Deputados, prestar um voto de elogio e de competência ao Secretário Cândido Martins de Oliveira. Não é pelo fato que o mesmo levou à nossa Cidade e nos Campos Gerais viaturas da Polícia Civil. Não! Pelo fato do Secretário ser um dos Secretários que atende a nós, Parlamentares, com muito respeito, com muita dedicação e, acima de tudo, um Secretário que se você ligar 10 vezes ao dia para ele, as 10 vezes ao dia você será atendido. Este Secretário merece ser elogiado nesta Casa, porque respeita, principalmente, os Srs. Deputados, que, por sua vez, estão aqui a representar o povo que lhes elegeu através do voto.

Portanto gostaria de deixar manifestado este meu pensamento em nome do nosso Partido e tenho certeza que em nome de muitos Deputados, que gostariam também, Sr. Presidente, de ter o mesmo atendimento em outras Secretarias, que às vezes, ou quase nunca, o Secretário está.

Então quero deixar este registro a este Secretário que até por sinal já passou por esta Casa e quem já passou por esta Casa tem muito respeito por ela e pelos Parlamentares que estão aqui neste momento.

Gostaria também de cumprimentar os membros da CPI da prostituição infantil que vem fazendo um trabalho muito bonito e agora, Ponta Grossa foi alvo de um trabalho do Conselho Tutelar da Criança comandado pelo pessoal de Ponta Grossa, do Conselho Tutelar, numa blitz realizada com os órgãos de segurança e lá se conseguiu, por incrível que pareça, uma dezena de menores estavam na prostituição, naquilo que qualifico da maior indústria sem chaminé que é a prostituição, principalmente infantil na cidade de Ponta Grossa. Já que não tem a IMPAR, tem a prostituição infantil dando emprego e acabando com a vida das famílias na cidade de Ponta Grossa.

Por isso a CPI que está investigando, que está trabalhando na prostituição infantil merece os nossos elogios pelos trabalhos desenvolvidos no Estado do Paraná.

Gostaria também, Sr. Presidente, de deixar registrado, Ponta Grossa perdeu no dia de ontem e foi enterrado agora há poucos instantes uma das pessoas que muito contribuiu para a segurança pública da nossa cidade, uma pessoa que com sua vontade, com sua dedicação, ao longo de muitos anos foi o fundador do Conselho comunitário de segurança da nossa cidade e que ontem veio a falecer.

Trata-se desta figura importante da nossa cidade, Sebastião Osório Martins, 56 anos, que faleceu no dia de ontem, uma

pessoa que trabalhava dia e noite pelo bem-estar da segurança e pela tranquilidade de todos nós que moramos em Ponta Grossa. E ele deixou uma marca registrada e um buraco até que deverá ser preenchido com muita dificuldade, pois o mesmo trabalhava com muita dedicação e acima de tudo representando principalmente os interesses da cidade.

Foi um cidadão que com o seu trabalho, ao lado do Conselho Comunitário de Segurança fez de Ponta Grossa uma das cidades mais calmas do Paraná, apesar do alto número de habitantes que a cidade dispõe.

Portanto, fica registrado este voto de pesar, em nome dos Deputados de Ponta Grossa, em nome de Luiz Carlos Zuk, em nome do Péricles, do Plauto, que está ausente aqui neste momento, em nome também deste Deputado, queremos registrar este voto de pesar para a família, por este lamentável passamento que ocorreu no dia de ontem.

E, para finalizar, Sr. Presidente, recebi um pedido especial de uma cidade que já tive oportunidade de passar e transmitir partidas esportivas naquela cidade, recebi um pedido do diretório do PSC da cidade de Apucarana que aqui marca presença, recebi um pedido no meu gabinete e um telefonema do Presidente do PSC daquela cidade, que pede a este Deputado que nesta tarde, em nome do Diretório do PSC daquela cidade se manifeste aqui de acordo com o que aquela comunidade, a comunidade chamada Caixa de São Pedro que são contra a anexação desse distrito ao novo município de Pirapó que deverá ser criado, pois entendem que estão muito bem atendidos pelo município de Apucarana ao qual pertencem atualmente.

Então, Sr. Presidente, Srs. Deputados, gostaria de manifestar que o PSC, que o nosso Partido, pequeno, mas atendendo aos princípios da cidade e atendendo aos interesses da comunidade de Caixa de São Pedro, este Deputado, neste Parlamento do Estado do Paraná não votará favorável para que se crie este novo município por entender que a vontade popular deve prevalecer porque aqui estão alguns representantes daquela comunidade que vieram aqui dizer que não aceitam pertencer a este novo município e acho que a vontade popular, Sr. Presidente, Srs. Deputados, deve ser respeitada. Se os outros não vieram é porque não têm interesse de fazer aquilo que tem que ser feito e os poucos ou muitos que aqui vieram representam o que quer a comunidade da Caixa de São Pedro e por isso representando o nosso PSC da cidade de Apucarana, respeitando aquele diretório lá formado e que este Deputado neste Parlamento votará contra, respeitando ao nosso Partido, em respeito ao nosso Diretório e

aos Srs. que não querem a emancipação.

Era isto, Sr. Presidente, muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está encerrada a Hora do Expediente.
Passa-se à

ORDEM DO DIA,
com a presença de 54 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, projetos de lei em nº de 02 (dois), de autoria do Senhor Deputado Luiz Accorsi, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Martins, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Walmor Trentini, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 02 (dois), de autoria do Senhor Deputado Joel Coimbra, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente, solicitando preferência de discussão e votação para o Projeto de Decreto Legislativo nº 008/95, de autoria da Comissão Executiva. **Aprovado.**

De conformidade com o requerimento acima aprovado:

ITEM 03

2.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Decreto Legislativo nº 008/95, de autoria da Comissão Executiva, que referenda decretos do Poder Executivo, concernentes a Lei nº 11.066, de 01 de fevereiro de 1995. **PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J..**

Vou submeter a voto o Decreto Legislativo nº 008/95.

O SR. EMERSON NERONE (Para encaminhar) - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

O Decreto Legislativo nº 008/95, que visa regulamentar uma situação, criada pelo Governo do Estado, a partir de uma lei, aprovada aqui em janeiro deste ano, Lei 11066/95, que autorizou o Governo do Paraná a governar com uma carta branca estes 7 ou 8 meses primeiros, e praticamente autorizava este Governo a governar através de decretos.

Esta Lei 11066/95 resgatou os princípios básicos que regiam os atos institucionais dos governos militares, e produzia, na íntegra, a Lei 11066 nos artigos 15 e 16 o que dizia a Constituição Federal de 1977, a Constituição Federal da ditadura, a Constituição Federal que acabou, neste País, com a liberdade de expressão, com a liberdade de pensamento, com a liberdade em todos os sentidos.

Como resultado disso, descaracterizou todo o processo histórico-político de nosso País, mandando para fora as principais lideranças, mandando para o exílio os nossos principais líderes, e os poucos que ficaram, ficaram no anonimato, ficaram escondidos e não podiam se pronunciar. Através dos atos institucionais o governo militar regeu anti-democraticamente este País, desde o golpe até o colégio eleitoral aonde foi eleito o ex-Presidente Tancredo Neves. Em seguida, sob o comando de José Sarney, este País viu promulgada a Constituição de 1988, expurgando, de uma vez por todas, os resquícios da ditadura militar.

Através de um ato dessa Assembléia Legislativa, em janeiro deste ano, recolocamos na Pauta deste Estado a Constituição de 1977. Erramos? Erramos. O Partido dos Trabalhadores invocou inconstitucionalidade, não foi aceito. O PMDB, através de uma emenda, pediu que, mesmo votando uma lei completamente inconstitucional, o Governo se obrigasse a apresentar para a Assembléia Legislativa os decretos oriundos dessa lei, para que, "ad referendum", pudessemos, apreciar as atitudes tomadas pelo Governador com aquela carta branca.

Assim foi feito, e hoje estamos dando "referendum" através do voto, neste Decreto Legislativo 008/95, de 57 decretos. 57 decretos, que, não obstante estarem embaçados na Lei 11066, que nada vale, desconheceu por completo o artigo da Constituição Estadual que diz que reforma estrutural, contratação, lotação de funcionários só pode se dar através de leis desta Casa, que desconheceu que programas criados pelo Governo que entra tem que fazer parte da Lei Orçamentária do Plano Plurianual, que não pode de forma nenhuma descaracterizando os projetos já existentes os programas já em execução, desconsiderando esses programas começar como se esse Governo não tivesse nada a ver com o Paraná que estava sendo criado bem mal, mas estava sendo conduzido. E finalmente o Governo desconsiderou por completo a argumentação do Partido dos Trabalhadores na Comissão de Constituição e Justiça e através das Lideranças do Governo na Comissão de Constituição e Justiça não temos argumentação jurídica necessária, avisou a população do Paraná que iria passar como um trator, e

passou como um trator na Comissão de Constituição e Justiça arguindo inconstitucionalidade.

Senhores Parlamentares esses tratores são uma máquina inanimada não pensante, dirigida. Pedimos hoje, Senhores Deputados, que esqueçam do trator e ajudem a resgatar um pouco dessa proposta de Governo através de decreto feito pelo Governador Jaime Lerner nesses primeiros 57 decretos. E nenhum problema, apenas que ele mande, envie para a Assembléia Legislativa a lei regulamentando esses decretos. Deputado Caíto Quintana, queria parabenizar porque a análise inicial que foi feita no Pequeno Expediente, uma análise profunda dos erros encontrados naquele projeto e o Senhor sabe Deputado Caíto Quintana, que não poderia ser diferente, já que a criação dos 511 cargos e com a redução caiu para algo em torno de 420 cargos novos, a criação antes de achar função para aqueles cargos só poderia se caracterizar mesmo, num atropelo, numa falta de função da Secretaria. 17 cargos no gabinete e 500 outros cargos espalhados por Secretarias, antes mesmo, contratados antes mesmo de definir funções para cada uma das Secretarias.

A Assembléia Legislativa teria se não fosse a afirmativa inicial de tratorar, teria a oportunidade de se firmar como Poder e não o fez na Comissão de Constituição e Justiça, e nós pedimos em nome da Bancada do PT que se refaça esse erro hoje em Plenário.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Em votação o projeto.

Aprovado, artigo por artigo.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (Pela Ordem) Senhor Presidente. Só quero que a Mesa registre o meu voto contrário.

O Sr. Dr. Rosinha - Voto contrário da Bancada do Partido dos Trabalhadores.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Registrado.

Passaremos à apreciação do restante da matéria conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei n° 475/93, que cria o Município de Goioxim, desmembrado do Município de Cantagalo, com áreas dos Distritos de Goioxim, Pinhalzinho e Jacutinga. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N° 475/93
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica criado o Município de Goloxim, desmembrado do Município de Cantagalo, com áreas dos Distritos de Goioxim, Pinhalzinho e Jacutinga, com as seguintes divisas:

"Começando na confluência do rio Piquiri com o rio Grongoró ou Cachoeirinha, na linha perimétrica em confrontação com terras do Município de Santa Maria do Oeste (ex-Pitanga), segue pela linha poligonal perimétrica constituída pela margem direita do rio Grongoró ou Cachoeirinha no sentido ascendente, confrontando com terras do Município de Guarapuava, com vários rumos sucessivos, mediu-se pelo caminhar de ordenadas até encontrar a estrada municipal GA-132 na linha perimétrica. Deste ponto segue pela linha poligonal perimétrica constituída pela estrada municipal GA-132 confrontando com terras do Município de Guarapuava, até encontrar a encruzilhada com a estrada municipal GA-149 na linha perimétrica. Deste ponto segue pela linha poligonal perimétrica constituída pela estrada municipal GA-149, confrontando com terras do Município de Guarapuava, com vários rumos sucessivos mediu-se pelo caminhar de ordenadas até encontrar o Rio do Poço na linha perimétrica. Deste ponto segue pela linha poligonal perimétrica constituída pelo Rio do Poço em sua margem direita no sentido descendente confrontando com terras do Município de Guarapuava, com vários rumos sucessivos e distâncias até encontrar a confluência do Rio do Poço com o Rio Juquiá na linha perimétrica. Deste ponto segue pela linha poligonal perimétrica constituída pela margem direita do Rio Juquiá no sentido ascendente confrontando com terras do Município de Cantagalo, com vários rumos sucessivos e distâncias até encontrar a confluência do Rio Juquiá com o Rio dos Pedrosos na linha perimétrica. Deste ponto segue pela linha poligonal perimétrica constituída pelo Rio dos Pedrosos em sua margem direita no sentido ascendente com terras do Município de Cantagalo com vários rumos sucessivos e distâncias até encontrar a estrada do Campo do Bom Jesus. Deste ponto segue pela estrada do Campo do Bom Jesus confrontando com as terras do Município de Cantagalo, até encontrar a estrada vicinal da linha Wagner. Deste ponto segue pela estrada de rodagem da linha Wagner, confrontando com terras do Município de Cantagalo até encontrar o Rio do Cobre na linha perimétrica. Deste ponto segue pela linha poligonal constituída pelo Rio do Cobre em sua margem direita no sentido descendente confrontando com terras do Município de Cantagalo, até encontrar a confluência do Rio do Cobre com Ar-

roio de Jarau ou Doutor, na linha perimétrica. Deste ponto segue pela linha poligonal perimétrica constituída pelo Arroio do Jarau ou Doutor, em sua margem direita no sentido ascendente confrontando com terras do Município de Marquinho, com vários rumos sucessivos e distâncias até a sua nascente. Deste segue pela Cumeada da Serra do Jarau, divisa com o Município de Marquinho até a nascente do Rio Guampará. Deste ponto segue pela linha poligonal perimétrica constituída pelo Rio Guampará em sua margem direita no sentido descendente confrontando com terras do Município de Marquinho com vários rumos sucessivos e distâncias até encontrar a confluência do Rio Guampará com o Rio Piquiri, na linha perimétrica. Finalmente, deste ponto segue pela linha poligonal perimétrica constituída pela margem do Rio Piquiri no sentido ascendente, confrontando com terras do Município de Santa Maria do Oeste (ex-Pitanga), com vários rumos sucessivos e distâncias até encontrar a confluência do Rio Piquiri com o Rio Grongoró ou Cachoeirinha descrito na inicial, onde começou e encerra a demarcação deste polígono.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 27.09.95

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

WALMOR TRENTINI - Relator

ITEM 02

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 048/95, de autoria dos Deputados Orlando Pessuti e Miltinho Puppio, que autoriza a realização de plebiscito para criação do Município de Pirapó, desmembrado do Município de Apucarana, conforme especifica. PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J..

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Sr. Deputado Beto Richa, com apoio do Sr. Deputado Cezar Silvestri, constante do expediente de sessão anterior, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 01 (uma) sessão do Projeto de Resolução nº 048/95. **Prejudicado.**

Ainda, sobre o referido projeto, Emenda Substitutiva de Plenário, de autoria dos Srs. Deputados Orlando Pessuti e Milton Puppio, devidamente apoiada, nos seguintes termos:

EMENDA SUBSTITUTIVA DE PLENÁRIO Nº 01 AO PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 048/95
Emenda Substitutiva ao Artigo 1º do Projeto de Resolução nº 48/95.

O Art. 1º do Projeto de Resolução nº 48/95, passa a ter a seguinte redação:

"Art. 1º - Fica autorizada a realização de plebiscito para a criação do Município de Novo Pirapó, desmembrado do Município de Apucarana, formado com áreas dos Distritos de Pirapó e São Pedro, com os seguintes limites e confrontações."

Sala das Sessões, em 03.10.95

(aa) ORLANDO PESSUTI

MILTON PUPPIO

Apoio: Toti Colaço, Renato Adur, Ricardo Chab.

JUSTIFICATIVA:

A presente Emenda justifica-se pelo fato de que, segundo informações do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, o topônimo "Pirapó" já denomina unidade político-administrativa no país.

Em votação o Projeto.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Para Discutir) - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

A Ordem do Dia de hoje traz no seu item nº 02 a 2ª Discussão do Projeto de Resolução nº 048/95 de nossa autoria e do ilustre Parlamentar Milton Puppio, que tem como súmula autorização para autorizar plebiscito para criação do Município de Pirapó desmembrado do Município de Apucarana com áreas e limites dos Distritos de Pirapó e São Pedro, desmembrado como já disse do Município de Apucarana.

Esse Projeto, Sr. Presidente, está tramitando na Assembléia desde o dia 04/09, quando, através do Deputado Milton Puppio, recebemos todos os documentos necessários para que se pudesse apresentar o Projeto de Resolução e visar com isso autorização para o plebiscito, visando a criação do Município de Pirapó.

Devo dizer que esse assunto emancipação política de Pirapó é um assunto antigo e já tramitou nesta Casa em outras oportunidades mais especificamente no ano de 1989, 1990.

Naquela oportunidade, Sr. Presidente, a Assembléia Legislativa aprovou a realização do plebiscito, incluindo os Distritos de Pirapó e São Pedro e a comunidade de Barreiro, como é chamada uma outra localidade no Município de Apucarana. O plebiscito foi marcado, e, a três dias da realização do plebiscito, o Prefeito municipal de Apucarana, José Domingos Scarpellini entrou com uma ação junto ao Tribunal Superior Eleitoral e conseguiu que o plebiscito fosse suspenso naquela oportunidade, porque alegava ele que ao ser discutido esse assunto na Assembléia, não se tinha cumprido rigorosamente os requisitos da lei complementar da época e em um de seus itens, estabelecia que o novo município tinha que ter uma distância da sede, de dez quilômetros.

Posteriormente essa exigência foi eli-

minada por esta Casa quando aprovou e foi sancionada a Lei Complementar nº 56 e a modificação através da Lei Complementar nº 70. Então naquela oportunidade o plebiscito não pode ser realizado em função de que esse dispositivo - dez quilômetros - não era atendido através do projeto.

O Supremo Tribunal Federal depois de 3, 4 anos, no final do ano passado, julgou em definitivo este recurso do Prefeito José Domingos Scarpellini e houve por bem manter a decisão anterior e suspender em definitivo a realização do plebiscito. Esse acórdão foi publicado, veio cópia à Assembléia Legislativa. V. Exa. nos endereçou cópia desse material, encaminhamos ao Deputado Miltoninho e à Comissão de Emancipação Política de Pirapó.

No mês de junho desse ano, recebemos em nosso gabinete, a presença de lideranças de Pirapó e de São Pedro. Dentre as lideranças que nos procuravam, estava o Vereador do Distrito de São Pedro e outras lideranças de Pirapó e nos consultava sobre a possibilidade de novamente iniciarmos o processo de emancipação de Pirapó, incluindo São Pedro.

Naquele momento recomendamos que a Comissão se mobilizasse e procurasse manter os contatos necessários com a comunidade do Barreiro, que naquela oportunidade, em 1990, já se mostrava contrária à sua inclusão no Município de Pirapó e que eles procurassem manter esse diálogo com São Pedro, com Pirapó e com o Prefeito Walter Pegorer que em épocas passadas, em 1990, havia participado de uma reunião no salão paroquial de Pirapó e naquela oportunidade se manifestava favoravelmente à emancipação política junto com o Distrito de São Pedro.

Dissemos isso ao Vereador de São Pedro e dissemos que teriam que ter a maior agilidade possível, porque teríamos que dar entrada nesse projeto em agosto para que pudessemos ter tempo de marcar o plebiscito, ele ser realizado, votarmos uma lei, ela ser sancionada e finalmente, ser criado o Município de Pirapó.

Passou-se junho, julho, agosto e somente em setembro é que tivemos às mãos os documentos, muitos dos quais fornecidos com muita agilidade e presteza pelo Prefeito Walter Pegorer. O projeto teve a sua tramitação na C.C.J., relatado pelo Deputado Toti Colaço, foi aprovado e havia apenas um questionamento que não tínhamos ainda a certidão definitiva do IBGE que desse e confirmasse os requisitos de população, da área a ser emancipada, a população remanescente do município-mãe, número de domicílios do município a ser emancipado, o número de domicílios do município remanescente e afirmamos aos Deputados que a certidão chegaria a esta Assembléia, no

mais tardar até o dia de ontem e devo dizer que ontem recebemos a certidão do IBGE, dizendo sobre todos os requisitos para que São Pedro venha a ser município. Na última 5.^a feira tivemos a primeira votação. Teríamos a segunda votação na Sessão Extraordinária, mas devido a um requerimento do Deputado Beto Richa, foi esse processo adiado para o dia de hoje. E hoje recebemos, aqui, os nossos amigos, companheiros, pessoas que conhecemos lá da comunidade de São Pedro e que se manifestam contrários à sua inclusão no Município de Pirapó. Não são contrários à criação do Município de Pirapó.

Vou repetir o que disse na reunião de Apucarana: não temos como paralisar esse projeto, não temos como modificar esse projeto, porque o projeto que estamos recebendo, não fomos nós que fomos lá buscar na comunidade. Nós, nesses últimos 4 anos, em nenhum momento fomos a São Pedro discutir emancipações política antes do mês de junho - quando fomos procurados. E nunca fomos a esses municípios tentarmos impor à comunidade uma vontade nossa. Sempre fomos procurados pelas comunidades para que trabalhássemos nessa idéia, até porque depois de termos trabalhado na criação de diversos municípios, nós, de certa forma, temos o conhecimento de todos os mecanismos e somos procurados por algumas comunidades nesse sentido. Então o que disse na reunião em Apucarana é que iríamos levar adiante a criação do Município de Pirapó e essa é a nossa disposição. Porque disse aos companheiros nossos lá de São Pedro, que tendo esse processo iniciado em 1989/90, nunca chegou até nós, a não ser no dia 12 de setembro quando o Prefeito Valter Pegoré nos trouxe um abaixo-assinado da comunidade de São Pedro. Nunca chegou a nosso conhecimento que existia essa disposição contrária de São Pedro em pertencer ao Município de Pirapó.

Conhecíamos e já relatamos, aqui, a discordância da comunidade de Barreiro, que nesta proposta de divisas, limites e confrontações foi deixado de fora, pertencendo, portanto, ao Município de Apucarana. Até porque era uma das exigências do Prefeito Valter, que o Município de Apucarana permanecesse com o Barreiro e, além disso, que tivesse um acesso direto à lutar, sim, pela criação do Município de Pirapó. E vamos lutar dentro daquela proposta que nos foi trazida e ao Deputado Miltinho Puppio que é a criação do Município de Pirapó incluindo o Distrito de São Pedro. Porque qualquer outra medida que adotarmos será, de certa forma, um desrespeito de nossa parte àqueles que nos procuram para criar o município.

Mas quero dizer a Vossa Excelência que, no dia de hoje, por uma exigência do

IBGE nós estamos apresentando uma emenda ao projeto de resolução visando a modificação do nome de Pirapó para Novo Pirapó, tendo em vista que o IBGE constata a existência de uma outra comunidade, de uma outra unidade política administrativa do País com o nome de Pirapó. Razão pelo qual temos que apresentar esta emenda para que a CCJ analise e volte o projeto ao Plenário.

Então estou fazendo chegar às mãos de Vossa Excelência essa emenda substitutiva propondo que fica autorizada a realização de plebiscito para criação do Município de Novo Pirapó, desmembrado do Município de Apucarana, formado com áreas dos Distritos de Pirapó e São Pedro, com os limites e confrontações já conhecidos e estabelecidos pelo IAP, estabelecido em diversas reuniões e estabelecidos também pelo IBGE.

Eram estas as considerações que queríamos fazer e fazemos chegar as suas mãos a emenda de nossa autoria e do Deputado Miltinho Puppio para que possamos fazer esta modificação e atender a essa exigência do IBGE, já que não podemos criar um outro município no Brasil com o nome de Pirapó.

O SR. DR. ROSINHA (Para encaminhar) - Senhor Presidente, Senhora e Senhores Deputados, hoje o Deputado Geraldo Cartário ocupou a tribuna e relatou a nossa sessão de ontem, aonde inúmeros Prefeitos traziam para cá o problema deficitário dessas Prefeituras. Grande parte delas não tem dinheiro nem para pagar funcionários. Grande parte delas não tem dinheiro nem para investir e esses Prefeitos pedem o apoio desta Assembléia.

No entanto esta Assembléia Legislativa mais e mais apresenta projetos de lei de criação de municípios. Este por exemplo, de Pirapó, que agora tem, mas quando passou pela CCJ nem a Certidão do IBGE tinha. E nessa certidão ainda coloca de um total de 5 mil e dezoito, dezoito a mais do exigido por lei se criar município. E Caixa de São Pedro que não quer participar tem cerca de 700. Quer dizer, esses 700 vão ser massacrados pelos demais, injustamente, uma vez que eles não desejam ir para o Município de Pirapó e querem continuar pertencendo ao Município de Apucarana.

E recebi uma carta assinada pelo Presidente da Comissão de São Pedro, datada do dia 29 de setembro que diz o seguinte.

(Lê):

"Em data de 16 de agosto de 1995, as Lideranças do Distrito de Pirapó em conjunto com as Lideranças do Distrito de São Pedro, em reunião oficial no Salão de Reuniões da Prefeitura Municipal de Apucarana, sob a mediação do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal de Apucarana Wal-

ter Aparecido Pegorer, ficou acordado que na definição dos limites do futuro Município de Pirapó, o Distrito de São Pedro continuaria pertencendo ao Município de Apucarana.

Com base neste acordo, feito de forma democrática e transparente, estamos informados com a decisão unilateral das Lideranças de Pirapó, que a nossa revelia incluiu a área total de nosso distrito.

Apelamos aos Senhores Deputados para reverem o atual projeto de lei em tramitação nessa Assembleia Legislativa, para que seja evitada futuras desavenças entre as comunidades vizinhas.

Esperamos que nosso pleito tenha receptividade junto ao ilustre Deputado, pelo que antecipadamente agradecemos em nome da comunidade do Distrito de São Pedro.

(a) LAIRTO DE OLIVEIRA

Presidente da Comissão de São Pedro"

Queremos dizer a essa comunidade que o apoio não é deste Deputado que vos fala. É mais dos Deputados Ângelo Vanhoni, Péricles de Mello, Emerson Nerone, Irineu Colombo, que é a Bancada do PT, que se coloca contrária à criação do Município de Pirapó, anexando Caixa de São Pedro juntos, uma vez que é uma comunidade pequena e sabemos que a intenção de colocar Caixa de São Pedro junto com Pirapó é única e exclusivamente para somar as cinco mil pessoas que faltariam para Pirapó.

Isto é um absurdo, se aprovarmos. A população vai ser submetida àquilo que não deseja, porque o desejo dela é continuar com o Município de Apucarana, e a Bancada do PT vai votar de acordo com o desejo da população de Caixa de São Pedro.

O SR. JOCELITO CANTO (Para discutir) -

Senhor Presidente, respeitando a opinião do nosso ilustre Deputado Orlando Pessuti, do nosso grande amigo Miltinho Puppio, mas também fortificando e fortalecendo as palavras do eminente Deputado Rosinha que já disse tudo que eu gostaria de dizer, de repente alguém poderia dizer: "Mas o Deputado Jocelito nem conhece direito São Pedro", é verdade, Deputado, mas os militantes do PSC de Apucarana conhecem, e acho que, se nesse País todos nos elegemos pelos Partidos, brigamos pelos Partidos, está na hora de respeitarmos os Partidos, e principalmente respeitarmos os diretórios formados em todas as cidades do Paraná. E como único Deputado do PSC e atendendo este pedido do nosso diretório, que conhece o problema, que vive o problema e que até tem filiados em São Pedro, nada mais justo que atendermos a população e votarmos a favor desta população.

Neste País ninguém é obrigado a fazer nada que não queira: a comunidade está

reunida, veio de lá, e não quer participar desse novo município! Acho que ela tem que ser respeitada, pela presença destas pessoas que estão aqui, que vieram de longe para colocar as suas posições a respeito da criação desse município.

E concordo com o Deputado Rosinha, quando diz que os Prefeitos aqui ontem choraram, e que se as lágrimas não fossem secas pelos carpets, certamente inundariam esta Casa. Senhor Presidente, para que criar novos municípios, se os que temos não conseguem se manter? Não conseguem pagar folha de pagamento, e muitos deles têm dificuldades para pagar o 13°.

Portanto, com todo respeito que tenho pelo meu grande amigo, Deputado Miltinho Puppio, que é meu companheiro, Deputado Pessuti, e respeitando aquele que me elegeu, este pequeno Partido, mas que represento com tanta satisfação nesta Casa, peço aos demais companheiros, que valorizam os seus partidos, que nos ajudem, para que possamos fazer com que a vontade do povo, de São Pedro prevaleça, e que eles não passem a pertencer ao novo município.

Era isso, Senhor Presidente.

A SRA. IRONDI PUGLIESI (Para Discutir) - Sr. Presidente.

Gostaria de solicitar aos amigos, companheiros desta Casa, Miltinho Puppio e Pessuti, que pudessem retirar este projeto da pauta, para que a comunidade que ora se encontra aqui, possa discutí-lo longe das emoções deste momento, com mais calma, com veemência dentro de seus direitos.

Nós, agora há pouco, ouvimos aqui um índio, uma minoria, defendendo seus direitos, falando de seus direitos. E nós, que vivemos uma democracia, gostaríamos que uma comunidade, representada por 700 pessoas, fosse respeitada dentro dessa democracia e dentro da sua minoria. Não tendo porém uma opinião contrária à criação de outro município, como o município de Pirapó, espero que esta comunidade seja respeitada.

Então, peço aos companheiros aqui presentes, autores desse projeto, que tenham esta sensibilidade, que retirem este projeto, que procurem uma solução, mas que não sacrifiquem uma comunidade que não deseja que isso ocorra, que respeitem os direitos da minoria, dentro da democracia!

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Quero alertar aos Srs. Deputados que a Emenda do Deputado Pessuti ao Projeto de Resolução e em consequência o Projeto não será votado no dia de hoje atendendo dispositivo regimental.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI (Para Discu-

tir) - Eu queria dizer a V.Exa. com todo o respeito que eu tenho pelo meu particular amigo Deputado Orlando Pessuti, Milton Puppio, há coisas que eu não entendo nesse País. Ontem, eu me encontrava na Secretaria de Segurança Pública tratando de alguns assuntos a respeito de segurança e se realizava dentro desse Plenário um encontro da Assembléia Legislativa convocada pelo ilustre Deputado Geraldo Cartário, e poderia citar todos os órgãos como a Gazeta do Povo, a Folha de Londrina, a Folha de Imprensa, a Tribuna de Apucarana, o Estado do Paraná, todos os jornais noticiando - "Prefeitos fecham suas Prefeituras e só abrem a partir do meio dia, prefeitos não conseguem pagar o funcionário público, Prefeitos estão no Palácio aguardando reivindicações para os seus municípios". Então nota-se, agora há pouco eu ouvi, muito bem lembrado pela Deputada Irondy, o Cacique Raoni, dizendo que tinha participado de um grande Congresso na Capital do Paraná e eles vieram pedir o direito de ter onde morar. Então eu não entendo, nós temos um Projeto do Deputado Nelson Justus, procurando dar um novo panorama à criação de novos Municípios no Estado do Paraná. Eu não sou contra, mas acho que criar novos Municípios no Paraná sem ter as mínimas condições de construir uma Prefeitura, de ter educação, saúde, habitação, trazia necessidade de repensar a criação de novos Municípios no Estado do Paraná. Como há necessidade de se repensar o problema da Saúde que aqui está paralisando a opinião nacional através das grandes redes de televisão. Como há necessidade de se repensar a educação, a falência da educação brasileira, a falência da habitação, hoje nesse Estado e nesse País. O Deputado Nerone dizia agora há pouco, alguma coisa ainda me soa na cabeça, o Deputado Pessuti gritando pela agricultura, lutando pela agricultura, dando o sangue pela agricultura no nosso Estado do Paraná. Eu acho muito lindo falar em dar terras para os sem-terras, mas o que é que adianta dar terra para eles, se eles não têm dinheiro para comprar um trator, comprar o adubo, o inseticida, não tem financiamento para o pobre desgraçado que trabalha hoje para pagar o que comeu ontem, não tem nada neste País?

Essa é a grande verdade, me desmintam se eu estou aqui mentindo; é muito fácil dar terra para o cara que está lá com pé descalço, como o índio Raoni, com uma sandália havaiana, com os pé todos trincados. Agora, criar um município no Paraná, quando a maioria dos municípios, dos prefeitos ontem aqui estavam chorando, derramando lágrimas e lágrimas! Oh! Meu Deus, os municípios do Paraná estão indo à falência, e hoje nós estamos criando município para

irem à falência! Ah! pelo amor de Deus! Chega!

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Procedida a emenda. O projeto retorna à Comissão de Justiça.

O SR. JOCELITO CANTO (Pela Ordem) - Eu consulto a Mesa se o autor da emenda, o Deputado Orlando Pessuti, retirou a emenda proposta nesta tarde se a emenda pode ser votada, Presidente, até para que o povo que veio lá de longe não saia daqui dizendo que a Assembléia criou um artifício e apresentou apenas uma pequena mudança. Mudou pouca coisa e agora vamos deixar essa votação lá para a frente.

Eu gostaria de consultar esta Presidência e pedir ao Deputado Pessuti com a sua democracia e com o respeito que tem pelos seus eleitores que estão aqui, que pudéssemos votar isso hoje, porque eu acho que o fato de mudar o nome, não vai mudar nada. Acho que devíamos votar hoje, até para que o povo que veio de lá saia contente com todos nós Deputados. Eu gostaria de ter esta resposta.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A apresentação e a retirada da emenda é um ato unilateral de vontade. Cabe ao autor retirar ou não. Não retirou...

O SR. ORLANDO PESSUTI - Sr. Presidente, nós estamos cumprindo estritamente o que determina o Regimento da Casa e a Lei Complementar que estabelece os critérios para criação de um município. Portanto, Deputado Rosinha, que aqui manifestou-se a respeito das legalidades e tudo o mais, estamos apenas cumprindo o que diz a lei. Não se pode criar um município com o mesmo nome de outro. Portanto, a emenda foi apresentada e nós mantemos a emenda até porque ela foi apresentada junto com o Deputado Miltinho Puppio.

O SR. ÂNGELO VANHONI - Senhor Presidente, peço a palavra.
(Assentimento)

Deputado Orlando Pessuti, escutei atentamente a sua exposição de motivos que fundamenta a apresentação desse Projeto de Resolução da criação do município de Pirapó.

Na sua exposição V.Exa. foi claro para o conjunto da Assembléia Legislativa e para a comunidade presente. Vossa Excelência não se dirigiu à localidade de Apucarana, nem tampouco ao distrito de Pirapó e nem de São Pedro, para criar qualquer município. Vossa Excelência simplesmente estava atendendo uma postulação de moradores da região. Ora, Deputado, se V.Exa. não tem nenhum compromisso da sua iniciativa par-

ticular, compromisso com a criação desse município, solicito que V.Exa. atenda o apelo do Deputado Jocelito Canto, retire essa emenda, para que possamos, a partir de hoje, retirar de pauta esse projeto e permitir que a comunidade volte e faça uma discussão com o distrito de Pirapó, da necessidade ou não da criação do Município. Tenho certeza que essa discussão enriquecerá na própria comunidade e se a comunidade resolver novamente (a de Pirapó) que deve ser criado o município, aí, Deputado Miltinho, V. Exa. estará com um compromisso firmado em função de uma discussão na comunidade e aí esse projeto poderá tramitar na Casa no ano que vem e terá, com certeza, o apoio dos Deputados. Então o apelo que eu faço, em função da própria exposição de motivos que o Senhor fez, Deputado Orlando Pessuti, muito bem arrazoada, demonstrando uma equidistância em relação às necessidades e os apelos da comunidade, eu faço um apelo para que o Senhor atenda o Deputado Jocelito Canto, retire essa emenda para que a gente possa permitir que esta comunidade de São Pedro volte para a região de Apucarana e discuta com a comunidade de Pirapó a necessidade ou não da criação deste município.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem) - Sr. Presidente, o Deputado Ângelo Vanhoni é muito maneiro, muito jeitoso, porque justamente ele vem aqui e diz que temos que ouvir a comunidade. Ele vem dizer aqui coisas que eu não disse. Eu disse que eu não fui lá procurar para criar o município. Mas a partir do momento em que fui procurado é que assumi o compromisso de levar adiante esta idéia e que coloquei a minha assinatura no projeto de resolução, aí o Pessuti está compromissado com essa idéia. Porque até hoje, graças a Deus, consegui cumprir e honrar onde botam a minha assinatura. Se Vossa Excelência que prega democracia, que diz que não pode ter posições unilaterais, como quer V. Exa. que neste momento, adote uma posição de retirar, de arquivar um Projeto em cima de uma manifestação de apenas um dos segmentos envolvidos. Num processo de emancipação uma das exigências para o Projeto tramitar é que se constitua uma comissão...

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa solicita ao Deputado Pessuti, como dizem os ingleses: "To be or not to be!" Sim ou não?

O SR. ORLANDO PESSUTI - Só poderei retirar a emenda ao Projeto a partir do momento que isso me for solicitado por quem conduz o processo de emancipação. Portanto está mantida a emenda.

O SR. LUIZ CLÁUDIO ROMANELLI (Pela Ordem) - Na verdade é o seguinte, está sendo imposto aí ao Deputado Pessuti um constrangimento que um Parlamentar não pode sofrer. Inclusive saibam os moradores de São Pedro que a forma que o Deputado Pessuti encontrou para que esta matéria não fosse votada aqui vai possibilitar a rediscussão dessa questão se São Pedro participa ou não do futuro município de Pirapó. O que o Deputado Pessuti está fazendo é encontrando uma fórmula, que, democraticamente, vai possibilitar a rediscussão dessa questão, aqui, e que não vai prejudicar São Pedro. Ele está trabalhando a favor do bom entendimento com a comunidade, com o distrito de São Pedro.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa para disciplinar os trabalhos vai invocar o artigo 105 do Regimento Interno: "O Presidente não poderá recusar a palavra ao Deputado que a solicita, Pela Ordem, mas poderá cassá-la desde que o orador não indique desde logo o artigo do Regimento Interno que está sendo desobedecido na marcha dos trabalhos. "Eu não sou caçador, não gosto de caçar, mas peço aos Srs. Deputados que respeitem o Regimento Interno. Porque a matéria, tenho a impressão que já se esgotou com a palavra do Deputado Pessuti que não retira a emenda. E nessas condições encaminho o Projeto à douta Comissão de Justiça.

O SR. DR. ROSINHA (Pela Ordem) - Quero formular um requerimento à Mesa, uma vez que concordo com o Deputado Romanelli, que adie-se por 20 Sessões, para que toda comunidade possa participar da discussão e do debate. Esse é meu requerimento que encaminharei oportunamente à Mesa por escrito, é só V.Exa. colocar em votação.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Infelizmente Inês é morta! O Projeto está em fase de votação não pode ser retirado da Ordem do Dia, a não ser na forma regimental que é o que esta Presidência está fazendo. Vai encaminhar à CCJ para que decida sobre a emenda.

O SR. JOCELITO CANTO (Pela Ordem) - Eu só gostaria de dizer, para não constranger o eminente Deputado Orlando Pessuti...

O SR. ORLANDO PESSUTI - Não estou constrangido.

O SR. JOCELITO CANTO (Pela Ordem) - ...dito pelo Deputado Romanelli que tomou as suas dores, eu só gostaria de dizer, Deputado Orlando Pessuti, que aproveitando esse período que vai tramitar de volta a sua emenda, que V.Exa. fosse até o distri-

to aqui denominado e que se fosse a São Pedro e que lá, Deputado Pessuti, o Senhor conversasse com a comunidade e depois disso se voltasse a esta Casa e dissesse o que a grande maioria de São Pedro decidiu. Aí eu posso até mudar de opinião.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - São Pedro pelo jeito não vai abrir a porta do céu para o Deputado Pessuti.

ITEM 04

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 129/95, de autoria do Deputado Orlando Pessuti e outros, que cria a "Região Administrativa do Médio Centro-Oeste do Paraná", conforme especifica. Com PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J. Aprovado. (Publ. no DA. nº 39, de 25.04.95).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 129/95

P A R E C E R:

O projeto de lei em tela, de autoria dos Deputados Orlando Pessuti, Nereu Moura, Cezar Silvestri e Renato Adur, tem por objetivo criar a Região Administrativa do Médio Centro-Oeste do Paraná.

A matéria em questão, regionalização administrativa do Estado do Paraná foi estabelecida pelo Decreto nº 2.441, de 10 de fevereiro de 1988, com base nos arts. 81 e 84 da Lei nº 8.485, de 3 junho de 1987, como ação interna do Governo para planejar e desenvolver estudos de agrupamentos de municípios em regiões com o objetivo de promover a melhor distribuição territorial e o aumento da eficiência de sua máquina administrativa.

Pelo que acima foi exposto, a proposição é definida por Decreto do Poder Executivo, não cabendo, então, a iniciativa dos nobres pares, que apesar de meritória, esbarra na legislação vigente.

Assim sendo, nosso parecer é contrário.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 23.05.95.

(a) JOEL COIMBRA

Presidente

NELSON JUSTUS

Relator.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 129/95

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria dos Deputados Orlando Pessuti, Nereu Moura, Cezar Silvestri e Renato Adur, tem por objetivo criar a Região Administrativa do Médio Centro-Oeste do Paraná.

A matéria em questão já foi analisada pela Comissão de Constituição e Justiça

recebendo parecer contrário, tendo este relator levado em conta as justificativas de vetos governamentais a projetos criando regiões administrativas e metropolitanas.

No último dia 23 de agosto de corrente ano foi aprovado o desarquivamento da proposição em tela, sob a alegação que projeto de igual assunto foi aprovado pela Comissão de Constituição e Justiça.

Assim sendo, reformulamos nosso parecer para que esta matéria possa ser apreciada pelo Douto Plenário desta Casa de Leis.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 26.09.95.

(aa) JOEL COIMBRA

Presidente

NELSON JUSTUS

Relator.

ITEM 05

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 350/95, de autoria do Deputado Cesar Selme, que declara de Utilidade Pública a "Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais- APAE, do Município de Sertaneja, com sede e foro neste Estado. PARECER FAVORÁVEL da C.C.J. Aprovado. (Publ. no DA. nº 111, de 05.09.95).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 350/95

P A R E C E R:

Relatório.

De autoria do Deputado Cesar Selme, o presente projeto visa declarar de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais- APAE, com sede e foro no Município de Sertaneja.

Parecer

A entidade preenche todos os requisitos da Lei nº 6994, portanto não há nada a impedir a normal tramitação do projeto em questão.

O parecer é favorável.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 26.09.95.

(aa) JOEL COIMBRA

Presidente

EDGARD BUENO

Relator.

ITEM 05

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 351/95, de autoria do Deputado Cesar Selme, que declara de Utilidade Pública a "Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais- APAE, do Município de Sengés, com sede e foro neste Estado. PARECER FAVORÁVEL da C.C.J. Aprovado. (Publ. no DA. nº 111, de 05.09.95).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 351/95

Relatório.

De autoria do Deputado Cesar Seleme, o presente projeto visa declarar de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais- APAE, com sede e foro no Município de Sengés.

Parecer

A entidade preenche todos os requisitos da Lei n° 6994, portanto não há nada a impedir a normal tramitação do projeto em questão.

O parecer é favorável.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 26.09.95.

(aa) JOEL COIMBRA

Presidente
EDGARD BUENO
Relator.

ITEM 07

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 352/95, de autoria do Deputado Cesar Seleme, que concede o Título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná ao Professor Flávio Arns. PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., SUBSTITUTIVO GERAL DA C.C.J. **Aprovado.** (Publ. no DA. n° 112, de 12.09.95).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 352/95

P A R E C E R :

O plano de lei em epígrafe, de autoria do Deputado Cesar Seleme, concede o Título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná ao Professor Flávio Arns.

No âmbito da competência desta Comissão Permanente, emitimos nosso voto favorável à tramitação do Projeto de Lei n° 352/95, condicionado à aprovação do substitutivo apenso, que visa corrigir tão-somente a técnica legislativa, porque o projeto está redigido como se fosse um requerimento, terminando com as expressões "Nestes Termos, Pede Deferimento".

Sala das Sessões, em 26.09.95.

(aa) JOEL COIMBRA

Presidente
EMERSON NERONE
Relator.

SUBSTITUTIVO GERAL
AO PROJETO DE LEI N° 352/95

Art. 1° - Fica outorgado o Título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná, ao Professor FLÁVIO ARNS.

Art. 2° - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3° - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 26.09.95.

ITEM 08

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 357/95, de autoria do Deputado Basílio Zanusso, que declara de Utilidade Pública a "Associação de Pais e Mestres da Escola Estadual Honório Fagan - Ensino de 1° Grau, com sede e foro na Cidade de Flo-raí. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J. **Apro-vado.** (Publ. no DA. n° 112, de 12.09.95).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 357/95

P A R E C E R :

Relatório.

De autoria do Deputado Basílio Zanusso, o presente projeto visa declarar de Utilidade Pública a Associação de Pais e Mestres da Escola Estadual Honório Fa-gan-Ensino de 1° grau.

Parecer

A entidade preenche todos os requisitos da Lei n° 6994, portanto não há nada a impedir a normal tramitação do projeto em questão.

O parecer é favorável.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 26.09.95.

(aa) JOEL COIMBRA

Presidente
EDGARD BUENO
Relator.

ITEM 09

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 032/95, de autoria do Deputado Renato Adur, que autoriza a realização de plebis-cito na área que especifica para que a população decida sobre a criação do mun-icípio de Paraná D'Oeste, desmembrado do município de Moreira Sales. PARECER FAVO-RÁVEL da C.C.J. (Publ. no DA. n° 81, de 28.06.95).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE RESOLUÇÃO N° 032/95

P A R E C E R :

O projeto de Resolução em tela está fundamentado nos seguintes documentos em apenso:

1. Representação subscrita por mais de 100 eleitores, solicitando o processo emancipatório;

2. Memoriais Descritivos e Mapas da área a emancipar e da sede urbana;

3. Certidão do IBGE, com o número de habitantes e de edificações na sede urba-na;

4. Certidão do Juízo Eleitoral com o número de eleitores, sendo suficiente;

Por entender aos preceitos legais, e

não encontrar óbices para sua normal tramitação até final deliberação pelo douto e soberano Plenário, recebe desta relatoria o PARECER FAVORÁVEL.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 15.08.95.

(aa) JOEL COIMBRA

Presidente

TOTI COLAÇO

Relator.

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Tureck, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 10 (dez) sessões. **Aprovado.**

O SR. RENATO ADUR (Pela Ordem) - Sr. Presidente, quero encaminhar a votação desse projeto e solicitar ao Deputado Nelson Tureck que retire o seu requerimento. Quero fazer um pedido ao Deputado Nelson Tureck, uma vez que esse projeto, Sr. Presidente, já está aqui na Casa há bastante tempo e quem conhece a comunidade de Paraná do Oeste, como o Deputado Nelson Tureck também conhece, e conhecemos, que sabe a luta que a Comissão da criação nesse município e toda a comunidade vem desenvolvendo durante muito tempo para a criação desse município sabe da real necessidade da criação desse município, desmembrando da cidade de Moreira Salles.

Então, faço um apelo ao Deputado Nelson Tureck que possamos votar hoje em primeira discussão e me proponho, inclusive, a trazer a Comissão de criação desse município lá de Paraná do Oeste aqui nesta Casa de Leis para que juntos com o Deputado Nelson Tureck possamos discutir, com os outros Parlamentares também, se for o caso, a questão da continuidade ou não da criação desse município, democraticamente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - O requerimento não pertence mais à iniciativa do Deputado Tureck. A Assembléia aprovou o requerimento e está aprovado, a menos que apresente outro requerimento na sessão de amanhã, solicitando a volta do projeto à Ordem do Dia.

O SR. RENATO ADUR - Sr. Presidente, pedi para encaminhar a votação do requerimento. Não foi votado o requerimento. Se foi votado requereiro verificação de votação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Agora Inês é morta. Vamos para a frente.

O SR. RENATO ADUR - Sr. Presidente, eu reitero, não foi votado esse requerimento. Eu peço que V.Exa. ...

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Lamento

dizer a V.Exa., é que V.Exa. estava um pouco descuidado.

O SR. RENATO ADUR - Não, não, absolutamente, Sr. Presidente. Sua orientação é que se entre com novo requerimento?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Segundo os brasileiros, em latim não sei como é que é, "a lei não protege quem dorme".

Fica portanto, adiada a discussão por 10 (dez) sessões do Projeto de Resolução nº 032/95.

Sobre a mesa, requerimento nº 2901-D, de autoria do Sr. Deputado Edgard Bueno, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2901-C, de autoria dos Srs. Deputados Caíto Quintana e Ângelo Vanhoni, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

O SR. ALGACI TÚLIO (Para Encaminhar) - Sr. Presidente:-

Esta liderança, como já fez da vez anterior, quando aqui esteve o Sr. Presidente do Banco do Estado do Paraná, vota também favorável. Já demonstramos isso na semana passada, a Assembléia quer explicações, nós todos, Parlamentares, também queremos e não temos a menor dúvida que o Presidente do BANESTADO virá a esta Casa com as informações que são solicitadas.

Portanto, esta liderança vota favorável a esta convocação.

O SR. VANHONI (Para Encaminhar) - Sr. Presidente:-

Na semana passada, depois de um amplo debate, na Assembléia Legislativa, a respeito do Banco do Estado do Paraná e do Banco Del Paraná, o Tribunal de Contas do Estado apresentou um relatório de uma auditoria realizada no Banco Del Paraná, auditoria esta que compreendeu o período da gestão anterior e da atual gestão.

Segundo informações da imprensa, que já veicularam notícias a respeito do relatório final do Tribunal de Contas, a situação do Banco Del Paraná é uma situação muito complicada. Agradecemos o entendimento que o Governo do Estado está tendo, a respeito desta posição, em relação à convocação do Presidente do Banco do Estado, o Sr. Luiz Antônio Fayet, que venha prestar esclarecimentos. Mas gostaria de fazer um alerta, possivelmente, Sr. Presidente, o requerimento será aprovado hoje, da convocação do Presidente, na semana que vem, 5ª-feira será feriado, então na semana que vem, provavelmente 5ª e 6ª não deverão mais existir Deputados na Assembléia Legislativa, porque grande parte dos Deputados está com seus compromissos de

viagem já marcados. A solicitação que fazemos é de que V. Exa. entre em entendimento com o Presidente do BANESTADO, tão logo o requerimento seja aprovado, de que na próxima 3.^a-feira; ou 4.^a-feira, o Presidente compareça a esta Assembléia para prestar os esclarecimentos.

É isto Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa vai solicitar ao Sr. 1.^o Secretário que diligencie no sentido de que o Presidente do BANESTADO e o Secretário da Fazenda compareçam aqui, na 4.^a-feira.

Em votação o requerimento. **Aprovado.** 32 Srs. Deputados aprovam. **Aprovado, por unanimidade.**

Requerimento n.^os. 2878 e 2891, de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Zuk, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n.^o 2841, de autoria do Sr. Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n.^os. 2842 a 2853 e 2881, de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Martins, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n.^os 2857 e 2858, de autoria do Senhor Deputado Joel Coimbra, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n.^os. 2859 e 2860, de autoria do Sr. Deputado José Tavares, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n.^os. 2861 a 2864, de autoria do Sr. Deputado Orlando Pessuti, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n.^os. 2865 a 2870, de autoria do Sr. Deputado Nelson Garcia, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n.^os. 2871 e 2872, de autoria do Sr. Deputado Plauto Miró Guimarães, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n.^o 2873, de autoria dos Srs. Deputados Edgard Bueno, Caíto Quintana, Cesar Selene, Cezar Silvestri, Joel Coimbra e demais Srs. Deputados, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n.^os. 2874 e 2875, de autoria do Sr. Deputado Cleiton Kielse, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n.^os. 2876 e 2877, de autoria do Sr. Deputado Walmor Trentini, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n.^o 2879, de autoria dos Srs. Deputados Luiz Cláudio Romanelli e Edgard Bueno, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n.^os. 2883 a 2888, de autoria do Sr. Deputado Dr. Rosinha, constantes do expediente. **Em Discussão.**

UM SR. DEPUTADO (Pela Ordem) - Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Adiam-se as discussões, para a próxima sessão, na forma do Artigo 155, do Regimento Interno.

Requerimentos n.^os. 2889 e 2890, de autoria do Sr. Deputado Toti Colaço, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n.^os. 2892 a 2897, de autoria do Sr. Deputado Algaci Túlio, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n.^os. 2898 a 2900, de autoria do Sr. Deputado Élio Rusch, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n.^o 2901-N, de autoria do Sr. Deputado Ricardo Chab, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n.^os. 2901-B e 2901-M, de autoria do Sr. Deputado Sérgio Spada, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n.^os. 2882 e 2901-G, de autoria do Sr. Deputado Dr. Rosinha, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n.^os. 2901-A e 2901-F, de autoria do Sr. Deputado Geraldo Cartário, com apoio dos Srs. Deputados José Maria Ferreira, Edno Guimarães, Toti Colaço e demais Srs. Deputados, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 04, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei n.^o 066/94.

2.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n.^os. 129, 350, 351, 352 e 357/95.

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n.^o 002/95 e do Projeto de Resolução n.^o 033/95.

Levanta-se a sessão.